

Os carpidores estão de volta

Páginas 14 e 15



PACOTE

NA SALA DE ESPERA

Indefinições deixam agricultores inquietos. Página 4 à 13

INVERNO

Tecnologia
é que manda

Páginas 10 e 11



Os resultados da assembléia

Página 16 à 18

CHARQUEADAS

A invasão
dos "gringos"

Página 21

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRAN N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmíro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolívar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter
Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert
Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Beschornier, Oscar Otto Hoerle,
Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira,
Ido Max Weiller, Paulino Angelo Rosa, Ira-
ni dos Santos Amaral, João Santos da Luz,
Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn
Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino
Stragliotto, Vagner Monteiro Sá, Oscar Vi-
cente Silva, Suleiman Guimarães Hias e
Ademar Luiz Comin.

Suplentes:

José Ataídes Conceição, Pedro Giotto,
Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge
Alberto Sperotto, Protasio Lottermann,
Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnal-
do Hermann, João Eberhardt, Mário Al-
berto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Sil-
veira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício
Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido
de Godói Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Antenor José Vione, Antonio Cândido da
Silva Netto e Valdeci Oli Martinelli.

Suplentes:

Valter Lufs Driemeyer, Luiz Anildo Brum,
da Costa e Flori José de Pelegrin.

Diretores contratados:

Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu
Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de
Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da
Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guaíba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro so-
cial, autoridades, universidades e técnicos
do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado
da ABERJE



Associado da



REDAÇÃO:

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

CORRESPONDENTES:

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé
Dom Pedrito: João Roberto Vasconcelos

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e
impresso no Jornal do Comércio, em
Porto Alegre.

AO LEITOR

Um assunto velho e que andava meio esquecido vol-
ta a fazer parte das discussões dos produtores as-
sociados da Cotrijuí: o desmembramento. A proposta
de se recomeçar o debate foi levantada durante a
reunião preliminar, realizada antes da Assembléia e que
contou com a participação do Conselho de Represen-
tantes da Cotrijuí. O questionamento sobre o tama-
nho da Cooperativa iniciou por volta de 1982, quan-
do até uma comissão chegou a ser formada para estu-
dar melhor o assunto. A idéia era transformar as re-
gionais em singulares, que ficariam unidas através de
uma Central. Hoje se vive uma situação diferente, onde
a prioridade é buscar uma solução definitiva para a dí-
vida. Mesmo assim, o assunto vai continuar em discus-
são. Uma outra comissão será formada pelos represen-
tantes para retomar os trabalhos. Não ficou definido
nenhum prazo para o término dos estudos e nem se
falou de como deverá acontecer esse desmembramen-
to, caso ele venha a ser o consenso de todo o quadro
social da Cooperativa. A Assembléia, a data da eleição
do novo conselho de Representantes e o desmembra-
mento são assuntos das páginas 16, 17 e 18.

Saíram os novos Valores Básicos de Custeio para a
próxima lavoura de inverno, que de um modo ge-
ral estão agradando a maioria dos produtores gaúchos.
O que não está agradando é tanta demora, por parte do
governo, em definir as demais regras para a lavoura de
trigo. As vésperas do plantio, os produtores ainda não
sabem em quanto ficará o preço mínimo para a cultura
e muito menos em que moldes o governo vai fixar as
taxas de juros a serem cobradas pelos financiamentos
agrícolas. A reivindicação dos produtores, agora que
acabou a correção monetária, é para que o governo dei-
xe a taxa de juro em 3 por cento ao ano. Página 10. As

intenções de plantio para a próxima safra é outro
assunto que está na página 11.

A reforma monetária, que introduziu mudanças pro-
fundas na economia brasileira, certamente terá na
agricultura um dos setores mais beneficiados. Afinal,
com o fim da especulação financeira, a produção agrí-
cola deverá absorver boa parte do capital que transitava
pelos bancos. Mas isso será de fato bom para todos? Es-
ta pergunta deve ser feita, depois de passado o período
de euforia geral. E uma das respostas que surgem é a de
que o pacote pode realmente dar novo impulso ao set-
or, mas também põe em risco a pequena propriedade.
A previsão — que carrega boa dose de temor, num mo-
mento de esperança — está, junto com outras informa-
ções, na página central desta edição. São depoimentos
que dão uma idéia de como o pacote repercutiu entre
os que convivem com o meio rural e preferem analisar
as mudanças sem ficar em torno apenas de seus efeitos
imediatos.

A capina é uma atividade que, apesar da moderniza-
ção, nunca foi abandonada nas regiões de soja.
Mas ela tem um novo componente, desde o final da
década passada: a participação nesse trabalho de pes-
soas assalariadas. São os bóias-frias gaúchos, que até
bem pouco tempo não existiam na paisagem do Pla-
nalto Médio, Missões e Alto Uruguai. Os trabalhado-
res eventuais, sem vínculos empregatícios, são na sua
maioria ex-agricultores expulsos da lavoura, e nos úl-
timos anos justificaram até a criação de uma coope-
rativa. É a Cotrail, a cooperativa dos biscateiros ru-
rais de Ijuí. A história da Cotrail e um pouco da vi-
da dos carpideiros estão sendo contados nas páginas
14 e 15.

Esqueceram o feijão com arroz

Najar Tubino

Na semana passada conversando
com a diretora técnica do Ministério da
Agricultura, Angela Aurvalle, em Porto
Alegre, ela dizia: "Nós estamos fazendo
o levantamento nas 14 unidades do Minis-
tério, e faltam apenas três. A gente tem
uma capacidade de controlar o congela-
mento de preços. Dispomos de 600 técni-
cos em todo o estado. A gente vai fazer
cumprir a tabela do CIP, mas não sei di-
zer se haverá alterações nos preços. Isto é
com Brasília".

A minha preocupação com o tal pa-
cote econômico do governo começa por
aí. Os técnicos do Ministério elaboraram
listas e mais listas em todo o país. Primei-
ro enviaram das regiões mais distantes até
as capitais. Depois disso começaram a en-
viar as listas a Brasília. Nesse meio tempo
passaram 30 dias.

O que isto significa? Fundamental-
mente, a insegurança de milhões de pro-
dutores que diariamente são bombardea-
dos com informações imprecisas e, em
muitos casos, nada sérias, através dos jor-
nais, das rádios e das televisões. Saíram
inúmeras tabelas para o meio urbano. Na
televisão, a todo momento, consumi-
dores faziam denúncias contra comerciantes,
apreendiam produtos e levavam alguns ge-
rentes e funcionários às delegacias poli-
ciais.

Fico me perguntando o que deverá
passar na cabeça do produtor, do criador,
enfim, de quem trabalha e vive da agrope-
cuária, vendo estas imagens e ao mesmo
tempo sem saber quando sairá a sua tabe-
la. É se esta tabela respeitará os preços do
CIP, que nunca foram divulgados, ou en-
tão se haverá algum "arranjo" entre
governo e empresas do setor com o objeti-
vo de "alterar" alguns preços.

No final do ano passado, juntamen-
te com o fotógrafo Paulo Soccol, estive
no nordeste da Argentina, que não chega

a se igualar ao nosso, mas também é po-
bre. Os argentinos nos diziam acreditar no
Plano Austral do governo Alfonsín, pois
do jeito que a inflação andava o país ex-
plodiria. Porém, alguns produtores e mes-
mo técnicos e empresários do setor agro-
pecuário faziam algumas ressalvas. Entre
elas, estava a dúvida sobre o congelamen-
to dos insumos.

Alguns produtos usados na ativida-
de primária seguiam subindo, enquanto os
preços das mercadorias continuavam con-
gelados. A agropecuária argentina estava
sustentando a economia do país, perdera
a maior parte da sua rentabilidade e conti-
nuava aguentando porque os produtores
acreditavam nas medidas. Não dá para
comparar o Brasil com a Argentina, em-
bora existam algumas semelhanças entre
os planos de Alfonsín e de Sarney. Para
mim, o principal desta história toda é que
a agropecuária neste país precisa se desen-
volver de uma vez por todas. Crescer, e
crescer de uma forma que os produtores
sejam recompensados. De um lado, por-
que a maior parte deles vive do que traba-
lha, com algumas exceções. E também
porque existem milhões de brasileiros
com fome.

A maior restrição que eu faço a es-
te pacote diz respeito à sua formulação.
Nós vivemos num país basicamente agro-
pecuário. Não podemos pensar que São
Paulo, a indústria automobilística ou o
ABC retratem o que se passa nos mais de
8 milhões de quilômetros e com os 130
milhões de habitantes. Mesmo assim, os
economistas elaboraram um pacote, se-
gundo eles estudado há mais de três me-
ses, sem uma medida de política agrícola.
Isto parece uma piada. Os caras foram
lembrar da agropecuária somente depois,
como se fosse um setorzinho qualquer,
sem a menor importância. No final da ad-
ministração passada do Ministério da
Agricultura foi anunciado ao país, através
da imprensa, o "Plano Agricultura Ano

2000", reunindo as diretrizes básicas do
que seria uma política agrícola brasileira.
Foram realizadas reuniões pelas inúmer-
as regiões deste país. E daí, o que acon-
teceu?

Qual a dificuldade em colocar mais
alguns técnicos, economistas, seja lá quem
for, para estudar com maior pressa as me-
didas de política agrícola e, então, anun-
ciá-las solenemente.

O próprio congelamento dos insu-
mos, a forma como foram anunciadas as
tabelas aprovadas nas reuniões do CIP,
nos dias 31 de dezembro de 85, 6 e 9 de
janeiro. Tabelas que levam em conta, no
caso de defensivos e alguns outros, apenas
o preço a nível de fábrica, sem calcular
custo de imposto, frete e a margem de in-
termediação. Acho que os produtores se-
rão obrigados a se munir de calculadoras
portáteis, além de uma série de tabelas e
índices econômicos para saber se o co-
merciante não está enrolando.

Última consideração: eu espero que
este país vá adiante, ou seja, melhore para
os brasileiros. Tenho absoluta certeza que
isto só depende de nós. Se os produtores
não se organizarem, não cobrarem infor-
mações precisas e responsáveis, e não co-
locarem na prensa, desde as autoridades
até os setores industriais, o pacote corre
um sério risco de "dançar". E nós junto.



Najar Tubino
é jornalista,
da sucursal
do Indicador
Rural
em Porto
Alegre

Siegfried Heuser (1921-1986)



Heuser era presidente da Cotridata

O Rio Grande do Sul perdeu, dia 29 de março, um de seus mais expressivos nomes da política nas últimas décadas: o deputado federal

Siegfried Emanuel Heuser, que completaria, no dia 22 de outubro, 65 anos de idade, depois de desempenhar várias funções como executivo e integrante dos legislativos estadual e federal. Heuser, que sempre teve seu nome ligado à agricultura e ao cooperativismo, e em especial à Cotrijuí, faleceu de enfarte no dia 29 em Punta Arenas, no Chile, onde participava de um torneio de pesca. Seu sepultamento ocorreu dia 1º de abril, em Porto Alegre. O deputado iniciou sua vida política em 1954, pelo extinto PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), quando se elegeu deputado estadual. Foi reeleito em 1958 e 1962, e em 1966 disputou uma cadeira no Senado, quando foi derrotado por três candidatos da Arena. Ele desempenhou ainda as funções de secretário da Fazenda, da Economia e da Agricultura, durante o governo de Leonel Brizola – eleito em 1958. Foi ainda o último presidente estadual do PTB e o primeiro presidente do MDB no Estado, interrompendo sua carreira em 1966, por cassação do regime militar. Em 1982, disputou uma vaga à Câmara Federal, retornando às suas atividades parlamentares. Atuou a partir de então como coordenador da bancada gaúcha na Câmara, e vinha presidindo a Comissão de Finanças daquela Casa. Heuser foi também um dos pioneiros na área de informática no Rio Grande do Sul, ao utilizar o uso do computador numa época em que poucas empresas recorriam ao processamento de dados. Foi essa experiência que determinou seus vínculos com a Cotrijuí, quando, em 1976, a Cooperativa implantou, com a assessoria do então político cassado, o CPD – Centro de Processamento de Dados. Em 1978, com a transformação desse setor em subsidiária da Cotrijuí, surgiu a Cotridata, e Heuser foi eleito vice-presidente da empresa. No ano passado, ele havia assumido a presidência da subsidiária, que tem sede em Ijuí. Heuser, que nasceu em Santa Cruz do Sul, era casado com dona Alice Simon, irmã do senador Pedro Simon, e deixa os filhos Adalberto, Jorge Emanuel, Renato, Carla e Daniel – este último veterinário e funcionário da unidade da Cotrijuí em Tenente Portela – todos do primeiro casamento com dona Hermengarda Bueno já falecida. Desde o anúncio de que Pedro Simon deixaria o Ministério da Agricultura, no final do ano passado, seu nome esteve entre os lembrados para o cargo.



No meio do mato, a bóia quente dos carpideiros da zona da soja

Pausa para a bóia

Até parece acampamento de sem-terra, mas não é. O pessoal que aparece na foto acima está fazendo a pausa para o almoço, depois de mais de quatro horas na enxada. São carpideiros de Ijuí, que este ano ficaram um bom tempo sem ganhar dinheiro, por causa da seca. Eles têm, em ano normal, serviço desde dezembro, mas desta vez a capina somente começou mesmo em fevereiro, pois o plantio da soja foi atrasado. Os que

estão na foto fazem parte de uma turma de mais de 100 pessoas, que num dia de trabalho são capazes de passar a enxada em mais de 30 hectares. Eles estão carpindo na Fazenda Bom Sucesso, de Catuípe. Na hora do almoço, entram em fila, diante de paneladas de arroz, feijão, carne, mandioca e polenta, levando prato e talheres. A fome é tanta, depois do primeiro turno de trabalho, que em três minutos os primeiros a serem servidos consomem a bóia e entram de novo na fila, enquanto a maioria aguarda o primeiro prato. Cada um tem direito a uma repetição. Menos de uma hora depois do almoço, eles estão de volta à lavoura, com as sacolas (onde guardam os pratos e talheres) dependuradas na cintura ou nos ombros. Numa semana sem chuva, trabalhando de segunda à sexta, cada carpidor tira 240 cruzados limpos (a diária é de 40 cruzados). Veja nas páginas 14 e 15 a reportagem sobre esses bóias-frias gaúchos, que – em sua maioria – saíram do meio rural e ainda planejam morar na lavoura.

Um caso exemplar

A leitura da moda, nos meios cooperativistas, desde o dia 18 de março, é a publicação "Dívida Externa – O Caso Exemplar das Cooperativas Gaúchas contra o Bank Of América". É uma longa reportagem, de autoria dos jornalistas Álvaro Caropreso e Raimundo Pereira, de São Paulo, publicada na forma de revista. A reportagem conta em detalhes como o Bofa, o todo-poderoso banco norte-americano, tentou passar a perna na Centralsul, ao cobrar empréstimos concedidos à Central. O caso, que teve repercussão nacional no ano passado, foi investigado pelos dois jornalistas e contém historinhas interessantes. Álvaro e Raimundo mostram por que a Centralsul rejeitou a dívida de 15 milhões de dólares cobrada pela Bofa, e passou a defesa ao ataque, exigindo do banco 140 milhões de dólares. Eles chegaram à conclusão de que, além dessa conta manipulada nos Estados Unidos, há pelo menos outras 82 na mesma situação.



O caso exemplar das cooperativas gaúchas contra o Bank of América

A reportagem tem historinhas. A revista foi publicada pela Editora Política, como parte dos fascículos "Retrato do Brasil", e foi lançada dia 18 de março em Porto Alegre. Daqui a pouco a publicação estará a venda em Ijuí e cidades da região. A reportagem faz uma defesa apaixonada do cooperativismo gaúcho, que – depois de muito levar bordoadas – passa a contar com dois nomes de peso da imprensa brasileira em suas trincheiras.

O melão gigante

Em meio a uma semana agitada de início de mês e da correria dos associados até a cooperativa em busca de maiores esclarecimentos a respeito do pacote econômico do governo, um melão conseguia desviar um pouco as atenções de quem chegava na Cotrijuí



naquele dia. Não era para menos tanta curiosidade, pois o melão, conhecido como

"melão de neve", pesava oito quilos e meio. Mais orgulhosa ainda do fato estava a dona Iraci Mattner, residente na Linha 8 Norte, em Ijuí, a proprietária do melão gigante. O melão, segundo a dona Iraci, foi plantado em dezembro, tendo como adubo muito bagaço de cana-de-açúcar e esterco curtido. Para o agrônomo Francisco Salla, da Unidade de Ijuí, um melão de oito quilos e meio, embora seja difícil de ser colhido, não chega a ser um fenômeno. Vários fatores, como boas condições climáticas, fertilidade do solo e uma boa adubação orgânica contribuíram para o seu desenvolvimento. Também somou o fato do pé do melão ter se desenvolvido num canto da lavoura, sem sofrer a concorrência de outras plantas.

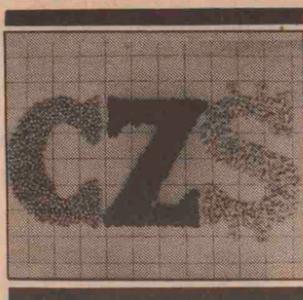
Trigo: a nova fraude

Há muito tempo o Brasil vem acompanhando a luta dos moinhos coloniais, na tentativa de abolir o sistema de quotas para a distribuição de trigo no país. Os primos pobres do clube dos moageiros (veja Cotrijornal de outubro/85) estão fora de um mercado concentrado na mão de meia dúzia de grandes grupos, a maioria multinacionais desde 1967. Pois agora, são os primos ricos – que monopolizam a fabricação da farinha de trigo – que estão nas manchetes dos jornais. Depois de muito se argumentar que as quotas haviam "moralizado" o setor, descobriu-se uma fraude de dar ciúme aos que praticavam, décadas atrás, o golpe do trigo-papel. Os moinhos vinham, há mais de 10 anos, sonegando vários impostos, através de uma manobra denunciada na primeira quinzena de março. Vendiam uma mistura de farinha comum como farinha especial. Cobravam dos panificadores o preço da especial, mas forneciam a nota com o valor que seria o correto. Por fora, recebiam um cheque equivalente à diferença, e ganhavam 12 cruzados (12 mil cruzeiros) por saca. A farinha misturada, que deveria custar 90 cruzados, era vendida por 102 cruzados. Os panificadores, movidos pela onda nacional contra a especulação, denunciaram o caso à polícia. Há 81 moinhos credenciados para moagem no Estado, e não se sabe se algum deles não está metido no rolo. É fraude de cruzes bem feias, envolvendo trilhões de cruzeiros, com sonegação de ICM, PIS, Finsocial e Importo de Renda. Outros moinhos, de fora do Rio Grande do Sul, devem estar com a pulga atrás da orelha, pois já se sabe que o escândalo é nacional. Disso tudo, pode resultar o fim do reinado das grandes indústrias no setor, com a reabertura do mercado aos moinhos coloniais.



A casa-pirâmide

A casa-pirâmide que aparece na foto, localizada à rua 21 de Abril, em Dom Pedrito, não é sede de nenhuma sociedade esotérica. É a residência do casal Romeu Machado da Luz e Martita de Leon Machado da Luz, ele médico com clínica naquela cidade de nossa Campanha. Como se vê, o proclamado bem-estar irradiado pela pirâmide também fez adeptos entre os homens da ciência médica. Algo de poderoso deve haver na pirâmide, e os antigos egípcios sabiam disso.



Enquanto moradores da cidade mantêm a mobilização, para que se cumpra o Programa, o meio rural está até agora sem resposta para muitas interrogações

Ainda no escuro

O morador da cidade já sabe quanto vai receber de salário, quanto custa o pão e o leite, a prestação do BNH, o aluguel da casa, o Imposto de Renda. Sabe até, desde o início do Programa de Estabilização Econômica do governo, lançado dia 28 de fevereiro, a quem recorrer para que tenha seus direitos assegurados de acordo com o congelamento geral de preços. Mas e o agricultor, o que sabe dessa história toda? Um mês depois do lançamento do pacote, a resposta é mais ou menos esta: o produtor sabe tão pouco, que chega a ficar meio confuso com tanta pergunta ainda no ar.

"Para nós, o pacote não está completamente pronto", garante o agricultor Arno Goergen, de Fundo Grande, Augusto Pestana, e essa é a pura verdade. Além das questões imediatas ainda enroladas em confusão, como os preços do leite e do arroz, e o tabelamento dos insumos e máquinas e implementos, há muita interrogação sem resposta. Até o dia 2 de abril, não se sabia como iria ficar o crédito rural, se haveria dinheiro suficiente para custear a safra e se, enfim, irá se manter aceso o debate, dentro do governo, no sentido de buscar novos rumos para a política agrícola.

Nas rodas de produtores, o grande assunto, levantado a partir do final de março, era o tal pacote para a agricultura. O ministro Iris Rezende criou esta expectativa, ao avisar que o setor primário teria um pacote especial, tratando de crédito, de congelamento de insumos e de medidas de médio e longo prazo. Mas, antes mesmo de se obter qualquer pista sobre o pacote agrícola, o que se teve de certo foi a decisão do governo de renovar seus estoques, através da importação de alimentos.

ESTOQUES

A preocupação, em Brasília, era uma só: garantir bons estoques, para que o abastecimento fosse assegurado, diante de um mercado que chegou a ficar conturbado. Houve ameaça de falta de carne no varejo e chegou inclusive a faltar leite em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. O governo quer contar com um estoque regulador de 2 milhões e 330 mil toneladas de alimentos, importando arroz, milho e leite. "O sucesso da política de abastecimento interno é fundamental para a continuidade do programa de estabilização", disse um técnico de Brasília para justificar as importações.

Foi assim, preocupado inicialmente com a estocagem, que o governo federal atacou de imediato um ponto que poderia estrangular o programa. No geral, Brasília jogou no atacado e pouco fez no varejo, ou seja, mandou dizer aos agricultores que as mudanças favoreciam a produção, sem mostrar de forma concreta, em detalhes, de que forma isso será possível.



População urbana já sabe como se defender, enquanto o agricultor aguarda definições

Afinal, não se sabia, até o início de abril, como ficariam os custos do dinheiro para a lavoura, e as especulações não eram tão otimistas como de início.

JUROS

Iris Rezende chegou a anunciar, logo depois do pacote, que os juros para a agricultura, na região Centro-Sul, deveriam ficar nos 3 por cento de antes (tirando fora a correção monetária, que foi extinta). No final de março a conversa era

outra: juros de 3 por cento apenas para o Nordeste, e de 6 por cento para o Centro-Sul, que abrange o Rio Grande do Sul. Também foi noticiado que o Banco Central estaria defendendo um juro de 10 por cento.

O custo do dinheiro merece atenção especial, pois nos últimos cinco anos as despesas financeiras abocanharam ao redor de 50 por cento dos gastos para formação da lavoura. Também interessa, es-

Disputa parelha

Preocupado em desembrulhar o pacote, o produtor ficou meio afastado de uma das acirradas disputas no meio cooperativista do Estado: a sucessão na Fecotrig. O desfecho da campanha das duas chapas, no dia 31 de março, era o mais ou menos esperado, com uma votação parelha. Jarbas Pires Machado, presidente desde 1980, foi reeleito com 37 votos, contra 36 do candidato da oposição, Darcílio Giacomazzi, presidente da Cooperativa Triticola de Getúlio Vargas. São 76 as cooperativas filiadas à Fecotrig, mas 3 não participaram da eleição, que dá direito a um voto por entidade.



Jarbas Machado

Giacomazzi foi anunciado, desde o lançamento de sua candidatura, ainda em fevereiro, como aliado da Ocergs (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul). Nesse ponto estava um detalhe importante, que não pode ser negado ao produtor, pois Jarbas Pires Machado nun-

ca se inclinou em favor dessa aproximação. Não é segredo no sistema das cooperativas de trigo e soja que a Fecotrig vem aglutinando os setores mais progressistas, enquanto a Ocergs conta com o apoio das alas mais conservadoras do meio rural.

Não é à toa, em função disso, que a Fecotrig - a partir da gestão de Jarbas - procurou estabelecer um questionamento político da situação do setor primário e da economia em geral, enquanto a Ocergs bate na tecla da eficiência empresarial. Foi este ponto, aliás, o mais atacado por Giacomazzi: ele criticou a situação da Centralsul e fortaleceu, durante a campanha, um discurso que se inclinou mais para o econômico e imediato do que o político. Dentro dessa visão, a proposta questionadora e mais ampla deve ser trocada pela busca da reciclagem econômica do sistema.

Também não foi de graça que Jarbas Pires Machado identificou sua apertada reeleição como uma "vitória da vanguarda do meio rural gaúcho". O presidente da Fecotrig deverá estreitar, a partir de agora, uma aproximação que já vinha acontecendo com setores que se preocupam, entre outras coisas, com a viabilidade da pequena propriedade, a luta por uma política agrícola voltada para o mercado interno e a representação do cooperativismo como espaço de resistência política do produtor. Sua reeleição promete também a retomada da defesa da reforma agrária, desta vez de forma mais concreta, no interior de uma Federação que congrega, em sua grande maioria, pequenos proprietários.

pecialmente ao pequeno agricultor, saber se haverá taxas diferenciadas de acordo com a categoria do proprietário rural (pequeno, médio e grande), e se será mantida a meta de dar prioridade aos alimentos para mercado interno, como o feijão, o milho e o arroz.

Ninguém sabia dizer, por exemplo, que destino será dado ao Projeto-2000, elaborado durante a gestão do senador Pedro Simon, no Ministério da Agricultura, e que estabelece as linhas básicas de uma nova política para o setor primário. A desinformação cresce na medida em que o atual ministro pouco informava sobre seus planos. A esperança, entre os agricultores, é que Iris Rezende esteja falando pouco para anunciar muito, quando for definido o tal pacote para o setor.

PRESSÃO

Enquanto o pacote não sai, depois de anunciado várias vezes, o agricultor anda em círculos. Em Ijuí, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais chegou a formar duas comissões (uma de Preços, Insumos e de Política Agrícola e a outra de Previdência), para articular a organização dos pequenos proprietários. Mas até o final de março pouco ou quase nada havia sido conseguido. Essas comissões seriam fiscalizadoras do cumprimento de normas que, afinal, ainda não existem.

Carlos Karlinski, presidente do Sindicato, relembra que os agricultores estão diante de uma situação que não deixa de ser curiosa, quando pensam na possibilidade de exercer pressões. No caso do leite, por exemplo, bem que eles poderiam - como fizeram outras vezes - exigir um preço remunerador, pois este ficou congelado nos 1,78 cruzados de dezembro. "Mas como pressionar, se já se sabe que o consumidor não veria com simpatia um movimento nesse sentido?" - indaga-se Karlinski.

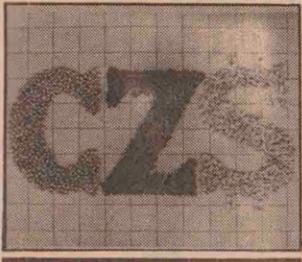
Também no Sindicato Rural Patronal havia muito mais expectativa do que certezas em torno de detalhes do pacote para a agricultura, apesar do presidente Reinhold Luiz Kommers reconhecer que no geral as medidas favorecem quem produz. Mas as definições são exigidas com pressa, pois daqui a pouco estará sendo formada a lavoura de inverno, sem que até agora o agricultor tenha noção de como irá controlar os custos de sua atividade.

DESENCONTROS

As indefinições e as informações desencontradas atingiram a agricultura desde o lançamento do pacote, e por isso não chegaram a surpreender, mesmo um mês depois do anúncio do programa. A CFP (Comissão de Financiamento da Produção) informou, no início de março, que os preços mínimos seriam corrigidos de acordo com a variação da ORTN no mês de fevereiro, que chegou a 14,36 por cento. Os novos preços foram divulgados, e poucos dias depois a mesma CFP avisava que a correção seria não mais sobre os 14,36 por cento, mas sobre a variação diária dos 28 dias de fevereiro, ficando em 12,84 por cento.

Para se ajustarem à nova situação, as cooperativas demoraram pelo menos 17 dias, até retomar a comercialização, paralisada desde o dia 27 de fevereiro. Os novos preços do milho e da soja semente retornaram à pedra no dia 17 de março, enquanto o setor buscava, ao mesmo tempo, entendimento com os compradores. O quadro mais complicado é o da soja vendida antecipadamente a preço-futuro, que a conversão de cruzeiros para cruzados obterá um valor bem abaixo do mínimo (veja nas páginas centrais).

A conversa mais ouvida nesse primeiro mês, ainda nebuloso, em torno das repercussões do pacote na agricultura, tem como ingrediente um consolo: o que o produtor perder agora, irá ganhar depois, quando as medidas estiverem consolidadas. O seu Arno Goergen, de Augusto Pestana (veja entrevista nas páginas seguintes), acha que só há uma saída: "Vamos esperar pra ver".



Cresce a indecisão na área leiteira, onde a atividade vinha sendo ameaçada até pela concorrência da tal de vaca mecânica

Uma área castigada

Antes mesmo do pacote econômico, o produtor Antenor Vione chegou a pensar em vender quatro de suas sete vacas de leite, e aplicar o dinheiro na poupança. Agora, com a área leiteira sendo a mais prejudicada pelas medidas do governo, Vione nem sabe o que faz. Sua indecisão é a mesma de milhares de produtores do país, que ainda levam um pouco de fé numa saída para a situação criada com o congelamento do leite a 1,78 cruzados ao produtor.

Vione tem na atividade apenas um complemento de sua receita, pois é proprietário de 112 hectares, em Barreiro, Ijuí, e cuida de sete vacas de leite. Comercializa o produto há uns 10 anos, e está convencido de que não vale a pena investir no momento em aumento na produção, pensando na formação da quota (de abril a julho). "Essa atividade não tem nenhuma estabilidade, e o produtor é penalizado, com a formação da quota, exatamente num momento em que é benefi-

ciado pelo clima e pela natureza", diz Vione.

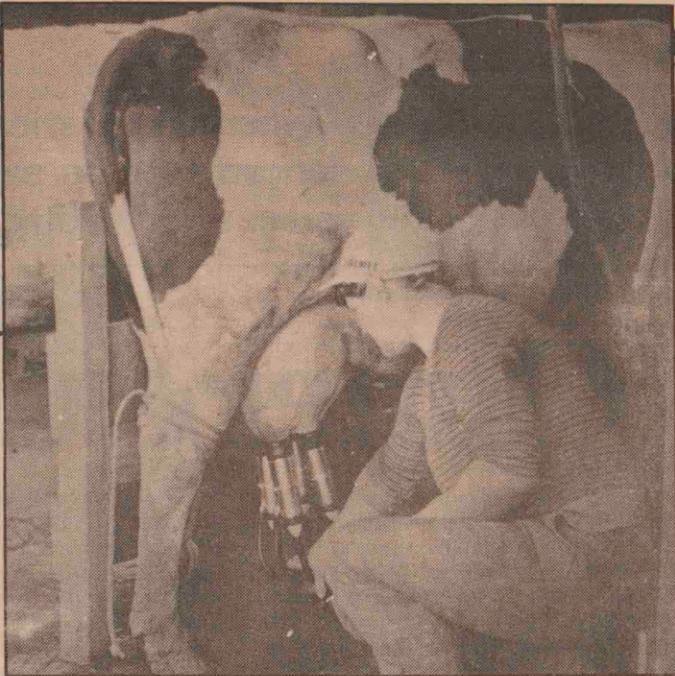
Opiniões como esta, que podem representar, a médio prazo, uma ameaça à produção, não chegam ainda a preocupar na região. Segundo Carlos Vieira, gerente da indústria da CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) em Ijuí, não há por enquanto uma tendência à redução na entrega do produto. Isso já aconteceu, no entanto, em São Paulo, Rio e Minas, onde se insinua até mesmo que a baixa oferta de leite no mercado seria parte de uma estratégia para forçar o governo a mexer no preço congelado, ou adotar medidas de apoio aos criadores.

"A situação aqui é normal", garante Carlos Vieira, lembrando que o quadro geral da área leiteira, criado pelo pacote, chega a ser conflitante com as perspectivas para a atividade. Ele observa que, após a seca, esperava-se um maior investimento na produção de leite, como forma do produtor compensar as perdas com a estia-

gem. O congelamento do preço, nos níveis de dezembro, e quando se esperava um reajuste para março, jogou água fria nessa previsão.

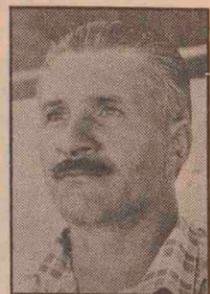
Em anos normais, no inverno a produção leiteira registra uma queda de 40 por cento na região — segundo o gerente da CCGL. Desta vez, não há como fazer estimativas, em função da seca e das possíveis repercussões negativas do congelamento, a médio prazo. Uma pergunta sem resposta, entre tantas outras, andava de boca em boca, até o início de abril: como o produtor poderá melhorar sua média, na época de formação de quota, exatamente num momento em que não se sente estimulado a fazer isso?

Segundo José Alaor Daltroso, coordenador operacional de recebimento de



Desestímulo vem na hora da formação da quota

leite, na Região Pioneira da Cotrijuí, que está sempre em contato com os produtores, a indecisão é mesmo grande. Mas não há — diz ele — nada que indique, por enquanto, uma tendência de redução no plantel, com queda na produção. O pessoal está à espera de alguma medida do governo para então decidir o que fazer.



Antenor Vione

Vaca mecânica: invenção para os pobres

Luiz Pedro Trevisan

A tal vaca mecânica tem sido um dos assuntos bastante falado ultimamente, não pela máquina em si, mas pelo produto que ela produz, naturalmente. O "suco de soja", que alguns desentendidos, ou entendidos com segundas intenções insistem em denominar como leite, nunca foi, não é e nunca será leite no sentido de como este produto é conhecido comumente, ou seja, "um líquido branco, opaco, segredado pelas glândulas mamárias das fêmeas dos mamíferos", como diz o dicionário da língua portuguesa.

Para externar nosso ponto de vista sobre este assunto e não tornar a leiteira enfadonha, vamos fazê-lo em pequenos tópicos, ou em "pílulas", como alguns diriam, enumerando esses tópicos não por ordem de importância, mas tão somente por motivo didático:

1 — Não somos contra campanhas e/ou iniciativas que tenham como objetivo proporcionar melhores condições alimentares à população. Somos contra, isto sim, esta maldita mania de sempre nivelar as coisas por baixo, especialmente no que se refere à alimentação e saúde. Por que não dar leite de vaca à população, ao invés do "suco de Soja"?

2 — Ao invés de estimular ainda mais a monocultura da soja, por que não estimular o produtor de leite, para que este aumente sua produção? Basta dar condições de produzir leite, oferecendo crédito e bom preço, que o Brasil em pouco tempo passará a ser autosuficiente em leite e ainda sobrá produto.

3 — Se o leite de vaca não pode ser adquirido pela população, por que não subsidiá-lo? Quase todos os países do mundo (especialmente os mais desenvolvidos) já o fizeram e alguns ainda hoje subsidiam o leite para a população ou subsidiam o produtor.

4 — Se o "Suco de Soja" tem o valor alimentício semelhante ou igual ao leite de vaca (o que não é verdade), segundo

dizem nos discursos as "autoridades" que inauguram as vacas mecânicas, por que nas casas dessas autoridades, para sua família e seus filhos, só se toma o leite de vaca e não o "Suco de Soja"?

5 — Se o "Suco de Soja" é nutritivamente semelhante ao leite de vaca, segundo dizem os que instalam vacas mecânicas (o que não é verdade), por que o governo federal agora está distribuindo leite de vaca aos carentes? Será que o Brasil está nadando em dinheiro para optar entre duas alternativas semelhantes nutritivamente pela opção mais cara?

6 — No caso específico da região noroeste do Rio Grande do Sul, caracterizada basicamente pelo minifúndio e que possui uma das mais importantes bacias leiteiras do Estado, é justo e inteligente instalarem-se vacas mecânicas e dar força à soja; ou seria mais justo preservar e estimular este importante meio de diversificação de atividades do produtor rural, que é a pecuária leiteira?

7 — Estudos feitos por órgãos sérios e competentes mostram que para tornar o "suco de soja" apenas aproximado ao leite de vaca no aspecto nutritivo, necessário se torna complementá-lo com uma série de ingredientes, além de necessitar de um rígido controle diário por parte de nutricionistas competentes. Além disso, seriam precisos outros gastos tais como aquisição da soja necessária, essência, açúcar, embalagens, energia, salários dos empregados, nutricionista, utensílios, manutenção, depreciação, controle de qualidade, administração de compras, distribuição, transporte refrigerado. Isso sem falar no custo do prédio ou da adaptação do mesmo e do custo da máquina. Se isso tudo for computado já está provado que o custo do litro do "Suco de Soja" é o mesmo ou até maior do que o do leite de vaca. Então por que optar pelo "Suco de Soja"? Quem disser que está produzindo o "Suco de Soja" mais barato, ou está escondendo o verdadeiro custo, ou não está produzindo o "Suco" com as qualidades

e cuidados que deveria ter. Neste caso está jogando perigosamente com a saúde pública, especialmente com as crianças em fase de formação óssea.

8 — Esses pequenos municípios que instalaram a vaca mecânica estão efetuando o necessário e indispensável controle de qualidade diário ao "Suco de Soja" distribuído à população? Do que consiste este controle de qualidade? Que análises são feitas? Onde estão os boletins dessas análises? Com que aparelhos se fazem as análises? Onde estão instalados os laboratórios? Nas laticínios o controle de qualidade e higiene do leite de vaca é feito diariamente por técnicos competentes. Todas as laticínios têm laboratório e fiscalização federal para zelar pela qualidade do leite.

9 — Se o "Suco de Soja" tem as qualidades que alguns querem lhe atribuir, ao ponto de compará-lo ao leite de vaca, por que os países da Europa ou Estados Unidos da América não o utilizam? Ou alguém desses defensores da "vaca mecânica" já ouviram falar de algum monstro desses funcionando em países desenvolvidos?

10 — Aos políticos se pergunta por que a "vaca mecânica" só surgiu no Brasil juntamente com abertura política e com o exercício da prática das eleições?

11 — A soja realmente é uma excelente alternativa alimentar. Seu uso na alimentação humana deve ser estimulado. Todavia não como substituto do leite e sim como fonte de proteína. Os povos orientais (de onde a soja é originária) que usam soja na alimentação não a usam como substituto do leite e sim como substituto da proteína animal.

12 — Se o "Suco de Soja" é tão bom e nutritivo como seus defensores querem dar a entender, por que nas solenes inaugurações das vacas mecânicas já dizem nos discursos que "esta é a solução para a população carente"? Por que os riscos não consomem essa maravilha de "leite"?

13 — Se o "Suco de Soja" é um perfeito substituto do leite de vaca, e é mais barato, não tem mais sentido criar vacas leiteiras. Os criadores logo as exterminarão. Como ficará o preço dessas máquinas quando ninguém mais criar vacas leiteiras?

14 — Fidel Castro também adquiriu vacas mecânicas. Só que uma ele deu de presente para o Suriname e outra para a Coreia do Norte. O barbudo não é trouxa...

15 — Num grupo de trabalho constituído a pedido do Ministro da Agricultura na Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o parecer dos técnicos (agrônomos veterinários, zootecnistas, químicos, bioquímicos, nutricionistas, etc) foi por unanimidade contrário a proliferação das vacas mecânicas.

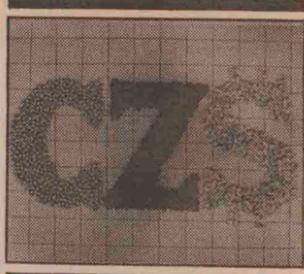
16 — Em algum país do mundo já existem crianças que foram criadas sem receber leite de vaca e só recebendo "Suco de Soja" como substituto? O desenvolvimento dessas crianças foi normal? A formação de esqueleto, da estrutura óssea foi normal?

17 — Muito pouca gente que não seja político ou fabricante da tal máquina defende publicamente a "vaca mecânica".

18 — O que ainda não deu para entender é como e porquê o governo da Nova República incluiu a pecuária leiteira como uma das 5 prioridades agropecuárias e, ao mesmo tempo, distribuiu algumas vacas mecânicas para alguns municípios. Menos mal que parece ter reconhecido o erro e parou com a distribuição.



Luiz Pedro Trevisan é presidente da Associação dos Agrônomos do Noroeste do Rio Grande do Sul



O mercado praticamente parou, durante quase três semanas, depois do lançamento do pacote. E os negócios foram retomados com preços que não agradam, especialmente para o leite, suínos e arroz

O mercado se reacomoda

Como conseguir preços compensadores, para cada um dos produtos agrícolas, num momento em que todos são congelados ao mesmo tempo? Não é fácil, e cada caso envolve uma verdadeira novela. O mais grave é o do leite, mas outros não ficam muito atrás. Abaixo, um resumo da situação do mercado para os principais produtos:

LEITE



Nenhuma outra atividade recebeu um impacto tão forte do pacote, e com repercussões negativas, quanto à área leiteira. Os produtores vêm recebendo, desde 17 de dezembro, 1,78 cruzados (1 mil e 780 cruzeiros) pelo litro (preço do leite consumo entre a indústria). Em março deveria ocorrer um novo reajuste, deixado de lado com o anúncio da reforma econômica. A correção deveria ficar em torno de 40 por cento, conforme estimativa do próprio governo.

A Divisão Técnica da CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) realizou levantamento que mostra, com dados de fevereiro, o custo de um litro de leite para o produtor: 2 cruzados e 15 centavos. Um preço remunerador deveria ficar em 3 cruzados e 9 centavos. Com a gritaria provocada pelo congelamento, num momento em que deveria ter ocorrido o

reajuste, o governo contra-atacou. Segundo técnicos de Brasília, com o reajuste em 40 por cento, considerando-se uma inflação em torno de 15 por cento ao mês, o produtor em pouco tempo corria de novo atrás do prejuízo.

De acordo com esse raciocínio, mesmo tendo sido congelado com preço de dezembro, o leite vai assegurar mais lucros ao produtor, em comparação com a situação anterior. A verdade é que o efeito disso tudo pode ser desastroso. Para garantir o abastecimento, o governo já contratou a importação de 20 mil toneladas de leite. Além disso, há uma comissão estudando saídas, para que a produção não seja reduzida.

O interessante é que esse quadro é enfrentado numa hora em que começa a execução do Programa Nacional do Leite para crianças carentes, que prevê a distribuição de 246 milhões de litros de graça a crianças de 0 a 7 anos em 1986. O problema também coincide com a entressafra, quando o produtor deve formar quota, para não ter descontos excessivos quando do pique da produção.

CARNE



O caso da carne bovina teve um episódio que mostrou a força de uma área do varejo: os açougues. Por incrível que pareça, os açougueiros ber-raram, fizeram pressão e conse-

guiram reduzir o preço da carne que lhes é entregue pelas indústrias. O acerto entre criadores, frigoríficos e açougueiros aconteceu no dia 12 de março, quando já se registrava a falta de produtos em algumas cidades. A grande queixa dos açougueiros era dirigida aos cortes de dianteiro, que teriam deixado poucas margens de ganho.

Eles argumentavam que a margem de lucro, nos cortes de traseiro, havia sido reduzida para 16 por cento, e no de dianteiro para 8 por cento, quando a média — nos dois casos, antes do pacote — era de 25 por cento. O acordo, com a mediação do governo, resultou nos seguintes preços cobrados pelos frigoríficos: para os supermercados, 20 cruzados o quilo do traseiro, e 14,50 cruzados o de dianteiro. Para os açougues, 19 cruzados o traseiro, e 13,80 cruzados o dianteiro.

Os criadores também tiveram que reduzir o preço que pretendiam cobrar das indústrias. Nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul a arroba ficou em 215 cruzados (para animais com peso superior a 16 arrobas) e 208 para os de menor peso. Nos demais Estados, inclusive o Rio Grande do Sul, a arroba do boi gordo ficou em 205 cruzados, e os de menor peso em 200 cruzados.

A Farsul protestou contra a diferen-

ciação no preço, que prejudicou os gaúchos. Os pecuaristas das várias regiões pediam, em média, 220 cruzados pela arroba, mas tiveram que ceder, para que o mercado não ficasse conturbado. A situação da carne parece tranquila, apesar dos protestos da Farsul.

SOJA



Quando o preço mínimo da soja foi fixado em 125 cruzados e 40 centavos, chegou a se prever que o mercado interno não suportaria este valor. A explicação era de que o preço não estava de acordo com a paridade determinada pela cotação internacional, e as indústrias não teriam como pagar tanto. Esse choro inicial foi esquecido, mesmo porque o preço do dia ao produtor logo chegou aos 130 cruzados (caso da Cotrijuf).

A CONVERSÃO PARA CRUZADOS

Dia	1986												1987	
	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro		
1	1 000,00	1 139,06	1 303,31	1 497,94	1 713,93	1 969,89	2 264,07	2 590,52	2 977,39	3 406,70	3 915,45	4 500,18		
2	1 000,00	1 144,19	1 309,17	1 504,68	1 721,64	1 978,75	2 274,26	2 602,18	2 990,79	3 422,03	3 933,07	4 520,43		
3	1 000,00	1 149,34	1 315,06	1 511,45	1 729,39	1 987,65	2 284,49	2 613,89	3 004,25	3 437,43	3 950,77	4 540,78		
4	1 004,50	1 154,51	1 320,98	1 518,25	1 737,17	1 996,60	2 294,77	2 625,65	3 017,77	3 452,90	3 968,55	4 561,21		
5	1 009,02	1 159,71	1 326,92	1 525,09	1 744,99	2 005,58	2 305,10	2 637,47	3 031,35	3 466,44	3 986,41	4 581,74		
6	1 013,56	1 164,93	1 332,90	1 531,95	1 752,84	2 014,61	2 315,47	2 649,34	3 044,99	3 484,04	4 004,35	4 602,35		
7	1 018,12	1 170,17	1 338,89	1 538,84	1 760,73	2 023,67	2 325,89	2 661,26	3 058,69	3 499,72	4 022,37	4 623,06		
8	1 022,70	1 175,43	1 344,92	1 545,77	1 768,65	2 032,78	2 336,36	2 673,23	3 072,45	3 515,47	4 040,47	4 643,87		
9	1 027,31	1 180,72	1 350,97	1 552,72	1 776,61	2 041,93	2 346,87	2 685,26	3 086,28	3 531,29	4 058,65	4 664,77		
10	1 031,93	1 186,04	1 357,05	1 559,71	1 784,61	2 051,12	2 357,43	2 697,35	3 100,17	3 547,18	4 076,91	4 685,76		
11	1 036,57	1 191,37	1 363,16	1 566,73	1 792,64	2 060,35	2 368,04	2 709,49	3 114,12	3 563,14	4 095,26	4 706,84		
12	1 041,24	1 196,73	1 369,29	1 573,78	1 800,70	2 069,62	2 378,69	2 721,68	3 128,13	3 579,18	4 113,69	4 728,02		
13	1 045,92	1 202,12	1 375,45	1 580,86	1 808,81	2 078,93	2 389,40	2 733,93	3 142,21	3 595,28	4 132,20	4 749,30		
14	1 050,63	1 207,53	1 381,64	1 587,98	1 816,95	2 088,29	2 400,15	2 746,23	3 156,35	3 611,46	4 150,80	4 770,67		
15	1 055,36	1 212,96	1 387,86	1 595,12	1 825,12	2 097,69	2 410,95	2 758,59	3 170,55	3 627,71	4 169,47	4 792,14		
16	1 060,11	1 218,42	1 394,11	1 602,30	1 833,34	2 107,12	2 421,80	2 771,00	3 184,82	3 644,04	4 188,24	4 813,70		
17	1 064,88	1 223,90	1 400,38	1 609,51	1 841,59	2 116,61	2 432,70	2 783,47	3 199,15	3 660,44	4 207,08	4 835,37		
18	1 069,67	1 229,41	1 406,68	1 616,75	1 849,87	2 126,13	2 443,65	2 796,00	3 213,55	3 676,91	4 226,02	4 857,12		
19	1 074,48	1 234,94	1 413,01	1 624,03	1 858,20	2 135,70	2 454,64	2 808,58	3 228,01	3 693,46	4 245,03	4 878,98		
20	1 079,32	1 240,50	1 419,37	1 631,34	1 866,56	2 145,31	2 465,69	2 821,22	3 242,53	3 710,08	4 264,14	4 900,94		
21	1 084,17	1 246,08	1 425,76	1 638,68	1 874,96	2 154,96	2 476,78	2 833,91	3 257,13	3 726,77	4 283,32	4 922,99		
22	1 089,05	1 251,69	1 432,17	1 646,05	1 883,40	2 164,66	2 487,93	2 846,66	3 271,78	3 743,54	4 302,60	4 945,14		
23	1 093,95	1 257,32	1 438,62	1 653,46	1 891,87	2 174,40	2 499,13	2 859,47	3 286,51	3 760,39	4 321,96	4 967,40		
24	1 098,88	1 262,98	1 445,09	1 660,90	1 900,38	2 184,19	2 510,37	2 872,34	3 301,29	3 777,31	4 341,41	4 989,75		
25	1 103,82	1 268,66	1 451,59	1 668,37	1 908,94	2 194,02	2 521,67	2 885,27	3 316,15	3 794,31	4 360,95	5 012,21		
26	1 108,79	1 274,37	1 458,13	1 675,88	1 917,53	2 203,89	2 533,02	2 898,25	3 331,07	3 811,38	4 380,57	5 034,76		
27	1 113,78	1 280,11	1 464,69	1 683,42	1 926,16	2 213,81	2 544,41	2 911,29	3 346,06	3 828,53	4 400,28	5 057,42		
28	1 118,79	1 285,87	1 471,28	1 691,00	1 934,82	2 223,77	2 555,86	2 924,39	3 361,12	3 845,76	4 420,08	5 080,17		
29	1 123,82	1 291,66	1 477,90	1 698,61	1 943,53	2 233,78	2 567,37	2 937,55	3 376,25	3 863,07	4 439,97	—		
30	1 128,88	1 297,47	1 484,55	1 706,25	1 952,28	2 243,83	2 578,92	2 950,77	3 391,44	3 880,45	4 459,95	—		
31	1 133,96	—	1 491,23	—	1 961,06	2 253,92	—	2 964,05	—	3 897,91	4 480,02	—		

Juros que assustavam

No dia 4 de novembro do ano passado, o agricultor Mariano Piaseck assinou um contrato no Banco do Brasil, para empréstimo de 30 milhões de cruzeiros destinado a compra de um trator. Mas quando chegou em casa e começou a fazer as contas, ele ficou meio assustado. O trator Valmet, ano 77, custaria uma barbaridade. Quando da liquidação do financiamento, em julho de 1987, Mariano teria pago pela máquina alguma coisa ao redor de 630 milhões de cruzeiros. Tudo por causa da correção monetária e mais juros de 3 por cento ao ano.

Foi por isso que, logo depois de assinar o contrato, no dia 7 de novembro ele entregou 16 milhões de cruzeiros ao banco, para amortizar parte da dívida, utilizando o dinheiro da safra de trigo. E em dezembro, pagou mais 10 milhões. O agricultor queria se ver livre depressa da maior parte do débito, e ficar apenas com uma sobra para pagar nas safras seguintes. De acordo com o contrato, as parcelas venceriam nos meses de julho de 1986, 87 e 88.

CEM POR CENTO

'Eu cheguei a ser aconselhado por um funcionário do banco a aplicar o dinheiro do trigo em RDB (Recibo de De-



Mariano: trator iria custar uma fortuna

pósito Bancário), em vez de amortizar logo parte da dívida", lembra Mariano. Mas ele preferiu se ver livre logo de um pedaço do débito. Agora, com o fim da correção monetária, irá pagar, a partir de março, apenas o juro de 3 por cento ao ano. Mas até o dia 20 de março Mariano não sabia ainda qual era o saldo do empréstimo a liquidar.

'A situação melhorou cem por cento', diz o agricultor. Mas ele quer saber como ficarão os custos para a agricultura a partir de agora, e se os preços dos insumos (adubo, agrotóxicos e outros) serão mesmo congelados. No geral, Mariano espera uma melhora para quem lida com a

lavoura, e chega a acreditar que ficará mais fácil comprar maquinário.

CONVERSÃO

Para encontrar o saldo do débito de empréstimos, agricultores como o seu Mariano, que pegaram dinheiro com cláusula de correção monetária, terão que fazer algumas contas. O saldo existente até o final de fevereiro deve ser dividido pela ORTN do mesmo mês (Cr\$ 93.049,40). O resultado encontrado é dividido por mil, e depois multiplicado pelo valor da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional—de março (106 cruzados e 40 centavos). É assim que se descobre o novo saldo, so-

bre o qual deixa de incidir correção monetária. O acréscimo é de apenas 3 por cento de juro, no caso do crédito rural.

Outras dívidas assumidas pelos agricultores, com valores fixados na data do contrato, sem correção monetária, devem ser convertidas em cruzados. É o caso dos crediários em lojas, que foram feitos com parcelas fixas, a serem pagas a cada mês. Para chegar ao valor a ser pago, no dia do vencimento de cada parcela, paga-se o valor em cruzeiros e divide-se pelo fator de conversão do dia do vencimento (veja a tabela ao lado). Desta divisão resulta o valor em cruzados.

A preocupação agora é com os produtores que venderam soja a preço-futuro, e especialmente para junho e julho. Na conversão do valor para cruzados, a diferença é grande entre o preço a ser pago e o preço mínimo oficial. Quem vendeu para junho, por exemplo, pode receber apenas 85 cruzados, e para julho o valor pode chegar em alguns casos, a 83 cruzados. Muita gente comercializou antecipadamente parte da safra, e enfrenta agora os baixos valores, com ameaça de reduzir ainda mais seus ganhos comprometidos pela seca.

O ministro Íris Rezende e a CFP (Companhia de Financiamento da Produção) já avisaram que nenhum produtor, em caso algum deve receber preço inferior ao mínimo. Mas quem garante isto? As cooperativas, que tocaram pra frente esta soja, negociada com as indústrias, tentam agora um entendimento com os compradores. Afinal, para corrigir o preço ao produtor, as cooperativas terão antes que entrar em acordo com as indústrias. Mas até o dia 2 de abril não havia solução para este impasse.

Comparando-se o preço a receber, para quem vendeu para junho ou julho, com o preço mínimo, já se nota que a diferença é grande. Essa diferença cresce ainda mais, se a comparação for feita com o valor que o produtor deveria de fato receber para ter lucro. Segundo Paulo Trevisan, economista da Fecotriço, o custo da soja em abril ficou em 135 a saca, ou seja, o custo é maior que o preço mínimo. Com os 30 por cento de lucro, que é previsto no Estatuto da Terra, o produtor deveria receber então em torno de 175 cruzados.

ARROZ



O congelamento do arroz no varejo encurtou a margem de ganho dos comerciantes e se transformou numa novela parecida com a do leite. Só que aqui quem perde não é o produtor,

mas o atacadista e as indústrias. Acontece que o governo congelou o quilo do arroz agulhinha tipo 2 a 6 cruzados e 60 centavos no varejo. E assegurou um preço mínimo ao produtor de 130 cruzados pela saca de 60 quilos. O arroz agulhinha tipo 2 detém 80 por cento do mercado do arroz.

O problema é que, para pagar os 130 cruzados ao produtor, a indústria teria que repassar este arroz por um custo mais alto ao atacadista e ao varejista, e o produtor chegaria à prateleira não com Cz\$ 6,60 o quilo, mas Cz\$ 7,40. Este seria — segundo as indústrias — o preço ideal para que ninguém tenha prejuízo, de

uma ponta a outra. A mesma indústria garante que, para manter o tabelamento no varejo, pagaria no máximo 110 cruzados pela saca (50 quilos, arroz com casca) ao produtor, e não os 130 cruzados do preço mínimo.

Esses desencontros teriam acontecido porque o governo congelou no varejo um preço irreal, que correspondia ao valor de um arroz importado com subsídio. Para corrigir a falha, o certo seria revisar o tabelamento, mas a população certamente não aceitaria a medida. O Ministério da Agricultura está estudando uma saída, pois reconhece inclusive que o produtor deveria ganhar mais pelo arroz. Entre as alternativas está a participação do governo na cobertura dos custos com transporte e secagem.

SUÍNOS



A comercialização de suínos também esteve paralisada durante um bom tempo após o anúncio do pacote. E, após o congelamento no varejo, os preços pagos ao produtor, com

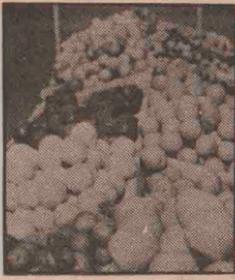
a retomada dos negócios, cairam em relação aos que eram praticados até o final de fevereiro. Na Cotrijuí, o preço do quilo do suíno tipo branco estava em 10,36 cruzados, no final de fevereiro. Quando a comercialização foi retomada, o preço caiu para 9,25 cruzados e chegou a 9,00 cruzados no início de abril.

Os criadores estão se queixando, principalmente das pressões das indústrias para que os preços sejam achatados. Segundo Cláudio Walter, da área de comercialização de suínos da Cotrijuí em Ijuí, não são poucos os produtores que já estão vendendo matrizes. O principal impasse para a atividade está nos altos custos de

produção, e as queixas se dirigem aos preços das rações. Werner Meincke, presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Estado, define assim o quadro enfrentado hoje: "A situação está preta".



HORTIGRANJEIROS



Os hortigranjeiros entram e saem do mercado, de acordo com a época da produção, e não podem ser estocados. Como então tabelar verduras e legumes que nem sempre aparecem nas prateleiras? A decisão foi esta: o tabelamento no atacado, e não no varejo, por regiões, com preços que podem ser corrigidos periodicamente. Esta é a decisão da Sunab, que irá revisar a tabela de acordo

com a oferta e procura de determinado produto, mas sem estabelecer preços de venda ao consumidor.

Esta saída encontrada vai se transformar num grande desafio, pois as feiras estão entre os segmentos que mais enfrentam a interferência de intermediários. A área de hortigranjeiros, que fica com grande parte da demanda de alimentos e é controlada de perto pelas donas-de-casa, não pode — segundo a Sunab — a comprometer o congelamento.

MILHO

O milho ganhou crédito como nunca, na última safra, em comparação com a soja, mas não correspondeu por causa da seca. O produtor, que já perdeu em produtividade com a



falta de chuvas, não terá também preços muito compensadores. Quando o pacote foi anunciado, a saca estava cotada (no preço do dia, na Cotrijuí) em 90 mil cruzeiros. O preço mínimo do governo ficou em 79,20 cruzados (79 mil e 200 cruzeiros antigos), bem abaixo, portanto, do preço que vinha sendo praticado.

Com o congelamento e os ajustes na comercialização, que paralisou os negócios até 17 de março, ficou a esperança de que os preços retonassem acima do mínimo. Isso se confirmou, com a fixação do valor ao produtor nos mesmos 90 cruzados de antes do pacote, mas depois o preço caiu para 85,20 cruzados. O governo importou milho dos Estados Unidos — sob protesto dos agricultores — mas já não interfere no mercado com os leilões dos estoques da CFP. Os leilões foram suspensos desde o início de fevereiro, e as oscilações de preços estão entregues à oferta e à procura.

Um baque no preço futuro

No final do ano passado, quando a seca ainda não era uma ameaça mais séria, o agricultor Arno Goergen, da localidade de Fundo Grande, em Augusto Pestana, decidiu antecipar a venda de parte da soja que iria colher. Vendeu 500 sacas no preço futuro a 141 mil cruzeiros, para o final de maio. Agora, no início de abril, Arno fazia as contas e, na conversão do cruzeiro para o cruzado, descobria que iria receber 96 cruzados pela saca do produto. Considerando-se que a partir de março o preço mínimo da soja ficou em 125,40 cruzados, ele perderia com a venda das 500 sacas nada menos de 14 mil e 700

cruzados, ou 14 milhões e 700 mil cruzeiros antigos.

Arno é um dos tantos produtores que, de início, podem sair perdendo com o pacote, por terem sido surpreendidos pelas medidas do governo. Melhor seria dizer — como ele mesmo reconhece — que o agricultor deixará de ganhar com as reformas, pelo menos no caso da venda da soja a preço futuro. Mas não será por isso que deixará de apostar em dias melhores para a agricultura, apesar das indagações que existiam até o início de abril. "Vamos ter que esperar algum tempo, para saber o que vamos mesmo ganhar com essas modificações", observa Arno.

QUEIJO

Ele relembra que, nas rodas de conversa, antes do pacote, a pergunta era mais ou menos esta: "No que vai virar esta corrida da inflação?" Depois do pacote, os agricultores mudaram a interrogação: "Será que os custos da lavoura, da criação de porcos, do gado de leite e de outras atividades também serão mesmo congelados?" Arno possui 66 hectares e planta em mais 100 hectares arrendados. Cria porcos, mais para o consumo da casa, e mantém 4 vacas de leite, mas também não comercializa a produção.

Ele e os quatro filhos (Salete, Odetete, José Mário e Vicente) preferem transformar o leite em queijo, porque acham que não vale a pena levantar cedo para lidar na ordenha. "Assim a gente tira leite na hora que se quer", explica Arno, lembrando que o soro do queijo é aproveita-

do como alimento para os terneiros e os porcos. No pique da safra, a família chega a produzir entre 50 e 60 quilos de queijo por mês, vendidos atualmente a 18 cruzados o quilo. Com o pacote, também o preço do queijo ficou congelado.

COMPROMISSOS

Arno vê muita coisa sem explicação para a agricultura, e observa que "o pacote ainda não está completamente pronto, principalmente para a lavoura". É ele quem conta: "Cheguei a pensar em comprar algum bozinho para engordar. Mas quanto vou receber por este boi mais adiante?" No caso da criação de suínos, ele já constatou que, mesmo tendo os animais quase só para consumo da casa, a situação ficou difícil. "Comprei farelo de trigo e de arroz e um pouco de ração, mas pelo preço que estão não dá pra pensar em vender um porco".

Mas a preocupação de Arno, no início de abril, era mesmo com o preço da soja, pois ele ainda apostava na possibilidade de receber o preço mínimo para as 500 sacas vendidas para maio. "Vendi pensando nos compromissos", conta ele, ressaltando que na época não esperava uma seca tão forte como a que aconteceu. Afinal, além de obter menos pela safra, ele irá colher também menos este ano, mesmo que a sua região não tenha sido tão castigada pela seca como outras. Nos 120 hectares de soja, Arno colheu de 30 a 40 sacas por hectare no ano passado, e agora torce para que o rendimento não fique abaixo das 20 sacas.



Arno deixa de ganhar 14 mil cruzados

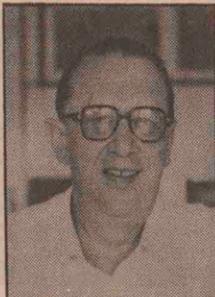


A situação dos que esperam ganhar e o drama dos que já saíram perdendo

Áreas aquecidas



Ludwig Reichardt



Renato Fischer

"Não há euforia, mas há expectativa". É assim que Ludwig Reichardt Filho, diretor administrativo da Imasa, de Ijuí, resume a situação criada pelo pacote. A Imasa, com 500 funcionários, é uma das maiores indústrias de máquinas e implementos agrícolas do Estado, e atua numa área que deverá ser beneficiada pelos investimentos que acontecerão na lavoura. Os resultados imediatos das mudanças já são esperados para a época de preparo das lavouras de inverno. "Estamos apostando nos retornos do aumento na área de plantio do trigo", diz Ludwig.

O setor de máquinas e implementos foi abalado, no início desta década, com o fim do crédito subsidiado e fácil para investimentos, que proporcionavam até então uma grande demanda de seus produtos. Com o fim do crédito barato, a indústria teve de se adequar à nova realidade. "Há uns três anos — conta o diretor da Imasa — os revendedores não mais fazem projeção de vendas e não formam estoques. As encomendas geralmente são feitas depois do implemento estar com compra garantida pelo produtor".

A VISTA

Ele não aposta no retorno do crédito subsidiado, e não dá hoje tanta importância a este aspecto. "O crédito pode ser importante, mas o lucro do agricultor, a sua capitalização, interessa muito mais", explica Ludwig já foi informado, por re-

vendedores, que os agricultores têm procurado informações pensando em comprar tratores. "Atrás do trator — ração — vai o implemento".

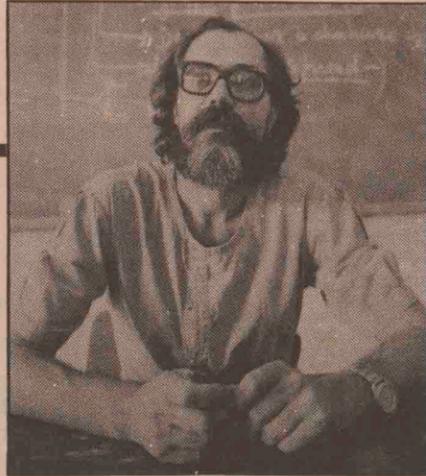
A Imasa, depois do pacote, reduziu em 11 por cento e congelou os preços de arados, semeadeiras e outros implementos destinados à lavoura. Ludwig acredita que, a partir de agora, pode se firmar uma tendência registrada nos últimos anos, com muitos negócios feitos à vista.

TERRAS

Outro setor que deverá ser aquecido é o imobiliário, com novo impulso na compra de terrenos, casas e, é claro, terras. Renato Fischer, proprietário da Imobiliária Fischer, em Ijuí, acha que depois da safra de verão os negócios deverão ser agilizados. Afinal, a opção agora é investir em coisas produtivas. E a compra de terras e imóveis na cidade pode representar ganhos que a especulação financeira deixou de proporcionar.

Há dois anos a imobiliária vende lotes de terras da Gleba Rio Bonito-Rio Ferro, no município de Sinop, no Mato Grosso. Ele calcula que 40 a 50 famílias da região já se mudaram para esta gleba, onde hoje um hectare pode custar de 1 mil e 157 cruzados a 1 mil e 790 cruzados, dependendo do tamanho da área a ser comprada. Este é o preço à vista de terra desmatada, que pode ser vendida também a prazo, com um ano para pagar.

"Aqui na nossa região, um hectare está custando de 15 a 30 milhões (15 mil a 30 mil cruzados)", lembra Renato Fischer. Ele já recebeu interessados na compra de terras, depois do pacote, e também atendeu muita gente que pretende adquirir casas. Mas o movimento somente deverá crescer depois da safra.



Dinarte: vamos comer só o osso?

uma série de fatores propícios ao desenvolvimento, que vêm se registrando a nível mundial. A tendência geral, favorecida entre outras coisas pela queda das taxas de juros, é de mais investimentos na economia. E aí o Brasil poderia repetir o que ocorreu na primeira metade da década dos anos 70, quando houve o milagre econômico.

BASE POPULAR

Mas também desta vez Dinarte teme que a grande maioria da população veja o bolo da economia crescer, sem ser beneficiada. Ele citou cálculos de economistas, que indicam perdas salariais para os trabalhadores, depois do pacote, que oscilam



Dona Ilga: ouvindo reclamações "por qualquer coisinha"

Os bolichos agonizam

Há oito meses, dona Ilga Dobler decidiu retornar ao interior de Ijuí, depois de morar vários anos na cidade. E ela voltou para a Linha 8 Oeste, onde nasceu e se criou, pensando em reativar o mais antigo bolicho do município. O prédio, um imenso casarão construído no início do século, estava abandonado há tempo. Dona Ilga alugou as instalações, pagando hoje 60 cruzados (60 mil cruzeiros antigos) por mês, e formou pequenos estoques de arroz, feijão, farinha, bebidas, cigarros. Mas já chegou à conclusão de que dificilmente o negócio irá prosperar.

Ela é um dos tantos pequenos negociantes prejudicados com o tabelamento dos preços determinado pelo governo. "Eu comprava as mercadorias nos supermercados, e revendia aqui, ganhando entre 10 e 20 por cento", conta dona Ilga. Antes mesmo do pacote, ela já havia desistido de vender alimentos, e ficou apenas com as bebidas (refrigerantes, cerveja e cachaça), cigarros e bala. Acontece que o bolicho fica a apenas 8 quilômetros da cidade.

"Depois das mudanças, o pessoal começou a reclamar do preço de qualquer coisinha, e principalmente das bebidas", conta ela. As poucas mercadorias ainda a venda ocupam um canto do espaço de enormes prateleiras, que 40 anos atrás eram cheias de tecido. O bolicho tinha de tudo um pouco, e vendia desde a banha até as bijuterias. "Isso aqui era muito lindo, pra quem conheceu", diz dona Ilga, lembrando que, quando era menina, ia ao bolicho e encontrava dificuldade até mesmo para transitar entre tanta coisa.

LIBERDADE

Hoje, quase tudo está vazio. Há apenas uma mesa de mini-snooker e alguns bancos junto ao balcão, para os moradores que aparecem nos fins de semana para beber, prostrar e jogar. Na parte dos fundos do bolicho, há grandes salas vazias, antes ocupadas como depósito. Também estão abandonados o porão, que vivia abarrotado de mercadorias, e um açougue ainda bem conservado.

Dona Ilga explica: "Voltei prá cá porque aqui foi onde eu me criei, e no interior a gente tem mais liberdade". Em Ijuí, ela lidava com uma tenda de hortigranjeiros, no bairro Pindorama. O marido, Ari Dobler, pretende picar e puxar lenha. O casal está morando ao lado do bolicho, mas dona Ilga não sabe se ficará muito tempo no balcão, pois já tem dúvidas se renova ou não o contrato de aluguel, que vence daqui a três meses. O bolicho, que pertenceu às famílias Tifenzen, Engleiten, Treter, Fengler, Wotrich e Kuticheski, pode ficar por pouco tempo nas mãos dos Dobler.

Outros tantos bolichos do país, localizados na cidade ou no interior, começaram a agonizar com o pacote. Eles não conseguem acompanhar, na tal economia de escala, preços tabelados ao consumidor, pois não têm como formar estoques e, com pouco capital de giro, competem no mercado. Para os bolicheiros, resta a esperança de que o tabelamento dure pouco, já que, mesmo com cooperativas para compras em conjunto, não serão muitos os que manterão a lida. E isso são os bolichos, os pequenos armazéns, os responsáveis pelo varejo da maior parte das mercadorias de consumo no país.

Vem aí um novo milagre?

"Poderá acontecer um novo milagre econômico. Mas será que, enquanto o bolo estiver crescendo nós ficaremos mais uma vez comendo só o osso da galinha?" Esta indagação do professor Dinarte Belatto, da Universidade de Ijuí provocou boas gargalhadas entre cerca de 50 agricultores que participaram de uma reunião, dia 12 de março, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Dinarte — que é historiador — foi ao STR de Ijuí a convite da direção do sindicato, para desamarar um pouco o pacote do governo, e conversou por mais de duas horas com uma plateia formada por pequenos proprietários.

Para o professor, há condições favoráveis não só ao controle da inflação no país, mas também ao crescimento econômico. Isso seria possível em função de

em torno de 20 por cento. No caso do salário mínimo, por exemplo, o valor fixado ficou em 804 cruzados, quando o justo deveria ter sido de 1 mil cruzados.

"Mas o governo foi inteligente", reconhece o professor. Isto porque, apesar de ter reduzido os ganhos do trabalhador, o pacote atacou de cara uma questão importante: os preços da comida. Com isso, Brasília ganhou de imediato a base popular para implantação das medidas. "Esta — diz ele — é uma reforma monetária, que não mexe na estrutura capitalista". O pacote visa então melhorar a saúde desse modelo, entregue há bastante tempo à inflação e à especulação, que comprometiam os resultados dos investimentos produtivos.

A inflação e a política monetarista também vinham contribuindo para que aumentasse a pressão na panela da tensão social. "As medidas vieram numa hora em que a vaca poderia ir pro brejo, e ao mesmo tempo num momento favorável aos investimentos", ressalta Dinarte. Ele também deu sua opinião sobre o não-tabelamento dos juros, dizendo que — de acordo com o argumento do governo, e dentro de uma visão capitalista — "isso poderia provo-

car um caos financeiro". Com dinheiro barato, a economia poderia ser superaquecida, e a inflação certamente seria retomada.

RECUOS

Para a agricultura — previu o historiador — a tendência é de estabilização, ou seja, o produtor talvez não venha a ganhar muito com o pacote, mas também não sofre a ameaça, pelo menos a curto prazo, de abandonar a atividade. Ele revelou um temor: o possível recuo do governo na questão da reforma agrária. Isso aconteceria a partir do momento em que, atendendo os anseios da classe média, o governo conseguisse desviar a atenção de setores importantes, que vêm pressionando, junto com os sem-terra, para que a reforma realmente seja feita.

Outra preocupação revelada por Belatto: será que o governo vai mesmo conseguir controlar os preços dos insumos, em especial os fertilizantes e agrotóxicos? Ele entende que as indústrias desta área são poderosas, e vão resistir ao congelamento esperneando de tudo que é jeito. No final, ele deixou um apelo repetido mas não desgastado: "Isso é uma guerra, e mais do que nunca é preciso de organização".



No Mato Grosso do Sul, a repetição do que aconteceu no ano passado: sem reação nos preços da soja, o governo será o comprador de grande parte da safra

Governo é o comprador

"Hoje, o único fator que pode melhorar o mercado da soja é o externo, já que o interno, pela política adotada, pelos preços mínimos estabelecidos, faz com que a indústria, trabalhando dentro de seus custos, não tenha condições de pagar melhor por essa produção". Esta é uma previsão do diretor de Comercialização e Operações da Cotrijuí-MS, que prevê assim uma repetição da comercialização do ano passado, ou seja, com grande parte da produção sendo vendida ao governo, através de AGF (Aquisição do Governo Federal).

Para Vilmar Hendges, esta é uma das conseqüências do Programa de Estabilização Econômica anunciado pelo governo no final do mês de fevereiro, que promoveu o tabelamento por tempo indeterminado de um grande número de produtos, sem uma perspectiva de melhora de preços a nível interno, principalmente em função da estabilização dos níveis de consumo do óleo e farelo de soja.

Diante desta nova realidade, a esperada reação do mercado da soja depende muito mais da Bolsa de Chicago que do comportamento do mercado interno. Esta reação depende entretanto de fatores como a previsão de plantio da safra norte-americana e do desenvolvimento da lavoura naquele país.

TAMBÉM EM AGF

Vilmar Hendges prevê também que não será apenas a soja que terá um grande volume, de comercialização em AGF, e afirma que no caso do milho toda a produção será vendida ao nível do preço mínimo no período da grande comercialização. Não existe hoje, segundo ele, uma perspectiva de melhora dos preços do milho em função do consumo dos derivados do produto nos grandes centros, como São Paulo, Paraná e até mesmo no Rio Grande do Sul. Os preços do mercado estacionaram no preço mínimo para a cultura.

O arroz, também em função do tabelamento a nível de consumidor, é outra cultura que não apresenta tendência de melhora. Para agilizar a comercialização, diz Vilmar, o melhor preço ainda é o mínimo, mas deixa claro que aqueles que têm uma indústria, ou até mesmo um pequeno engenho, e com disponibilidade de capital para aguentar a formação de um estoque, podem obter ao final uma pequena margem de lucro em função da industrialização do produto.

TENDÊNCIA CLARA

Vilmar Hendges prevê também um crescimento da importância da cooperativa em sua finalidade de prestar serviço ao associado dentro das atuais regras do mercado. "O produtor, afirma ele, entregará sua produção na cooperativa, que tem uma grande capacidade de armazenagem no Estado, sendo hoje uma das melhores opções para a entrega da produção. E a Cotrijuí fará a comercialização, com o produtor pagando apenas os custos operacionais".

Estes custos já estão estabelecidos e foram levados ao conhecimento dos associados nas várias reuniões realizadas durante o mês de março. Estes custos serão diminuídos dos preços mínimos como forma da cooperativa cobrir suas despesas com a armazenagem e a própria comercialização do produto.

O diretor de Comercialização e Operações diz que a comercialização da safra será acompanhada momento a momento, sempre buscando o melhor mercado. O produtor, segundo ele, estará livre para optar pela comercialização no momento que julgar mais oportuno. Isto está sendo esclarecido nas reuniões, onde se mostra também que se o mercado externo não apresentar uma melhora significativa, a tendência da comercialização da safra deste ano está muito clara, ou seja, o grande volume será comercializado a nível de preços mínimos.

NORMAS DE OPERAÇÕES

Vilmar Hendges informa que a cooperativa não mudou suas normas de operações para a atual safra. O produtor tem hoje três opções para entregar sua produção: em depósito com comercialização ao nível do preço do dia, ou a transformação em preço futuro ou preço médio, sendo que nesta última a cooperativa fará uma média da comercialização e fará a liquidação.

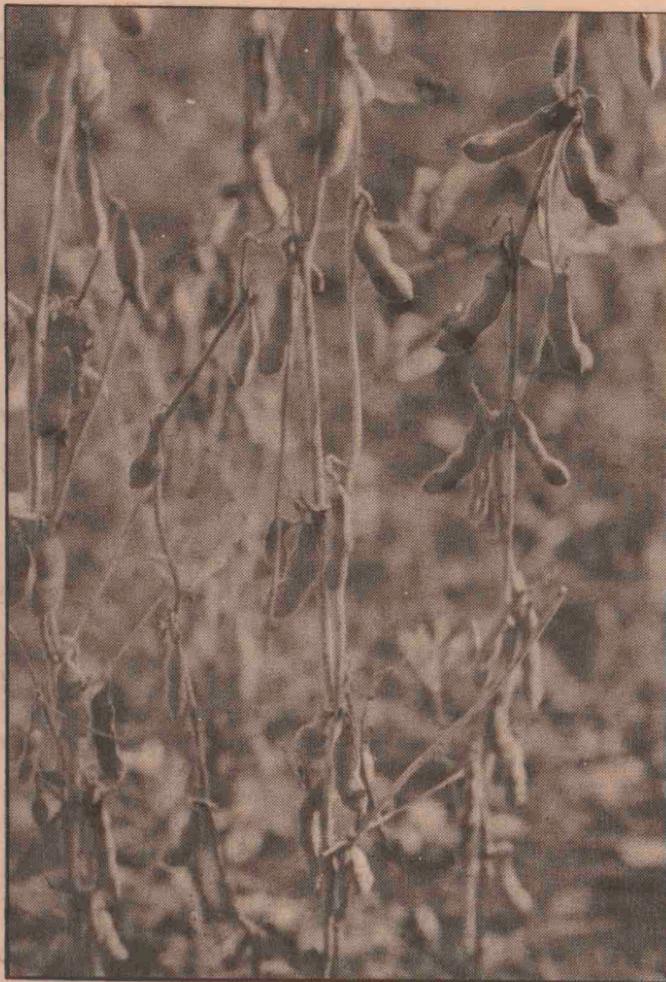
Esclarece porém que hoje não existe possibilidade de se fazer uma projeção do preço futuro, principalmente se considerar apenas o mercado interno, já que tudo está tabelado. Para Vilmar, com a política adotada pelo governo não existe uma perspectiva de se trabalhar com preços futuros de produtos agrícolas.

A opção do produtor pela modalidade de preço médio pode ser feita já no momento da entrega do produto na cooperativa. O produtor pode também colher toda sua produção e deixar para depois a opção pelo preço médio do volume que desejar. Só que existe um prazo para esta opção, ou seja, até o dia 10 de maio.

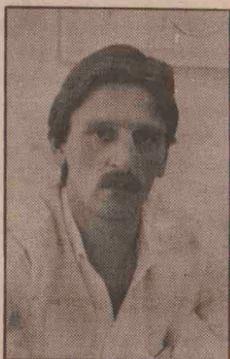
MAIOR EFICIÊNCIA

Na atual realidade do mercado, diz Vilmar Hendges, a cooperativa tem que ser muito eficiente na hora de comercializar, e para isto a Cotrijuí está muito bem estruturada, tanto a nível de instalações quanto de equipe funcional.

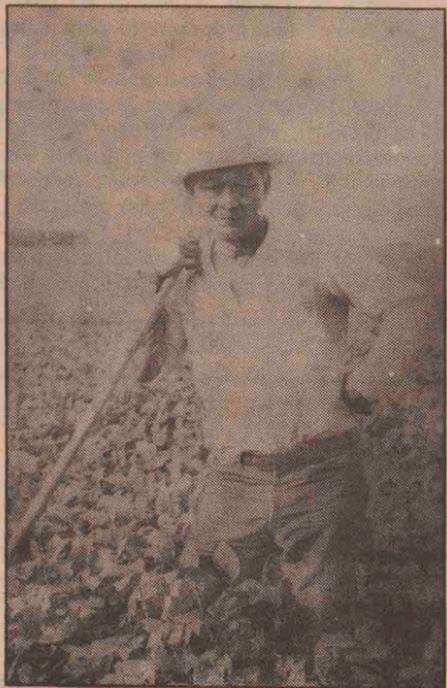
Esta eficiência é muito importante porque a cooperativa espera receber na



atual safra de 230 a 240 mil toneladas de soja, um volume 30 por cento inferior ao do ano passado, mas que corresponde a quebra causada pela estiagem. Nas culturas de milho e arroz a participação da cooperativa no recebimento da produção pode cair até 50 por cento, volume que também corresponde a quebra da produção.



Vilmar Hendges



Oswaldo: é preciso congelar os custos

Quebra de 30% na soja

O início da colheita faz com que os produtores tenham outra preocupação: a comercialização de uma safra prejudicada por três meses de estiagem. A



João Crivelaro venda do produto é a Cooperativa quem faz, mas isto não impede que fiquem esperando uma pouco provável reação do mercado externo e, conseqüentemente, a melhor remuneração ao seu trabalho.

João Crivelaro, associado da Cooperativa junto ao posto de Montese, sabe que será difícil que isto aconteça mas espera que o preço da soja alcance de Cz\$ 150,00 a 160,00. O rendimento de sua lavoura (100 sacos por alqueire, ou pouco mais de 40 sacos por hectare) é considerado suficiente para pagar os compromissos no banco e permitir uma pequena sobra. Mas mesmo assim ele espera ganhar um pouco mais.

Com uma alta no preço da soja, seria compensado segundo ele, o aumento dos preços dos insumos e do maquinário poucos dias antes do pacote do governo. João lembra que uma colheitadeira subiu Cz\$ 90 mil poucos dias antes das medidas anunciadas pelo governo, enquanto o preço mínimo também tinha uma alta, mas bem menor.

O associado Osvaldo Massaki Mori afirma, por sua vez, que o atual preço da soja, ainda que a nível de preço mínimo, é bom para os produtores, mas fez uma ressalva: "Desde que os demais preços também sejam congelados".

Ambos estão otimistas com o sucesso das medidas anunciadas pelo governo no final de fevereiro, principalmente por representar uma garantia na manutenção dos preços dos insumos, sementes e demais equipamentos que utilizam. Para João Crivelaro, o pacote representa uma melhora de 100 por cento para o lado dos produtores, especialmente para aqueles que dependem dos bancos para formar suas lavouras.

As freqüentes chuvas a partir do mês de janeiro permitiu uma boa recuperação às lavouras de verão, em especial a soja. O rendimento médio está sendo de 30 sacos por hectare, média que poucos produtores esperavam alcançar nas variedades precoces, as mais atingidas pela estiagem do final do ano passado. Os dois associados estimam uma produtividade média de 100 sacos por alqueire (42 sacos por hectare) nos melhores locais de suas lavouras, média esta que pode cair para 90 sacos por alqueire (37,5 sacos por hectare) nas demais áreas.

Os técnicos da Cotrijuí estimam ao redor de 30 por cento a quebra média da cultura da soja este ano em Mato Grosso do Sul, índice este que se eleva para 50 por cento nas culturas de arroz de sequeiro e milho. Com isso, cresce o interesse dos produtores pelo plantio do trigo nos meses de inverno, na tentativa de recuperar o que deixaram de ganhar com a soja e demais culturas de verão, em sua maioria a serem comercializadas a nível dos preços mínimos.



O governo libera os novos VBCs para o trigo, mas não define o preço mínimo e nem as taxas de juro a serem cobradas dos custeios agrícolas. Às vésperas do plantio, os agricultores esperam novas medidas

À espera de definições

Os novos Valores Básicos de Custeio aprovados pelo Conselho Monetário Nacional para o financiamento das lavouras de trigo, aveia, cevada e centeio deste ano sofreram uma redução média de 25 por cento em comparação com os valores calculados anteriormente e que traziam a inflação embutida. Os valores de custeio foram recalculados em cruzados, com correção monetária até o mês de fevereiro.

Os VBCs, de um modo geral estão agradando a maioria dos produtores gaúchos que neste ano se preparam para plantar mais de um milhão de hectares com trigo. Os menos beneficiados serão, certamente, os minis e pequenos produtores, que neste inverno, receberão menos dinheiro do governo para a formação da lavoura de trigo. Com dívidas para trás e sem recursos próprios para suplementar o custo de formação da lavoura, mais uma vez esses produtores não terão condições de fazer suas lavouras de acordo com as recomendações técnicas. Quem for mini ou pequeno produtor, e se arriscar a plantar trigo, terá que se contentar com 2 mil 394 cruzados e 72 centavos.

NOVOS CRITÉRIOS

O trigo foi, na verdade, o único produto que sofreu mudanças nos critérios de concessão de crédito de custeio. Até a safra anterior, a liberação do custeio acontecia em função da produtividade da cultura. Aquele produtor que alcançava maior produtividade era beneficiado com mais dinheiro oficial para fazer a sua lavoura. A partir deste ano, entra em vigor uma nova sistemática, ou seja, o governo estará concedendo um maior custeio aqueles agricultores que fizerem suas lavouras com assistência técnica e aplicarem tecnologia avançada. Em meio a tantas dúvidas, os produtores aguardam ainda maiores instruções do governo em relação a lavouras altamente tecnificadas, já que a expressão começa a criar algumas controvérsias. Alguns entendem que lavoura com tecnologia avançada significa o uso de fungicidas, quando na verdade a questão é mais complexa e envolve desde rotação de culturas, conservação do solo, densidade da sementeira, semente fiscalizada, entre outros.

A partir das alterações nos critérios de concessão de custeio, foram criados cinco níveis diferentes para o trigo. Três níveis dizem respeito a cultura do trigo de sequeiro e dois para o trigo irrigado. No nível 1 o limite de adiantamento é de 100 por cento e o valor a ser financiado é de 2 mil, 394 cruzados e 72 centavos. Neste nível deverão ficar enquadrados os minis e pequenos produtores.

Os produtores — médios e gran-



Mudaram os critérios de concessão de custeio para a lavoura de trigo

des — enquadrados no nível 2 vão receber 80 por cento do total do custeio. Na hora da formação da lavoura, mesmo que não se comprometam com o uso de tecnologia, terão direito a 2 mil, 647 cruzados e 24 centavos, valor superior ao destinado aos produtores enquadrados no nível 1 e que estarão sendo beneficiados com valor integral de custeio. A surpresa é que a partir desta safra, os pequenos produtores, que quiserem fazer uma lavoura dentro das recomendações técnicas, terão de desembolsar maior quantia de dinheiro. Até antes das mudanças, os médios e grandes produtores eram os premiados e desembolsavam a maior fatia de recursos próprios. Os produtores do nível 3 receberão 3 mil, 309 cruzados e 06 centavos integrais.

Os tricultores que se enquadrarem nos níveis 4 e 5 vão receber, para a formação de um hectare de lavoura, 4 mil 319 cruzados e 95 centavos. A única diferença é que os produtores do nível 4 terão direito a apenas 80 por cento do custeio integral.

Para os demais produtos, como a aveia e o centeio, o crédito de custeio continuará sendo de acordo com a faixa de produtividade (ver tabela abaixo). Os valores serão distribuídos em 4 faixas de produtividade e os limites de adiantamento serão de 80 por cento para os agricultores considerados minis, pequenos e médios. Os grandes produtores receberão apenas 60 por cento do valor integral.

LIBERAÇÃO

A liberação da verba de custeio para a formação da lavoura de trigo vai obedecer a um calendário. Os produtores en-

quadrados no nível 1 terão direito a 90 por cento do total de custeio já por ocasião da formação da lavoura. Os 10 por cento restantes serão liberados a partir de setembro. Os produtores dos níveis 2 e 3 receberão 50 por cento do custeio imediatamente ao contrato do financiamento; 40 por cento em maio e 10 por cento a partir de agosto. Nos níveis 4 e 5, receberão 50 por cento na época da formação da lavoura; 40 por cento conforme a recomendação técnica e o restante a partir de agosto.

DÚVIDAS

Tirando os VBCs para a próxima safra de inverno, os produtores ainda continuam ignorando os efeitos reais do pacote econômico sobre a agricultura. Os preços mínimos, por exemplo, continuam na indefinição. Até agora, às vésperas de plantar o trigo, os produtores ainda não estão sabendo por quanto terão de vender o produto e se vai compensar um aumento tão significativo na área de plantio.

A Fecotrigo vem reivindicando o mesmo preço de referência do ano

passado, em torno de 248 dólares a tonelada — o equivalente a 206 mil cruzados por saca. Um preço mínimo de 206 cruzados a saca, segundo a Fecotrigo, garantiria uma margem de lucro de pelo menos 8 por cento aos produtores. O impasse na definição do preço mínimo para o trigo continuava até o início do mês de abril quando se comentava que ele poderia ficar em 220 dólares a tonelada, ou seja, 182 cruzados e 16 centavos por saca.

Mas as dúvidas dos produtores não ficam só por aí. A grande preocupação, na verdade, está relacionada com as taxas de juros a serem cobradas

pelos financiamentos agrícolas. O ministro Íris Rezende vem defendendo juros diferenciados para o Centro-Sul e o Nordeste, de 6 e 3 por cento respectivamente, já que agora não existe mais o fantasma da correção monetária. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, por sua vez, não concorda com essa proposta, pois considera as taxas de juros muito baixas. Também não é a favor do critério da diferenciação. Até o próprio Banco Central, que a princípio era a favor de taxas de juro até 10 por cento, já começa a admitir a possibilidade de se fixar em 6 e 8 por cento, para o Nordeste e o Centro-Sul, respectivamente. Os bancos particulares, por sua vez, continuam sendo o pé na proposta de juros de 12 e 15 por cento.

Divergências a parte entre o Ministério da Agricultura e a área econômica do governo, a verdade é que tanta indefinição, só vem prejudicando os produtores. Mesmo às vésperas do plantio da safra de inverno, ainda não sabem o quanto vão pagar de juro pelo dinheiro pego para a formação da lavoura e nem por quanto terão de vender um saco de trigo.

CULTURAS DE INVERNO SAFRA 1986

CEVADA

Kg/ha	Cz\$/ha
Até 1.200	1.866,75
1.201 a 1.600	2.235,73
1.601 a 2.000	3.004,17
Acima de 2.000	3.305,43

AVEIA

Kg/ha	Cz\$/ha
Até 1.000	1.092,15
1.101 a 1.400	1.584,26
1.401 a 1.800	1.957,72
Acima de 1.800	2.233,07

CENTEIO

Kg/ha	Cz\$/ha
Até 1.200	1.356,15
1.201 a 1.600	1.680,53
Acima de 1.600	1.952,27

TRIGO

Nível	Valor Básico de Custeio	Limite de Adiantamento (%)	Recurso Próprio Necessário (%)
Sequeiro			
1	2.394,72	100	—
2	3.309,06	80	20
3	3.309,06	100	—
Irrigado			
4	4.319,95	80	20
5	4.319,95	100	—

CZ

Como ficará a lavoura de trigo da região nesse inverno? Pelas primeiras intenções de plantio, o trigo deverá ocupar em torno de 120 mil hectares. Aumento da área deverá ficar em torno de 40 por cento

Área de trigo pode crescer 40%

Ao que tudo indica, o País vai plantar mais trigo nesse inverno. A excelente safra colhida no ano passado, surpreendendo pela produtividade das lavouras, que segundo o Departamento de Comercialização do Trigo do Banco do Brasil alcançou uma média de 1.661 quilos por hectare em sete Estados produtores e uma produção de 4.320 milhões de toneladas, é sem dúvida, um dos fatores que vem contribuindo para o aumento da área de trigo. As frustrações das safras de verão, em alguns Estados, também estão somando pontos na decisão dos produtores de plantar mais trigo. Nem mesmo a demora na definição do preço mínimo para a cultura do trigo, a moeda propulsora na decisão de se plantar mais ou menos trigo, poderá influir na previsão do Ctrin, que calcula um aumento na área ao redor dos 43 por cento.

O aumento na área cultivada com trigo em todo o Estado do Rio Grande do Sul, vem ocorrendo desde a safra anterior, quando de 720 mil hectares plantados em 84, ela pulou para 941 mil hectares em 85, apresentando um crescimento de 30,69 por cento. Em 86, de acordo com as previsões do Ctrin, os produtores gaúchos deverão plantar ao redor de 1.200 milhão de hectares. O Estado do Paraná deverá aumentar a sua área de 1.273 milhão de hectares, para 2 milhões. O Mato Grosso do Sul, que no ano passado cultivou 200 mil hectares, deverá sofrer um incremento em 50 por cento. A área deverá chegar a 300 mil hectares.

40 POR CENTO

Na área de atuação da Cotrijuí, Região Pioneira, a lavoura de trigo vem sofrendo, no últimos anos, alguns altos e baixos. Em 82, por exemplo, o trigo ocupou 166.600 hectares, mas em 83, a área caiu pela metade. Em 84, o trigo foi plantado em 70 mil hectares e a última safra, em 84 mil. Embora ainda não exista um levantamento completo das estimativas de plantio para a região, Léo José Gó, coordenador do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, calcula que a lavoura

de trigo possa crescer em 40 por cento. De 84 mil hectares plantados na safra anterior, ela passaria a 120 mil hectares. Só na Unidade de Ijuí, onde já foi possível levantar as primeiras intenções de plantio, a área de trigo deverá apresentar um crescimento de 50 por cento. A lavoura passaria dos 22 mil hectares cultivados em 85 para 35 mil nesse inverno. Em Coronel Bicaco a área com trigo poderá passar dos 9 mil hectares cultivados em 85, para 12 mil hectares. Situação semelhante poderá ocorrer em Chiapetta e Jóia. Em Tenente Portela, a previsão inicial feita pelo departamento técnico da unidade, indica que os produtores vão continuar plantando os mesmos 12 mil hectares do ano passado.

O aumento da lavoura para fazer uma lavoura de 500 hectares nesse ano. "Se realmente for confirmada a recomendação do Ctrin de se plantar trigo em apenas um terço da área, explica o agrônomo, tanto a colza como a linhaça, poderão aumentar seu cultivo nesse inverno. A linhaça, que ocupou na safra passada 2.835 hectares, poderá neste inverno, segundo as estimativas iniciais,

REDUÇÃO

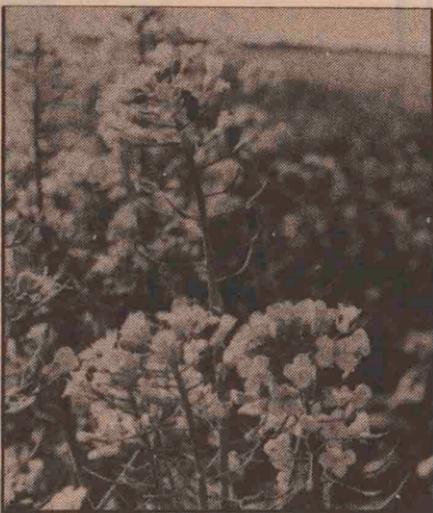
Mas se o trigo vem prometendo uma grande lavoura em 86, o mesmo não acontece com a aveia grão. As intenções de plantio feitas nas unidades de Ijuí, Jóia, Tenente Portela, Chiapetta e Coronel Bicaco, indicam que a redução na lavoura para a produção de grãos vai ser uma das maiores nos últimos anos. Apenas a região de Ijuí, por exemplo, havia plantado no ano passado 3.000 hectares de aveia grão. Nesse ano, a área deverá chegar, no máximo, a 200 hectares. Em Tenente Portela a área deverá cair de 500 hectares para 400; em Jóia de 700 para 400 e em Coronel Bicaco de 600 para 200 hectares. A frustração ocorrida na safra anterior é, segundo o Léo Gó, na verdade, a grande responsável

pelo desestímulo ao plantio da aveia grão. "As aveias brancas, próprias para a produção de grãos, foram as que mais sofreram com o excesso de chuvas que caiu no inverno passado", justifica. Já a aveia preta, utilizada na cobertura do solo e pastagens, deverá sofrer, "mesmo com a crise do setor leiteiro", um acentuado incremento neste inverno.

A COLZA E A LINHAÇA

A colza é outra cultura que deverá permanecer com a mesma área de cultivo do ano passado, quando ocupou, em toda a Região Pioneira, 1.198 hectares. A previsão de plantio para a região de Ijuí é de 500 hectares contra os 550 cultivados no ano passado. Os produtores de Coronel Bicaco, que em 85 plantaram 110 hectares, estão se programando para fazer uma lavoura de 500 hectares nesse ano. "Se realmente for confirmada a recomendação do Ctrin de se plantar trigo em apenas um terço da área, explica o agrônomo, tanto a colza como a linhaça, poderão aumentar seu cultivo nesse inverno.

A linhaça, que ocupou na safra passada 2.835 hectares, poderá neste inverno, segundo as estimativas iniciais,



colza: mesma área

apresentar um crescimento em torno de 5 por cento. A área de cevada deverá permanecer semelhante ao do ano passado, 4.140 hectares. A novidade desse ano, é que em função da seca e frustração da safra de milho, a cevada poderá ser cultivada com o propósito de servir de alimentação para a criação.

A situação da área de alho também não está bem definida, mas provavelmente venha ocupar os mesmos 84 hectares do ano passado, podendo, em último caso, apresentar alguma redução de área. Os produtores de Ijuí vão plantar a metade da área do ano passado, 12 hectares contra 24 e Tenente Portela 3 hectares a mais.

Custo baixo

Se alguém falar que a colza é um inço, o seu Albino Koslowski rebate na hora. Proprietário de 40 hectares na Linha 5 Norte, em Ijuí, ele vem plantando a colza desde que foi introduzida na região



Albino Koslowski

e considera uma excelente alternativa de inverno. Já fez alguma safra cheia, mas também já amargou muitas frustrações, que nem por isso, o fizeram desistir da colza como opção de inverno. "Quando vejo que a planta não vai dar nada, lavro a terra e incorporo a palha verde. Me serve de adubo. Também saio ganhando".

No ano passado plantou sete hectares de colza, das variedades CTC-4 e CTC-7. Não fez uma safra boa. A colheita ficou por volta dos 50 sacos, mas assegura que mesmo assim, foi muito melhor do que seus vizinhos. "Plantei meio no tarde e a planta pegou um pouco de clima seco logo de saída", diz ele. Teve um ano que o seu Albino plantou os mesmos sete hectares e tirou 200 sacos. "Nesse ano a planta me rendeu bem". Para o inverno que vem, ele tem 80 quilos de semente guardados em casa e pretende fazer uma lavoura de uns 10 hectares.

O que desagrada um pouco o seu Albino, mas não a ponto de fazê-lo desistir da colza, é o preço. Ele só compensa porque a colza tem um custo baixo, principalmente se comparado com o trigo. Enquanto para fazer um hectare de trigo preciso de 100 quilos de semente, o mesmo tanto de colza faço com sete quilos," exemplifica. Também já experimentou plantar a linhaça. De dois sacos de planta, colheu 20 e não quer mais saber da linhaça. "É uma planta de colheita difícil. Prefiro continuar com a colza, que já estou acostumado, sei ao certo o ponto da colheita e não me dá trabalho. Quem falar que a colza é um inço, pode ter certeza que está falando besteira e perdendo de fazer uma lavoura de baixo custo".

A indecisão do seu Beno

As consequências da seca sobre a lavoura de soja estavam levando o agricultor Beno Bernardo Uhde, até alguns dias atrás, a programar um aumento na área de trigo para esse inverno. Ele vinha plantando até agora 50 hectares, mas andava pensando em dobrar essa área. Depois do pacote econômico ele parou para pensar um pouco e hoje já não sabe se vai plantar 20 hectares de trigo nesse inverno. A justificativa para essa indecisão do seu Beno é bastante simples: o preço dos insumos utilizados na formação da lavoura continua alto demais.

Para o seu Beno, que é proprietário de 130 hectares de terra na localidade de Linha 19, município de Ajuricaba, o congelamento nos preços dos produtos até que chegou em muito boa hora. O que não está certo é o preço dos insumos, das máquinas e dos implementos, garante que se o Governo tabelar os preços por cima, como estão falando, mais uma vez o

produtor será o prejudicado. Se o preço do trigo ficar em 184 cruzados, como se anuncia, eu pergunto: como é que o pequeno produtor, que já anda descapitalizado e endividado, vai conseguir fazer uma lavoura bem feitinha com esses preços que estão pedindo por um saco de adubo? Calcula que se o Governo vem tabelando o preço do trigo, do arroz, da soja, por baixo, ele deve ter, automaticamente, o mesmo procedimento com as indústrias.

ATÉ QUE DAVA

Se não fosse o preço dos insumos, o seu Beno acredita que 2 mil e 394 cruzados de custeio para o pequeno produtor e mais o preço mínimo de 182 cruzados seriam muito bons. "Até que dava para o produtor fazer uma lavoura bem caprichada. No meu ver seria a chance do produtor cuidar melhor da terra e investir um pouco mais na propriedade", diz ele.

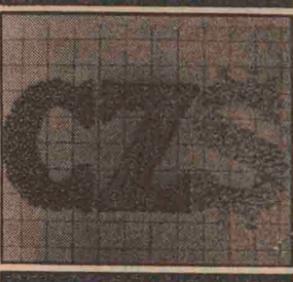
Mas não é só o preço dos insumos que tem deixado o seu Beno angustiado a

ponto de não saber que tanto de trigo plantar neste inverno. Tem o caso dos juros, que aliás, é uma coisa que ainda não está muito clara na cabeça dos agricultores. Já se falou em três por cento, mas também já se falou em 12 por cento".

Se o Governo fixar em 12 por cento, acho que vai ser meio perigoso para a agricultura, diz o seu Beno, orgulhoso de nunca ter pego Proagro. Também faz questão de deixar claro que não faz lavoura financiada. "Andei fazendo as contas e posso assegurar que se plantar 80 hectares de lavoura financiada e 50 por conta, tiro mais lucro com a colheita dessa área menor. Não tem juro para me comer o lucro".



Beno Uhde



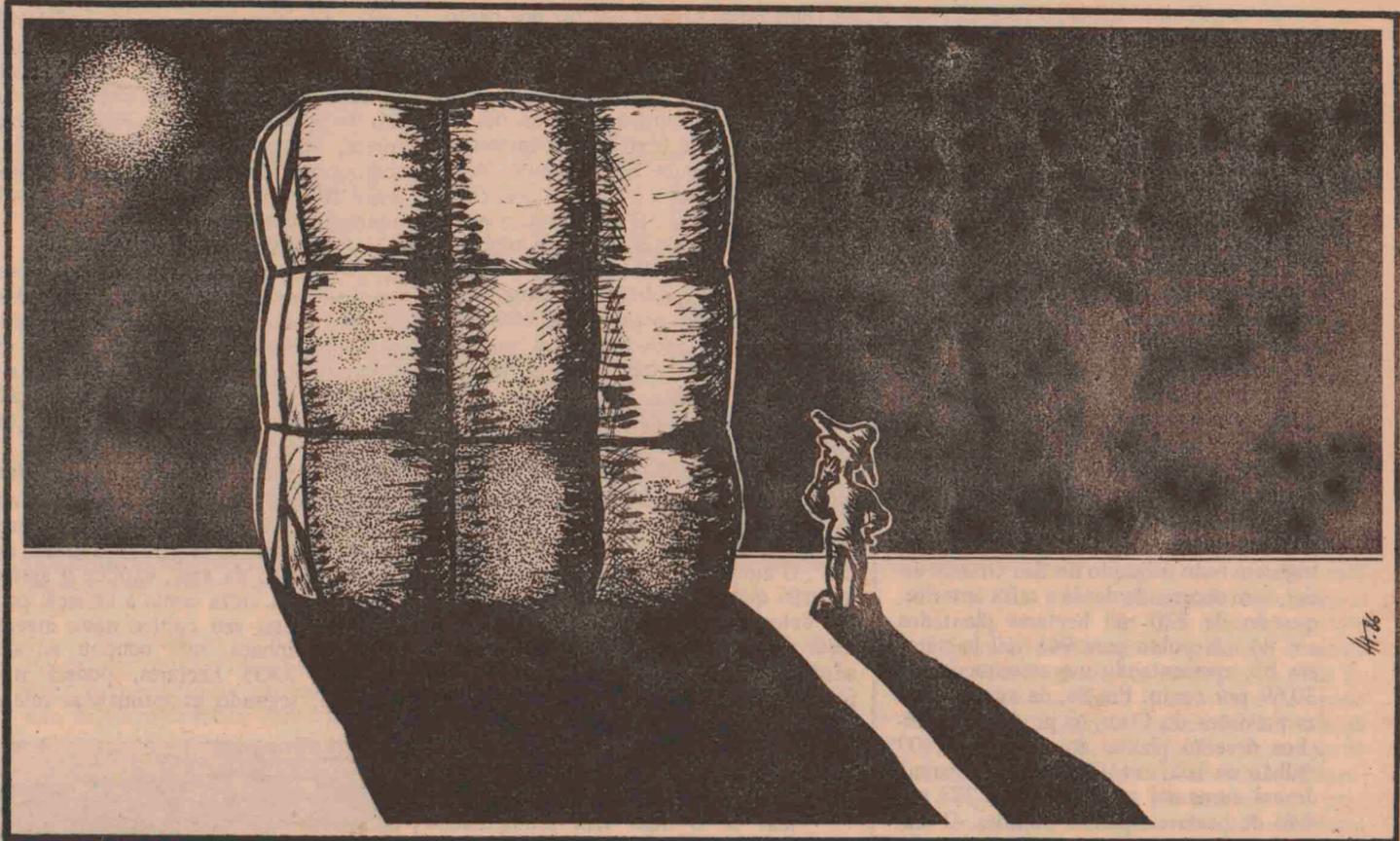
O estímulo aos investimentos produtivos favorece a agricultura, mas pode também levar a um novo processo de seleção no meio rural. O cooperativismo e o sindicalismo devem estar bem atentos

Esperanças e medos

O Plano de Estabilização Econômica promete vida nova à produção. Mas para que lado andarà a agricultura? Quais as conseqüências que podem surgir dessas mudanças a médio e longo prazos? Como ficará a situação do pequeno agricultor? Todas essas perguntas passam a merecer atenção, num momento em que há o risco de se conduzir a análise do pacote apenas para suas repercussões mais imediatas. Pensando um pouco pra frente, muita gente já chegou à conclusão de que, além das certezas, há também muitas dúvidas.

Afinal, é dado como certo que o plano vai iniciar uma modernização do modelo econômico brasileiro, com mudanças bem mais profundas. E como fica a agricultura nessa história? Como fica o cooperativismo, a questão da reforma agrária, a tão falada virada em favor da produção de alimentos para o mercado interno?

O Cotrijornal ouviu pessoas que podem ajudar o produtor a enxergar não só o que há de visível no pacote, mas também seus desdobramentos. Nos depoimentos, irá se notar que existem também discordâncias, mas há um ponto em comum: a necessidade de organização para que se compreenda e enfrente as conseqüências do pacote. A seguir, um resumo das idéias dos entrevistados:



Ameaça aos pequenos



Elza Fonseca Falkembach é socióloga, professora da Universidade de Ijuí. Nos últimos anos ela vem estudando as perspectivas para o cooperativismo empresarial e o pacto de categorias sociais que permitiram o surgimento das cooperativas de trigo e soja:

“No momento em que o governo limita o jogo financeiro, a tendência é favorável aos investimentos produtivos. E a agropecuária será bastante atingida, com riscos inclusive para os pequenos produtores. O grande capital certamente irá procurar investir na agricultura, e muita gente vai perder a terra. Essa deve ser uma preocupação do próprio cooperativismo, que poderá tentar identificar onde acontecerão os maiores investimentos, para que o agricul-

tor não seja induzido a vender facilmente sua terra.

“O pequeno agricultor, que foi estimulado a investir em culturas para mercado interno e pode ser ameaçado pelo grande capital aplicado na agricultura, será incentivado a seguir este caminho. Mas esse estímulo não pode ser visto como uma política de apoio realmente ao pequeno, de solidariedade ao minifundiário. Isso faz parte de uma estratégia para garantir abastecimento.

“Cada etapa nova do processo capitalista, como a que se inicia, provoca sempre a expulsão de uma leva de gente do meio rural. O patamar mínimo de área em que o agricultor resistia na sua atividade certamente vai se tornar maior. A agricultura em 10 hectares, por exemplo, talvez se torne inviável, porque passará a se exigir mais técnica, mais produtividade e mais eficiência. As cooperativas terão um papel importante, para que se viabilize a pequena propriedade, através do trabalho de educação e de assistência técnica, que atenda à necessidade de controle de custos e, ao mesmo tempo, de aumento de produtividade.

“O pequeno agricultor, que sempre foi a massa de sustentação do cooperativismo, terá que pensar novas formas de articulação e a questão do poder. Eu acho que justamente aí entra a bandeira da reforma agrária. Assegurar o poder, neste caso, vai ser lutar no sentido de o pequeno, o marginalizado, passar a ocupar espaço e a ter parte na produção. A questão da reforma agrária terá que ser levantada e as cooperativas deverão estar sensíveis a isso. O sindicalismo terá a tarefa de articular essas forças politicamente e o cooperativismo, ao mesmo tempo, não poderá deixar de encarar essa luta”.

Uma chance histórica



Mário Osório Marques acompanhou todos os grandes momentos de transformação na agricultura da zona de trigo e soja. Contribuiu, como educador, na organização dos produtores, especialmente nas décadas de 50 e 60. É sociólogo, professor da Unijuí:

“O pacote veio para combater a inflação e atacou, de saída, um flanco que é fundamental, atingindo o psico-social. O pacote reverteu o efeito psicológico da fatalidade da inflação e promete terminar com um monstro. Assim, ele já recebe de imediato o apoio popular. O povo descobriu que tem uma arma na mão para modificar a sociedade, e por isso o impacto do pacote não é só econômico, mas também

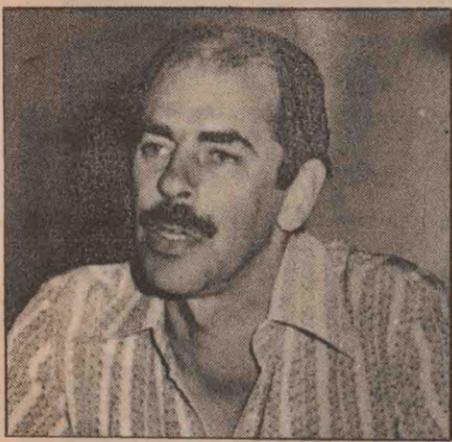
social. E esse pode ser o início de um processo de maior organização.

“Também no meio rural isso deverá provocar uma ativação dos movimentos sociais. As organizações dos produtores deverão estar atentas a isso, e se dar conta de que os tempos mudaram. Os homens vão superar aquela sensação de incapacidade e sentir que eles podem fazer, podem mudar.

“Essa é uma nova oportunidade histórica, que precisa ser trabalhada pelos grupos conscientes, pelos intelectuais, pelos partidos, pelos sindicatos, pelos que assumem os movimentos sociais. As cooperativas também deverão participar, pois não acontecerá nada de novo se elas não interferirem, não ativarem este movimento de massa. Este fato histórico não pode se diluir, não pode ficar parado. O agricultor terá que se organizar ou reativar as suas organizações.

“As cooperativas precisam ser agressivas neste momento, no sentido de capitalizar o que acontece a partir de agora. No caso da CCGL, por exemplo, sabe-se que o pagamento do leite ao produtor é feito muitos dias depois da entrega. E isso acontece porque é alto negócio para a CCGL deixar este dinheiro na especulação. No momento em que isso não mais é vantajoso, a CCGL pode dar o dinheiro imediatamente ao produtor. O produtor pode ser estimulado a interferir mais e ser beneficiado pela sua entidade cooperativa.

“As cooperativas deverão estar preparadas para transportar esse quadro da sociedade para o interior delas. Esse agricultor, que tomará consciência de que pode realmente mudar a situação, pode fazer isso dentro da cooperativa. É uma chance histórica, se houver a vontade de se democratizar o poder nas cooperativas e também o desejo de se modificar as coisas”.



O poder de interferir

Ruben Igenfritz da Silva, ex-presidente da Cotrijuí e ex-secretário geral do Ministério da Agricultura, na gestão de Pedro Simon. Participou da elaboração do Projeto 2000, que traça novos rumos para a política agrícola.

"Ainda não se tem com clareza, talvez até pela própria fragilidade da representação do setor, o que acontecerá com três aspectos fundamentais para que a atividade produtiva possa ocorrer de forma mais organizada e mais conseqüente, depois da reforma monetária. O primeiro é o custo financeiro, que não se sabe como ficará. O segundo, a disponibilidade de recursos, e o terceiro, o tipo de atividade a ser desenvolvida.

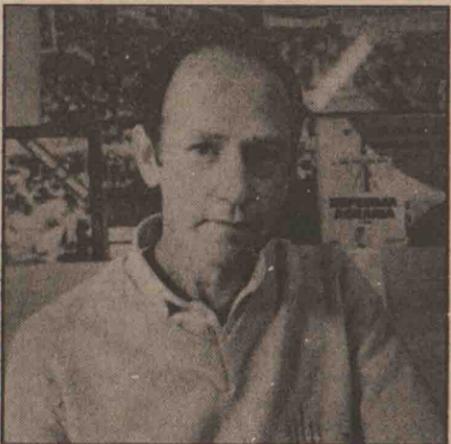
"Nós imaginamos que se dê seguimento àquilo que é fundamental para a economia do produtor, e com profunda repercussão na economia nacional, com o fim da dependência da monocultura. Esperamos que se restabeleça a oferta de alimentos básicos, como o arroz, o feijão, o milho, a mandioca. Isso dá não só uma maior estabilidade ao produtor, mas garante também uma oferta mais regular de alimentos, eliminando um dos fatores que elevavam a inflação.

"O plano, denominado Projeto 2000, para uma nova política agrícola, tinha como fundamental uma revisão nos custos financeiros. Sempre se procurou contemplar o segmento dos pequenos produtores, com diferenciação dos custos financeiros. O plano trata também de política de preços, de tecnologia, extensão rural. O documento nasceu de uma discussão nacional e precisa hoje ser aprimorado, e talvez até revisto em alguns pontos.

"O que sentimos em Brasília, na experiência no Ministério da Agricultura, foi a necessidade de fortalecer a nossa representatividade. O setor primário tem sido um instrumento dentro das políticas, mas não tem sido formador de políticas. Sentimos a falta de uma cobertura mais clara das representações do setor, e fomos levados a discutir circunstâncias, assuntos do momento, sem chegar à política como um todo. O Rio Grande do Sul pode até ter tido mais clareza, mas essa não é a situação a nível nacional.

"Esse é um momento excelente para a organização de base e para o fortalecimento das instituições políticas, e de forma especial os partidos. Assim é que será fortalecida a democracia e se poderá atacar a necessidade de reformulações estruturais na economia, a partir de objetivos sociais. É este o caso da reforma agrária, que não é uma questão que se resume ao simples acesso à terra, mas também do que representa o poder da terra, a concentração da terra como poder decisório em relação às políticas a serem adotadas. A discussão, em torno dos benefícios dessas mudanças, nas mais diferentes áreas, passa pela organização da sociedade, pelos sindicatos, pelas cooperativas. E a organização será decisiva para que esse debate aconteça".

Euforia é um risco



Carlos Karlinski é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí e coordenador da regional da Fetag. Logo depois do pacote, ele promoveu reuniões com agricultores e estimulou a formação de comissões para analisar as medidas do governo:

"Nós temos algumas preocupações, pois não sabemos como ficará a Previdência

e a questão agrária, por exemplo. Também não se sabe como ficará a política agrícola mais a longo prazo, e como será viabilizada a pequena propriedade. O Brasil era um paciente que precisava de uma cirurgia, e ela poderia ter sido ainda maior, abrangendo essas áreas da Previdência, da saúde, da reforma agrária.

"O impacto do pacote é até positivo, porque acorda toda a população, no sentido de se organizar para a fiscalização. Por outro lado este impacto tem também pontos negativos. O pessoal acha que tudo pode estar resolvido com as mudanças. A verdade é que falta muita coisa, e a própria população irá aos poucos assimilando o pacote e buscando se reorganizar.

"As repercussões do pacote para a agricultura talvez venham a ser sentidas mesmo somente daqui a um ano ou mais, pois nós dependemos de safras. Será preciso esperar pelas medidas complementares, para que possamos entender melhor o que há de bom e de ruim. Depois disso é que as bases poderão dizer que tipo de comportamento nós deveremos adotar, como dirigentes sindicais e como agricultores.

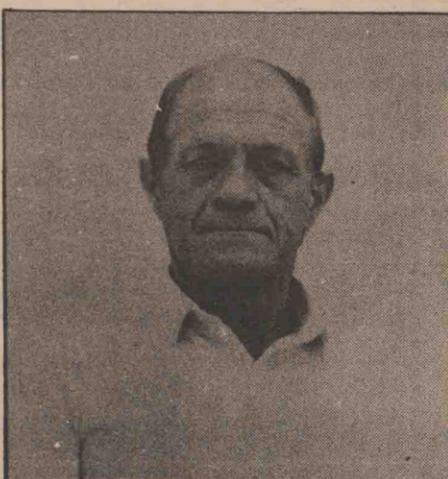
"O que se nota é que o impacto foi tão grande, que ninguém tem coragem de propor medidas de pressão mais fortes contra o que há de negativo no plano de governo. Alguns produtores de leite, por exemplo, chegaram a propor que se deixasse de produzir, o que pode ser uma decisão precipitada.

"Acho que a preocupação hoje deve ser no sentido de viabilizar a produção, e principalmente a produção de alimentos básicos. Essa não deve ser uma preocupação só dos agricultores, mas de toda a sociedade. A agricultura deve ser diversificada, para que o agricultor tenha condições de se manter na atividade e a pequena propriedade tenha uma renda estável. Assim é que o pequeno produtor abandonará essa idéia de deixar de produzir e até de se desfazer de sua propriedade".

É a hora de definições

Reinholdo Luiz Kommers é presidente do Sindicato Rural Patronal de Ijuí:

"O pacote pode ter sido uma surpresa para todos, mas nós recebemos bem as mudanças. Este foi um pacote urbano, pois não estabeleceu normas para a agricultura, mas desde já se constata que ele será favorável à produção. De início, as modificações podem não ser boas para o produtor,



que até o final de fevereiro teve os custos dos financiamentos praticamente dobrados, e vê agora os preços da safra serem congelados. Mas no futuro deveremos ter benefícios.

"Um dos aspectos importantes da reforma é o que, com o fim da correção monetária, termina com a especulação e possibilita ao agricultor exercer controle sobre os custos. Outro fator decisivo será o controle dos preços dos insumos, e não temos dúvidas de que também o produtor, a exemplo da população urbana, irá se mobilizar e fiscalizar o cumprimento do congelamento.

"Uma das medidas já adotadas para a agricultura, e que se refere ao VBC para a safra de inverno, está correta. O produtor que utilizar técnicas modernas e investir em tecnologia receberá um VBC maior. Isso irá estimular o produtor a investir em tecnologia e buscar produtividade.

"Quanto às cooperativas, nós sabemos que a maioria delas estão endividadas, e com o congelamento da correção monetária são automaticamente beneficiadas. No futuro, a recuperação do setor irá depender do movimento de recebimento do produto, do atendimento ao associado e da eficiência na comercialização.

"A política agrícola mais global deverá ter um planejamento a longo prazo, de três a cinco anos, para que também o agricultor possa fazer o seu planejamento, principalmente no que se refere a investimentos. Outra informação que nós temos é a de que o preço da soja provavelmente irá reagir, lá por julho ou agosto, mas não sabemos ainda se isso irá beneficiar o agricultor ou o governo. Não se sabe se o governo não irá confiscar o ganho a mais, mantendo o preço da soja nos 125 cruzados e 40 centavos.

"Mesmo que ainda existam algumas dúvidas quanto aos benefícios para a agricultura, nós temos esperança de que as coisas irão melhorar, sendo beneficiado aquele que trabalha. O que se nota hoje é uma grande corrida de pessoas que tinham dinheiro aplicado e se voltam para investimentos na própria agricultura, com a compra de terras.

"Os jornais têm anunciado que existe hoje uma grande corrida na compra de terras em várias regiões do Estado. Há também muitos negócios com casas e terrenos, e certamente teremos uma maior oferta de empregos em várias áreas, como na construção civil. A compra de terras é sinal de que acontecerá maior produção. Eu acho que a reforma econômica foi uma medida acertada e entendo que ela irá dar certo".



Walter José Pötter

Outra realidade facilmente constatada era que o estímulo à especulação tinha de ser contido.

O empresário Walter José Pötter, diretor-superintendente da Cotrijuí na Regional de Dom Pedrito, pensa que o "pacote" caiu bem nos variados segmentos da produção. No entanto, adverte para alguns detalhes que não foram previstos. Citou o caso do preço do arroz, "que não fecha se a gente levar em conta os vários patamares e o caminho do produto desde a lavoura até a mesa do consumidor".

Ele ressalta que a margem de preço entre o produto em casca, o beneficiado e o entregue ao consumidor deve sofrer revisão. São detalhes que têm de ser medidos no varejo e modelados dentro da nossa realidade, para evitar que alguns resíduos subalternos possam comprometer o conjunto do Plano, que em seu contexto geral é muito bom. Destaca que os fatores mais significativos a serem verificados na área da agropecuária têm que levar em conta os preços

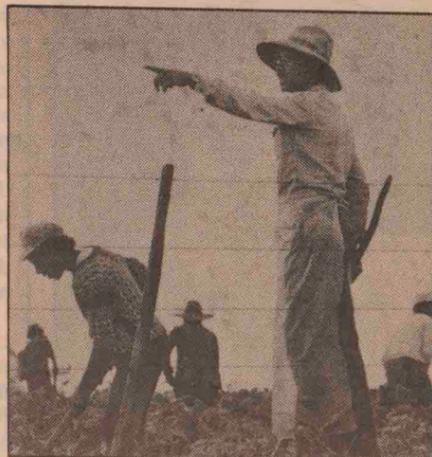
mínimos fixados, com as margens de segurança para que os alimentos tenham livre trânsito e deixem as devidas parcelas de lucro em seus diferentes estágios de circulação.

Walter Pötter, proprietário da Estância e Cabanha Guatambu, onde planta arroz (300 quadras), soja, sorgo, pastagens e criação de gado em grande escala, encerrou as declarações dizendo que a nomenclatura da moeda - mudança para cruzado - por si só, não solucionaria nada. A chave do processo todo reside exatamente na correção monetária, como realmente foi feito, o congelamento de preços e de salários. Mas que é necessário que o congelamento contemple todo o conjunto de elementos formadores de custos, inclusive os juros, pois do contrário essas medidas todas poderão resultar em fracasso.

Controle dos custos

Também na região da Campanha o pacote foi bem recebido, apesar das dúvidas que ainda persistem. É isso o que diz, na matéria abaixo, o correspondente Raul Quevedo, com base em comentários do superintendente da regional da Cotrijuí, Walter Pötter:

O conjunto de medidas de ordem econômica lançado pelo governo, que num primeiro momento despertou entusiasmo geral nos empresários rurais da região da Campanha, vai aos poucos se transformando em expectativa. Os agropecuaristas há muito aguardavam uma política realista na economia, onde não fosse só ela a penalizada, conforme aconteceu por vários anos.



Heitor: no comando de 100 homens

A turma da enxada

Depois da seca, os carpidores invadem lavouras da região

Eles saem cedo de casa. Como ma-
drugadores, não eram poucos os que
garantiam, em março, ter visto o Halley
com cauda e tudo. A maioria veio da zo-
na rural para a cidade. São capazes de ter-
minar com uma infestação de corriola, joá
e picão preto usando apenas a enxada. Al-
guns são ex-pedreiros, e os outros, ex-vigi-
lantes, ex-estivadores, ex-carpinteiros. Há
muitos "ex" entre eles. E todos têm uma
coisa em comum: não conseguem emprego
fixo, com carteira assinada, há um bo-
cado de tempo.

Eles são os carpidores, que invadem
as médias e grandes lavouras de soja da re-
gião, entre dezembro e abril, para ganhar
uma diária que está hoje em 40 cruzados.
Desde a segunda quinzena de fevereiro,
podem ser vistos limpando as lavouras de
granjeiros que decidiram trocar os herbi-
cidas pela enxada. Esse trabalho, que até
1983 era prestado diretamente, na forma
de empreitada, tem desde então a media-
ção da Cotrail, a cooperativa dos biscatei-
ros rurais de Ijuí (veja na página ao lado).

O maior grupo de carpidores de Ijuí
está concentrado, desde fevereiro, na Fa-
zenda Bom Sucesso, no interior de Catuí-
pe. Ali, eles terão serviço até maio, para
carpir 1.200 hectares de soja. Às 6 horas,
um caminhão da granja estaciona na sede
da Cotrail, levando o pessoal, e antes das
17 horas eles estão de volta. É um leva e
traz que se repete todos os dias, com 8
horas diárias de trabalho na enxada, e en-
volve jovens e velhos. Mas as mulheres
não têm vez.

SEM FUTURO

"Quando eu era empreiteiro, traba-
lhando por conta, levava mulheres junto,
mas hoje a maioria só quer saber de ho-
mem", afirma Heitor Oliveira, de 48 anos,
morador do Bairro Luiz Fogliatto. Heitor



Genésio (de casaco) quer ir embora

é o chefe da turma, e fiscaliza um grupo
de mais de 100 pessoas na Fazenda Bom
Sucesso. Ele conhece um por um e atua
como uma espécie de capataz. É ele tam-
bém quem sai de bairro em bairro a jun-
tar gente para as capinas, e leva junto
a mulher, Lenir, cozinheira do acampa-
mento, e mais uma filha e uma cunhada
como ajudantes.

"É preciso tratar a turma com jeit-
to, porque muitos são estourados", con-
ta Heitor. Há 14 anos ele está nessa lida,
mas sempre como trabalhador eventual,
sem carteira. O casal vai dormir todo o
dia por volta da meia-noite, e às 5 horas
está em pé. "Meu pensamento — diz Hei-
tor — é de deixar a capina, porque isso
não tem futuro".

DUAS VEZES

No dia 21 de março, Heitor repetiu
o que faz todos os dias: ajudou na capina
e, depois, no meio do mato, deu uma mão
na hora de servir comida aos trabalhado-
res. Eles saltam do caminhão dando pro-
vas de que estão famintos: correm para

formar a fila e consumir, em poucos mi-
nutos, 12 quilos de arroz, 6 de feijão e
8 quilos de figados, rins, coração e car-
ne de gado, além de polenta e mandioca.
Cada um pode entrar duas vezes na fila.
A comida — fornecida pelo dono da
lavoura, Carlos Roger Erig — é feita numa
chapa de ferro sobre tijolos, ali mesmo,
no mato.

Naquele dia 21, tinha gente com
medo de que a comida não fosse suficien-
te para os 107 capinadores. No fim, ficou
uma rapa para Heitor e as cozinheiras. O
almoço terminou às 12h30min, e menos
de uma hora depois os carpidores estavam
de enxada na mão, retomando o serviço.
Além de Heitor, também fiscalizam as
turmas o capataz da fazenda, Bruno Ra-
ma, e quatro peões da Bom Sucesso. Bru-
no acompanha tudo com uma planilha
onde marca, ao lado do nome de cada
um, a presença no serviço. Para ele, os ve-
lhos rendem mais na carpida.

IR PRA CAPITAL

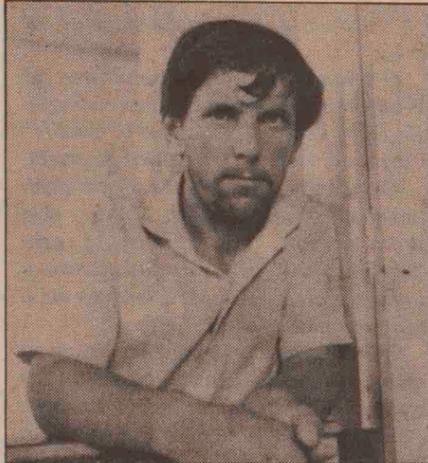
Genésio Dias, de 45 anos, morador

"Até meio hectare me serve"

José Lailton Schmitz tem na ponta
da língua uma frase muito repetida desde
o dia 28 de fevereiro, quando o governo
lançou o Plano da Inflação Zero: "É qua-
se certo que vai acontecer uma melhora
no mercado de trabalho". Apostar na efi-
ciência do pacote, a partir das previsões
mais otimistas feitas até agora, é o que
resta para José e tantos outros trabalhado-
res que vivem de biscates. Ele acredita
que "as medidas são boas, e a esperança é
que a coisa vá melhorar, e não piorar".

José diz mais: "O congelamento dos
preços foi um passo que o governo deu
muito bem dado". Mas não é o pacote —
por maior atenção que possa merecer — o
interesse imediato do biscateiro, que tem
33 anos e diz com orgulho: "Moro no
Bairro Tancredo Neves". José quer oca-
pação, como trabalhador eventual, e
andava, no dia 14 de março, atrás de uma
vaga para capina, na sede da Cotrail.

Ele veio de Santo Ângelo para Ijuí,
em 1976, certo de que arrumaria um em-
prego. "Meu pai era carpinteiro autôno-
mo, em Eugênio de Castro, no interior de
Santo Ângelo, e está aposentado. Mas ele



José: congelamento é passo bem dado

nunca teve terra". Em Ijuí, José voltou a
fazer o que fazia em sua cidade de ori-
gem: biscates. Ele aponta suas especialida-
des: "Sou carpinteiro, pedreiro, borra-
cheiro. E também lido na capina".

QUEBRA-GALHO

Esta é sua opinião sobre o trabalho

proporcionado pela Cotrail: "Isso aqui é
um quebra-galho. Mas é um quebra-galho
que ajuda muita criança a viver". José vi-
ve com a mulher, Licinda, e uma filha, às
custas dos biscates e de uma pensão. "Li-
cinda é viúva de um colono e ganha meio
salário mínimo. Nós vivemos juntos, mas
a gente não é casado. Ela não trabalha fo-
ra".

O último emprego de José, com car-
teira assinada, durou três meses, numa
madeira. Foi demitido no dia 4 de mar-
ço, e se convenceu de que na capina, pelo
menos no pique do trabalho na lavoura,
pode ganhar o salário mínimo que recebia
na empresa. "Mas um emprego — expli-
ca — é mais seguro, e aí a gente tem a car-
teira assinada".

O difícil vai ser arranjar trabalho fi-
xo depois da época da capina. Enquanto
as coisas não melhoram, José faz um pla-
no que depende muito da reforma agrária:
quer voltar a viver no meio rural. "Até
meio hectare de terra me serve", diz ele,
lembrando que na cidade as coisas prome-
tem ficar ainda mais complicadas para
quem tem só o curso primário.



Moisés Campos

O fôlego desses veteranos

Os peões que fiscalizam a capina na Fazenda Bom Sucesso passam ao largo por uma turma de quatro homens: João Martins, de 57 anos; Ernesto Rodrigues, de 76; Francisco Gomes Dias, de 53; e Feliciano Cardinal, de 61 anos. Eles preferem ficar perto um do outro e têm fôlego de dar ciúme em gente nova. "Não me dói nem as costas", garante Ernesto, completando: "Eu ainda estou esperando terra do governo pra trabalhar. Estou inscrito como sem-terra".

O comentário de Ernesto faz com que Francisco decida brincar com o assunto. "Eu penso assim", diz Francisco: "O cara dono da terra inventa de não aceitar outros na terra dele, e vem pra cima da gente com uma bocuda". Bocuda, no caso, seria uma espingarda, que ele improvisa com a enxada, enquanto os outros dão risada. Para Francisco, os proprietários com áreas desapropriadas podem ficar enraivecidos e partir pra briga.

"É O MEU RAMO"

No meio da brincadeira, o debate fica sério, enquanto a enxada vai cortando erva. "Esse negócio da reforma agrária está muito embrulhado", afirma João Martins. "Uma hora dizem que dão, e outra hora não dão mais". Ernesto volta a argumentar: "Eu quero terra porque tenho gente pra trabalhar. Eu casei duas vezes e tive 22 filhos. Mas 3 já são mortos". Francisco aproveita para fazer graça de novo: "Este seu Ernesto não é de se laçar com sovêu curto".

Feliciano não acompanha a conversa e se dispersa do grupo. Ele está quase surdo, ouve pouco, mas depois decide perguntar: "Eu não entendo bem disto aí.



João, Ernesto, Francisco e Feliciano: o grupo que não precisa de fiscais

Reforma agrária é o quê?" Quando houve a explicação, Feliciano sorri e garante: "Mas é isso mesmo que eu quero. Um pedacinho de terra pra plantar o que comer. É este o meu ramo". Feliciano teve 13 filhos com a primeira mulher. Casou de novo, com Maria de Souza, e teve mais quatro. "Agora a Maria está em véspera do quinto".

TROCA VANTAJOSA

O proprietário da Fazenda Bom Sucesso, Carlos Roger Erig, utiliza os serviços desse pessoal desde 1982, quando se deu conta de que era preciso parar com o uso de herbicidas. Ele relaciona quatro motivos para explicar essa troca: "Em primeiro lugar, o uso contínuo de herbicidas prejudica o solo e reduz a produtividade. O segundo aspecto é que produzimos semente, e precisamos estar com a lavoura sempre bem limpa. Além disso, a capina se torna mais econômica, a partir do segundo ano. E tem ainda o lado social, pois esses são trabalhadores sem especialização, que encontram dificuldades para conseguir emprego".

Carlos observa que a capina é sem-

pre mais vantajosa que o uso de venenos, pois tem eficiência de 100 por cento, enquanto os produtos químicos combatem de 80 a 90 por cento das ervas. O custo da capina, por hectare, está hoje entre 80 e 120 cruzados, incluindo diária, alimentação e transporte. A aplicação de herbicida sai em torno de 200 cruzados num hectare.

"Numa lavoura bem inçada", diz ele, "até o segundo ano de capina há um empate de custos com os herbicidas, mas depois, com as ervas sob controle, as despesas caem bastante". Antes da criação da Cotrail, Carlos contratava empreiteiros, que se encarregavam de reunir e pagar os carpideiros. Segundo ele, a cooperativa nessa área.

"Se todos os lavoureiros optassem por este tipo de trabalho, não teríamos desemprego na região no período de capina".



Carlos Erig

O caboclo de olhos azuis



Sebastião: velho não tem vez?

Sebastião dos Santos Bueno é um caboclo de olhos azuis. Tem no jeito e nas feições as heranças de uma grande mistura de raças. O pai, Anatólio, já falecido, era filho de um paraguaio e de uma austríaca. A mãe, dona Honória que tem 93 anos e mora em Ijuí, "é filha de bugres". O feitão de biriva foi herdado do lado da família da mãe. Os olhos são da avó, Leopoldina Hergin, que veio numa das levas de colonizadores europeus e terminou casando com um paraguaio. Tudo isso é Sebastião quem conta, enquanto lembra que nasceu e se criou na Ramada, então distrito de Ijuí, hoje pertencente ao município de Ajuricaba.

Pois Sebastião, com seus 51 anos, é um dos tantos desempregados crônicos que a Cotrail tem como associados. "Meu pai - diz ele - nunca teve terra de propriedade. Meu avô é que tinha, no tempo da folga. Mas na-quele tempo ninguém valorizava a propriedade. A área não foi regularizada, o governo tomou conta e outros se apossaram dela". O pai virou agregado, e em 1956 Sebastião decidiu vir morar na cidade. Trabalhou três anos na Prefeitura e outros três no Frigorífico Serrano, que não mais existe.

VIGILANTE

Seu último emprego com carteira assinada foi como vigilante de uma indústria, de onde saiu há dois anos. Mas ele gosta de lembrar que, desde o momento em que decidiu viver na cidade, ficou mais tempo desempregado do que trabalhando. Virou biscateiro, e num mês de capina conseguiu tirar perto de um salário mínimo. "Sou vigilante, estivador, faço capina, descarrego e carrego caminhão, faço qualquer coisa", conta Sebastião. Além do desemprego, ele tem outro drama:

- Sou separado da minha mulher, a Lori. Tenho 8 filhos, mas os mais crescidos, que são seis, moram com a minha mãe. Ela ganha pensão de viúva, de meio salário. A Lori ficou com duas crianças (de 6 e 11 anos). E eu estou parando na casa de uma irmã minha, no Bairro Storch. Na hora que arrumar emprego, eu me mando.

Não vai ser fácil. Além do emprego estar escasso, Sebastião não leva vantagem na hora de disputar uma vaga. "Muita gente acha que um homem com 40 anos pra cima não dá pra empregar", lamenta o biscateiro. "Tinha um homem que queria trabalhar aqui, pra trabalhar numa serraria no Mato Grosso, mas só levava gente nova". Sebastião leva fé no pacote do governo, porque "pode ser que abram mais firmas e mais construção". Quando não há capina, ele aparece todo dia na Cotrail, procurando ocupação. Se não há o que fazer, ele continua ali, puxando conversa: "Ficar em casa dá no mesmo".

Biscate cooperativado

A Cotrail (Cooperativa de Prestação de Serviços dos Trabalhadores Rurais Temporários de Ijuí) foi criada a 17 de agosto de 1983, e desde então tenta organizar uma categoria que praticamente não existia até o fim da década de 70 na zona da soja e trigo: o bóia-fria. Esse tipo de trabalhador, que há tempos faz parte da paisagem das regiões canavieiras do Nordeste e de São Paulo, é o biscateiro rural, sem vínculos empregatícios com patrões.

Segundo Santo Desordi, presidente da cooperativa, os cadastros dos 650 associados podem dar um perfil desse pessoal: 90 por cento vieram do interior para a cidade, e os outros 10 por cento nasceram e vivem na área urbana, mas são, em maioria, filhos de agricultores ou ex-agricultores. Outro dado importante: 35 por cento dessas 650 pessoas já foram proprietários rurais, que possuíam áreas de 1 a 35 hectares. E a grande maioria veio para Ijuí depois de morar no Alto Uruguai.

São migrantes que deixaram a lavoura após o pique da modernização, depois dos anos 50, no caso dos mais velhos, ou filhos de agricultores expulsos do minifúndio. Assim, a Cotrail tem associados de idade avançada, como o seu Sebastião Bueno (veja no quadro ao lado), e muita gente jovem. Santo observa também que todos eles, pelo menos uma vez, já tiveram emprego fixo na cidade. Mas são estes biscateiros os que, por integrar um contingente de mão-de-obra não-especializada, acabam se prestando para a alta rotatividade na construção civil e empresas que se utilizam da estiva.

A recessão, registrada a partir de 1980, reduzindo os níveis de emprego, e a crise da soja ampliaram esse contingente, e aí então surgiu a Cotrail. "No início - lembra Santo - fomos criticados e acusados de reacionários, porque estaríamos, com a cooperativa, eliminando a possibilidade desse pessoal ter um emprego fixo". De acordo com esse raciocínio, a Cotrail terminaria formando um quadro de "biscateiros profissionais" à margem de todo e qualquer benefício social.

Se essa visão tivesse prevalecido - diz ele - os bóias-frias estariam ainda mais marginalizados e desarticulados entre si. Santo está certo de que a Cotrail é uma forma de garantia dos mínimos direitos de quem, mesmo sem emprego fixo, briga por trabalhos e melhores condições de vida. Os eventuais têm os mesmos benefícios do trabalhador rural assalariado, com a diferença de que não contam com carteira assinada. Dispõem de assistência previdenciária e podem chegar à aposentadoria como biscateiro cooperativado. É claro que tudo isso é muito pouco para quem enfrenta a situação de desempregado crônico, sobrevivendo de serviços que aparecem de vez em quando.

FILIAIS

Os bóias-frias da zona da soja dependem especialmente da capina, entre



Santo: "No início fomos muito criticados"

dezembro e abril, mas desta vez, em função da seca essa lida se iniciou com atraso. No resto do ano, disputam vagas escassas nas lavouras, para plantio, colheita e outros serviços. Os serviços são contratados pelos proprietários diretamente com a Cotrail, que se encarrega depois de pagar os trabalhadores. Agora, em março, também os biscateiros tiveram seus ganhos congelados, passando a receber 40 cruzados de diária, contra os 28 mil cruzeiros que cobravam desde novembro.

Os empregadores pagam mais 10 por cento sobre este valor à Cotrail, para manutenção da cooperativa, que tem quatro funcionários (um deles cedido pela Prefeitura de Ijuí), e está instalada em duas salas num prédio da rua Álvaro Chaves. Em janeiro último, a Cotrail decidiu ampliar sua experiência, abrindo uma filial em Giruá, a cerca de 90 quilômetros de Ijuí, onde já conta com 150 associados. E é provável que ainda este ano outra filial seja aberta em Santo Augusto, a 70 quilômetros de Ijuí.

Disposição de continuar

A Assembléia Geral Ordinária da Cotrijuí deste ano aconteceu no dia 25 de março, na sede da Afucotri, em Ijuí, a partir das 14 horas. Um expressivo número de associados das regionais Pioneira, Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul estiveram presentes dando o seu voto de confiança ao trabalho realizado pela administração durante 1985. Por indicação da Assembléia, os trabalhos foram dirigidos pelo associado e também representante, Paulo Ottonelli, eleito pela Unidade de Ajuricaba, da Região Pioneira.

O Balanço, como tem ocorrido nas últimas Assembléias, não chegou a levantar grandes discussões, pois os números apresentados já haviam sido mais do que dissecados nas reuniões com associados acontecidas durante todo o mês de março. Essas reuniões, num total de 49 - 33 na Região Pioneira, uma em Dom Pedrito e 15 em Mato Grosso -, atingiram em torno 3.000 associados.

A situação econômico-financeira da cooperativa, foi, durante 1985, a grande preocupação do Conselho de Administração, como ficou bem claro no relatório final, apreciado pelos representantes durante a assembléia. Preservar a saúde econômico-financeira da cooperativa, tem sido, nos últimos anos, uma constante preocupação de sua direção e corpo associativo. Da mesma forma, o Conselho de Administração ressaltou que o capital de giro negativo vem sendo mantido sob sólido controle, na intenção de não prejudicar o andamento e o desempenho das atividades econômicas-sociais da cooperativa. Uma prova de que o quadro social não tem deixado de ser atendido, especialmente no que diz respeito à comercialização e liquidação das safras, é a maciça entrega de produto ocorrida no último ano - cerca de um milhão de toneladas (ver relatório na página 18).

Feita a leitura e apreciação do Balanço geral e do Relatório final, a assembléia autorizou o Conselho de Administração a alienar ou adquirir bens imóveis, bem como contrair financiamentos. Essas questões fazem parte da rotina diária da Cooperativa, mas que de acordo com a lei, precisam de autorização expressa da Assembléia. Caso contrário, toda a vez que a Cooperativa necessitar contrair algum financiamento, adquirir ou vender algum imóvel, terá que convocar a Assembléia para receber a sua autorização. Na mesma ocasião também foi feita ratificação, ou seja, a confirmação de venda de alguns imóveis, ocorridos no exercício de 1985. Sempre que a cooperativa se desfaz de algum imóvel, ela precisa da ratificação da assembléia, para que a transação ocorra dentro dos moldes legais.

ELEIÇÃO

Outro assunto tratado na Assembléia foi a renovação do Conselho Fiscal. Uma chapa única, apresentada pelo Conselho de Representantes, foi eleita por aclamação. O novo Conselho Fiscal (ver abaixo) passa a ser integrado por Antenor José Vione, da Regional Pioneira; Antônio Cândido da Silva Netto, de Dom Pedrito e por Valdeci Oli Martinelli, do Mato Grosso, como efetivos. Na suplência ficaram Valter Luiz Driemeyer; Luiz Anildo Brum da Costa e Flori José de Pelegrin.

MAIOR ABERTURA

No espaço reservado à discussão de assuntos gerais, o associado Hilton Correa



A Assembléia contou com um número expressivo de associados da Região Pioneira, Dom Pedrito e Mato Grosso

Leite leu uma carta, levantando a questão da necessidade de uma maior abertura da direção. Também sugeria a divulgação de todos os atos administrativos da Cooperativa. A carta, gerou muita discussão e a manifestação de apoio da totalidade dos associados presentes à Assembléia à atual direção da Cooperativa. Entendem os associados que apoiaram a direção, que a implantação da nova estrutura do poder deu à cooperativa uma grande abertura em termos de participação do quadro social nas decisões da Cotrijuí.

Para o associado Antônio Cândido da Silva Netto, da Regional de Dom Pedrito, a democratização da Cotrijuí cresce a cada minuto e não é colocando todos os seus atos administrativos nos jornais que se estará buscando uma maior participação do quadro social. A entrega da produção, disse ele, já é um caminho para se ter acesso a todas informações. "Só vamos ter uma cooperativa forte, disse Israel Rocha, associado de Ijuí, se tivermos uma cooperativa participativa. O bom associado é aquele que produz, que entrega a sua produção e movimenta a sua conta na cooperativa". "Temos uma grande responsabilidade e a nova diretoria está compreendendo essa responsabilidade".

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Uma nota de esclarecimento, assinada pelos integrantes do Conselho Fiscal, Antenor José Vione, Frederico Antônio Stefanelli e Ruy Adelino Raguzzoni, foi lida durante a assembléia. Na nota o Conselho Fiscal assinalava o recebimento do abaixo-assinado com as 127 assinaturas, solicitando esclarecimentos sobre vários assuntos, entre eles, salários, convênios, despesas de viagens e de alimentação. Dizia a nota: "Os membros deste conselho, eleitos em assembléia geral, tem poderes legais e estatutários para atuar por si, sobre qualquer ponto que julgar necessário dentro da cooperativa. Fiscaliza a qualquer momento o setor que julgar conve-

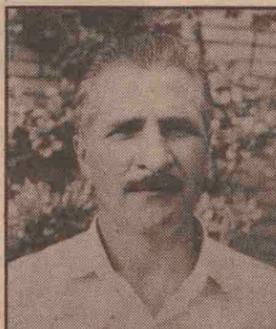
niente por sua própria iniciativa ou por solicitação de associados. Para o melhor desempenho e compreensão dos aspectos contábeis, fiscais, organizacionais, entre outros, tem a sua disposição a assessoria contínua de uma auditoria interna e outra externa independente.

Mais adiante a nota do conselho fiscal lembrava que a atual estrutura administrativa da cooperativa foi criada justamente para que um maior número de associados possam participar mais diretamente da vida da cooperativa. A eleição de representantes na proporção de um para 150 associados permite a representação de todo o quadro social e através deles, há uma interação dos problemas es-

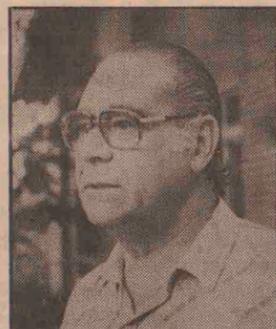
truturais e conjunturais da instituição no sentido direção-associado e vice-versa. A nota de esclarecimento ainda lembrava as reuniões, realizadas em toda a área de ação da Cotrijuí, onde entre outros assuntos, é apresentado e discutido o balanço. "Nesses encontros, dizia, o associado e a sua família, de maneira descontraída, assiste e questiona as informações de forma transparente.

O presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti entende o abaixo-assinado como um fato positivo. Lembrou que os problemas da Cotrijuí são muitos, mas reafirmou a vontade e a obrigação da direção de atender aos associados da melhor forma possível e continuar prestando contas de suas atitudes.

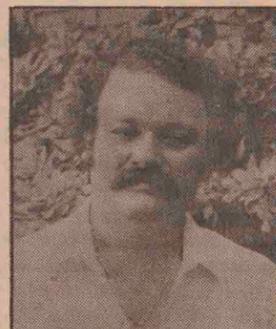
O novo conselho fiscal



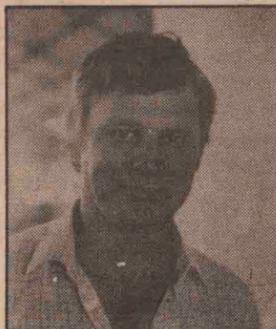
Antenor José Vione



Antônio da Silva Netto



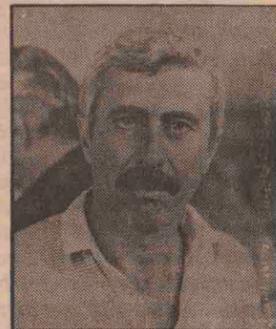
Valdeci Oli Martinelli



Valter Driemeyer



Luís Brum da Costa



Flori José de Pelegrin

O relatório do Conselho

Ao findar-se mais um exercício social, o 29º da existência de nossa cooperativa e o primeiro sob nova estrutura administrativa, com diretorias e conselheiros regionais com cargos eletivos, apraz-nos comparecer diante dessa egrégia Assembléia Geral Ordinária para, em cumprimento a disposições estatutárias, submetermos à apreciação de nosso quadro associativo uma síntese das realizações e atividades sócio-econômicas desenvolvidas no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1985.

Conforme já relatado nas múltiplas e específicas reuniões realizadas em todas as Unidades e núcleos de nossa cooperativa nos trinta dias que antecederam a esta Assembléia, no ano que passou a economia agrícola nacional enfrentou situações totalmente atípicas, especialmente as culturas de verão da Região Centro-Sul do país. A inexistência de recursos financeiros para custear a comercialização, os altos custos do dinheiro quando disponível e, principalmente, as baixíssimas cotações do mercado convencional durante todo o período, induziram os produtores a optarem pela única alternativa que lhes restava — a venda maciça ao governo aos preços mínimos estabelecidos.

Isto, naturalmente, se refletiu no movimento financeiro global da cooperativa, causando, pelo menos, um paradoxo: recebemos, no período, o maior volume de grãos de nossa existência, 963.857 toneladas (o recorde anterior foi em 1981 com 920.216 toneladas), contra 662.730 toneladas no exercício anterior, portanto com um acréscimo físico de 45 por cento. De outra parte, se considerarmos que a inflação oficial do período foi de 234 por cento, e que nossa receita bruta, em relação ao exercício 1984, cresceu apenas 221 por cento (Cr\$ 1,665 trilhões para Cr\$ 515 bilhões), constatamos que, para um volume físico 45 por cento maior, obtivemos receita real 13 por cento a menos. Vale dizer, em síntese, que para aquilo que comprávamos ou recebíamos em 1984 com 100 quilos de produto, em 1985 necessitamos de 158 quilos do mesmo produto.

PRINCIPAIS ATIVIDADES OPERACIONAIS

SOJA

Ainda o produto de maior expressão econômica da cooperativa, responsável por 38 por cento de nossa receita bruta. Recebemos no período 628.111 toneladas, contra 470.726 toneladas em 1984. Foi o segundo maior recebimento registrado por nossa Cotrijuí, somente superado pela safra de 1981, com 652.492 toneladas. Os baixos preços do grão e derivados registrados em todo o ano passado nos mercados externo e interno, sem, em momento algum apresentar qualquer perspectiva de melhora de preço, fizeram com que, pela primeira vez neste quarto de século em que sua cultura se tornou expressiva, fosse comercializado diretamente com o governo, na modalidade "AGF". Aproximadamente um terço da produção recebida foi negociada nesta modalidade, representando a melhor opção do momento, embora ao preço de Cr\$ 46.740 por sessenta quilos, quando a perspectiva do produtor para cobrir seus custos de produção e obter algum lucro seria de, no mínimo, 50 por cento acima desse valor. No entanto, mesmo diante da crítica situação do mercado, sentindo que, enquanto este estagnava, os juros e correção monetária dos financiamentos cresciam avassaladoramente, a cooperativa não vacilou um só momento. Procurando minimizar o prejuízo do associado, permaneceu sempre no mercado, venden-

do e liquidando o produto ao preço mínimo, mesmo com reflexos negativos em seus custos operacionais.

TRIGO

Teve um surpreendente e significativo retorno, reaproximando-se do soja como principal cultura da área Cotrijuí. Recebimento recorde de 236.895 toneladas, contra apenas 79.913 toneladas no exercício anterior. Representou 27,4 por cento de nosso faturamento total. Destaque para a Regional Mato Grosso do Sul, com 144.417 toneladas; Pioneira 91.374 toneladas e Dom Pedrito com 1.102 toneladas.

ARROZ

A frustração da safra do arroz de sequeiro de nossa Região do Mato Grosso do Sul não permitiu que atingíssemos a performance do ano anterior. Foram recebidas em 1985, 58.294 toneladas, contra 68.742 toneladas em 1984. Nossa Regional de Dom Pedrito vem se mantendo com recebimento estável de 47.524 toneladas. O produto contribuiu com 5,7 por cento de nosso movimento financeiro.

BOVINOS/OVINOS

Praticamente manteve a performance do ano anterior, com abate de 31.426 cabeças, contra 32.389 no exercício 1984. Representou 2,8 por cento do movimento econômico.

SUÍNOS

A produção recebida é comercializada totalmente através da Cooperativa Central Gaúcha de Carnes Ltda. Esta passou por uma completa reestruturação em 1985, inclusive com a transferência de sua sede e administração para junto da indústria em Júlio de Castilhos. Isto provocou a paralisação dos abates por bom tempo. Mesmo assim ainda foram comercializadas 11.095 cabeças, contra 13.417 em 1984.

LEITE

Apesar de alguns aspectos negativos enfrentados pelo setor (renovação de rebanhos, rações, pastagens, preços) ainda representa a principal atividade no processo de diversificação da produção. Teve um ligeiro incremento em relação ao ano anterior (20.617.073 para 19.178.218 litros).

LÃ

Foi expressivo o recebimento, 1.086 toneladas, contra 795 toneladas em 1984.

LOJAS E MERCADOS

O setor iniciou em 1985 um período de reestruturação, procurando dar mais ênfase na compra e venda de produtos e mercadorias que sejam essenciais para a lavoura, melhorando, à medida do possível, a posição do estoque destes com a desativação, paulatinamente, dos produtos enquadrados como supérfluos. No período foram inauguradas instalações próprias em Rio Brillante-MS e ampliado o espaço de vendas na Loja Sede-Ijuí-RS. O setor contribuiu com 11,7 por cento do movimento financeiro do ano, inclusive insumos.

INDÚSTRIAS DE RAÇÕES E DE ÓLEO

Com a paralisação temporária da Fábrica de Rações de Júlio de Castilhos, foi reativada a Indústria de Ijuí, produzindo rações para fornecimento ao nosso quadro associativo. Também nossa Fábrica de Óleos, apesar das condições desfavoráveis do mercado de farelo e óleo, manteve-se em atividade produzindo, especialmente, matéria-prima para nossas fábricas de rações e nosso óleo Mucama e Refeição para abastecimento de nossas lojas.

TERMINAL RIO GRANDE

Operou, no exercício 1.303.953 toneladas de produtos, com destaque para

soja in natura, com o movimento mais expressivo nos últimos cinco anos, 887.983 toneladas.

MILHO E SORGO

Com a retomada da produção de suínos, estes dois produtos crescem em importância. Foram recebidas 31.140 toneladas, que se destinaram, em parte, para a produção de rações e outra, especialmente o milho, para fornecimento in natura aos próprios associados.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Preservar a saúde econômica e financeira da cooperativa tem sido nos últimos anos, uma constante preocupação de sua direção e corpo associativo. O capital de giro negativo vem se mantendo à margem das atividades operacionais, sob sólido controle, de moldes a não prejudicar o bom andamento e desempenho das atividades econômico-sociais. Nossa preocupação primeira tem sido o rápido atendimento às necessidades dos associados, especialmente na comercialização e liquidação das safras, não lhes deixando faltar os recursos afins, e sem quaisquer ônus adicionais. Comprova esta afirmativa a maciça participação e resposta do corpo associativo, com a entrega aproximada de um milhão de toneladas de produtos.

Nossos principais compromissos econômico-sociais, apesar do arrocho financeiro que ainda enfrentamos, vêm sendo mantidos com rigorosa pontualidade. Nossa maior dívida, contraída com a CFZ/Banco do Brasil, que venceria em 26 de fevereiro de 1986 foi renegociada com prazo de cinco anos, a juros de crédito rural. Somente isto, embora não represente uma solução definitiva para nosso endividamento, pois esta ainda estamos buscando via desmobilização, já representa um grande alívio para nosso fluxo de caixa.

Também com o Banco Meridional, um compromisso de menor porte, foi renegociado para pagamento em três anos. Estas negociações trouxeram sensível melhora a nossa liquidez imediata. De outra parte, embora a situação financeira ainda não esteja de todo contornada, a credibilidade da Cooperativa junto ao corpo social, poderes públicos e fornecedores continua intacta, face a nossa excelente situação econômica.

Para um passivo de quinhentos e dezoito bilhões de cruzeiros, dispomos de bens — Ativo — de um trilhão quinhentos e oitenta bilhões, restando-nos, portanto, um patrimônio líquido positivo de Cr\$ 1.061 trilhões, o que representa um índice de garantia de três cruzeiros próprios a cada cruzeiro de compromisso, ou, ainda, que somos devedores de 33 por cento de nosso patrimônio.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Muitas medidas de caráter saneador, visando a busca de equilíbrio de resultados foram postas em prática na Cooperativa e nas suas subsidiárias. Redimensionamento do quadro de pessoa, com melhor definição de tarefas e responsabilidades; extinção e reaglutinação física de alguns setores, visando melhor identificação dos pontos negativos; reexame de estoques de mercadorias, concentrando as atividades no estrictamente necessário, reduzindo o volume dos supérfluos e de baixa rotatividade, e agilização nas vendas da produção, em substituição a costumeira busca de financiamentos para estocagem, de disponibilidade insuficiente e de custos elevados, foram as principais medidas até aqui tomadas.

No entanto, é lícito justificar, pela própria situação atípica do mercado enfrentada no período e já citada neste rela-

tório, e com um custo financeiro superior a trezentos por cento, seria difícil contornar este impasse num único exercício.

Porém, ao examinarmos os números do Balanço em estudo, embora o prejuízo de nove bilhões, podemos constatar sensíveis melhoras na saúde financeira e patrimonial da Cooperativa. A situação patrimonial, já comentada neste relatório, continua sólida, pois temos um Passivo de 33 por cento de nosso patrimônio, quando em 1984 nosso Passivo representava 41 por cento de nosso Ativo. Embora nossa receita bruta não tenha atingido o nível da inflação (221 x 234 por cento), as despesas globais atingiram 34,73 por cento da receita, enquanto que em 1984, corresponderam a 39,88 por cento.

Como sempre, os custos financeiros assumem a maior parcela, com 20,20 por cento. As demais despesas, 14,63 por cento, se situam dentro dos índices plenamente aceitáveis.

CORPO ASSOCIATIVO

Nosso corpo social, nas três Regionais, mantém-se com um número equilibrado de produtores, com um crescimento de 2 por cento no exercício/85, conforme demonstramos:

Região	31.12.84	31.12.85
Pioneira	16.338	16.457
Dom Pedrito	2.109	2.190
Mato Grosso do Sul	3.803	4.057
	22.250	22.704

Fator preponderante, no entanto, e isto não nos cansa repetir, não é apenas o número de 22.704 famílias de produtores que compõe esta Cooperativa, mas o fato de, cerca de 16.000 destes participarem ativamente da vida da entidade, com entrega e comercialização de suas safras. Dos inativos, sua maioria são associados que delegaram a administração das lavouras, a familiares e que continuam, portanto, embora de maneira indireta, a participar da Cooperativa.

CORPO FUNCIONAL

Como já citamos, durante o exercício, buscou-se dimensionar o número de servidores de moldes a ajustar os custos da cooperativa à nova realidade conjuntural, sem, no entanto, prejudicar o desempenho dos serviços prestados aos associados. Com isto houve uma redução do quadro funcional, de 3.520 de dezembro/84 para 3.340 em dezembro/85.

CONCLUSÃO

Este relatório, como já frisamos em seu início, é apenas uma síntese daquilo que no entender deste Conselho, aconteceu em 1985.

Os horizontes e as atividades de nossa Cotrijuí são muito mais amplos. Descrevê-los, todos, num relatório, seria prolixidade, pois estes já são frutos de uma participação cada vez mais ampla e efetiva dos associados nos destinos de nossa Cooperativa. Somente esta participação consciente e organizada pode explicar o fenômeno de, apesar do desgaste e do descrédito que alguns setores querem imputar ao Cooperativismo, termos passado incólumes mais um ano de nossa existência, e com recorde físico de movimentação de safras. Em 1986, quando em eleições abertas e democráticas, mais uma vez nossos associados retornam às urnas para eleger o novo "Conselho de Representantes", esperamos que os novos eleitos continuem, também, juntos com todo o corpo associativo, a emprestarem sua indispensável, ampla e irrestrita colaboração, para consolidarmos, a cada dia de nossa existência, o fortalecimento do sistema e da estrutura de nossa Cotrijuí.

A Diretoria

Nova provocação ao debate

A questão do desmembramento, um assunto antigo e que andava meio em banho-maria, tomou boa parte das discussões levantadas durante a reunião preliminar, realizada na manhã da Assembléia e que contou com a presença dos representantes eleitos de todas as áreas de atuação da Cotrijuí. É uma discussão que iniciou por volta de 1982 e que já ocupou muita reunião, mas que por força de outros assuntos de maior prioridade, como a situação da dívida da Cotrijuí, foi perdendo a importância. Hoje, embora o problema da dívida ainda não esteja totalmente sanado, o desmembramento volta à discussão, gerando, inclusive, algumas polémicas entre o quadro social.

O desmembramento não é um assunto para ser definido em apenas uma reunião, mas nada impede, como deixou claro o presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti, que ele volte a ser debatido nas reuniões com o quadro social. Ele lembrou que o desmembramento traria uma série de consequências e demandaria, inclusive, na convocação de uma assembléia especial e extraordinária, envolvendo a participação e a discussão dos associados de todas as regiões. É um trabalho extenso, alertou Oswaldo Meotti, que envolve não apenas os bens e compromissos da Cotrijuí, mas também bens e compromissos das próprias subsidiárias.

O TAMANHO

A discussão sobre o desmembramento envolve um questionamento bastante antigo: o tamanho da cooperativa. Ele foi levantado pela primeira vez há cerca de quatro anos atrás, a partir de uma proposta do próprio Conselho de Administra-



Os representantes, em reunião preliminar, voltaram a falar em desmembramento

ção, sugerindo desmembrar a Cotrijuí em três cooperativas singulares. Cada área de atuação se transformaria numa cooperativa independente, tanto na Regional Pioneira, como no Mato Grosso e em Dom Pedrito. Essas cooperativas continuariam inter-ligadas através de uma Central, que seria a responsável não apenas pelas decisões políticas das singulares, mas também pelo fortalecimento de cada uma das três.

A sugestão de se voltar a falar em desmembramento surgiu mais como uma provocação ao debate sobre a questão. Nenhum representante pensava em voltar para a sua regional com a questão resolvida, mas levá-lo adiante nas discussões, já que há cerca de um ano não se falava mais no assunto. Antes de qualquer posicionamento concreto e definitivo, a proposta terá, em primeiro lugar, que ser debatida com todo o quadro social, procurando

um consenso em todas as regiões.

PRIMEIRO A DÍVIDA

Para o associado Suleiman Guimarães Hias, de Dom Pedrito, o desmembramento é uma questão que precisa ser examinada com muito carinho. "É um assunto, disse, que temos de pensar com maturidade e que não podemos ter a covardia de deixá-lo de enfrentar". Sugeriu, num primeiro momento, a formação de uma comissão de estudo para examinar toda a situação da cooperativa e, em caso de desmembramento, as suas consequências. Pedro Guiotto, representante eleito pela unidade de Augusto Pestana, da Regional Pioneira, também se mostrou favorável a um futuro desmembramento, desde que a Cotrijuí procure, antes de qualquer decisão, uma solução definitiva para a dívida.

Todos concordaram que o proble-

ma da dívida é uma questão prioritária e que deve merecer toda a atenção, mas para que a discussão sobre o desmembramento não fique esvaziada mais uma vez, os representantes decidiram formar uma comissão para retomar e atualizar os estudos que já vinham sendo realizados. Essa comissão poderá ser formada tão logo acabe a colheita da soja. Os novos representantes a serem eleitos em agosto, terão a incumbência de tocar o assunto para a frente. Não houve nenhum estabelecimento de prazos para os trabalhos e nem mesmo se discutiu como ficará a Cotrijuí, caso o desmembramento venha acontecer.

AS ELEIÇÕES

O tratamento que vem sendo dado para a dívida da Cotrijuí, a eleição dos representantes e os 10 anos da Cooperativa Central Gaúcha de Leite, foram assuntos que também entraram na pauta de discussões.

O problema da dívida, embora ainda não esteja totalmente resolvido, poderá ter uma solução num curto espaço de tempo. A venda do Terminal de Rio Grande, hoje avaliado em 310 milhões de cruzados e o estabelecimento de um maior prazo para o pagamento da dívida, continuam sendo os caminhos para a solução definitiva do problema. "Essa rolagem que fizemos com a CFP - pagamento num prazo de cinco anos - embora não seja a solução, já nos deu um pouco de tranquilidade", diz Meotti.

Os representantes aproveitaram a reunião e marcaram para o dia 22 de agosto, a data de realização da próxima eleição do novo conselho de representantes da Cotrijuí.

ONDE A SUA SAFRA É SEMPRE BEM TRATADA



Durante todo o ano a Cotrijuí presta total apoio ao produtor rural. Por isso, na hora de comercializar a sua produção, não abra mão de quem oferece maior segurança. Lembre-se: safra entregue aos cuidados da Cotrijuí é safra que reverte em maiores benefícios para você.



COTRIJUI

Nada substitui a força da união



Nos encontros as mulheres discutiram a previdência. . . .



. . . o reconhecimento da mulher trabalhadora, o voto feminino e a organização

MULHER

É preciso conquistar espaços

O Dia Internacional da Mulher foi assinalado na região por muita discussão em torno da situação da mulher trabalhadora. As discussões aconteceram em duas etapas distintas, envolvendo de um lado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí e de outro a União de Mulheres de Ijuí como organizadores dos encontros. Embora os temas discutidos sejam mais ou menos comuns e todas busquem, de uma forma ou de outra, o reconhecimento da mulher como força produtiva, elas começam a divergir em um ponto: a questão do voto feminino nas próximas eleições. Um grupo de mulheres trabalhadoras rurais fala em anulação do voto feminino caso suas reivindicações não sejam atendidas, como uma questão fechada. Um outro grupo, prega a importância do voto feminino nas próximas eleições.

"Não é nos omitindo, diz a Terezinha Weiller, presidente da União de Mulheres de Ijuí, que vamos mudar alguma coisa". Segundo ela, é somente através do voto que poderão ser escolhidos candidatos progressistas e em condições de levar adiante as reivindicações não só das mulheres, mas de toda uma classe trabalhadora.

MULHERES DA REGIÃO

O encontro organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí contou também com a presença de mulheres rurais de Santo Ângelo, Augusto Pestana e Jóia. Aconteceu na Cripta da

Matriz de São Geraldo, no dia 8 de março. Entre os assuntos que ganharam a preferência das discussões, estavam a Previdência, o sindicalismo, a organização da mulher rural e o reconhecimento da profissão de trabalhadora.

O projeto da Previdência que vem sendo elaborado pelo governo foi colocado em confronto com as reivindicações dos trabalhadores e analisado de forma esmiuçada. Nada satisfeitas com o projeto, as mulheres deram um voto de repúdio e voltaram a defender aposentadoria aos 50 anos por invalidez e aos 30 anos de serviço, com valores nunca inferiores a um salário mínimo; auxílio natalidade e salário maternidade; assistência médico-hospitalar; ambulatorial e odontológica, sem cobrança de qualquer taxa extra ou diferença. As trabalhadoras rurais também ouviram o presidente do STR de Ijuí, Carlos Karlinski falar sobre sindicalismo.

ORGANIZAÇÃO

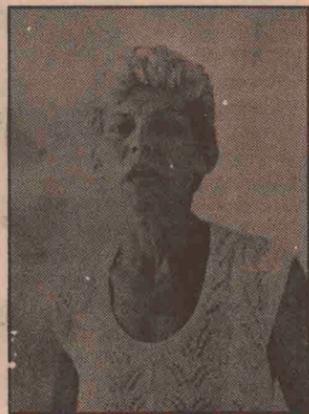
A professora Dolair Callai, da Unijuí, foi a palestrante do segundo encontro de mulheres trabalhadoras, organizado pela União de Mulheres de Ijuí e realizado no dia 15 de março na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí. Falando sobre a presença da mulher na escola, o voto feminino e a organização da mulher, Dolair Callai lembrou que a escola tem um trabalho sistemático de reforço ao machismo. "A escola educa a mulher para a submissão, disse, lembrando que

aos cinco anos os meninos já têm uma posição de mais fortes e as meninas de serem dóceis. E dentro dessa visão a educação continua sendo programada por uma elite, para formar uma elite "e a essa elite, não interessa a formação da mulher".

A mulher de hoje, segundo a Dolair, precisa aproveitar todos os espaços que aparecerem na sua frente para desenvolver seu trabalho. "Temos que aprofundar os nossos conhecimentos sobre a realidade atual, para poder interferir e escolher onde atuar". É ocupando novos espaços que a mulher vai ganhar, inclusive, o direito de participar da nova Constituinte. "Se temos uma Constituinte que discrimina a mulher e não a queremos assim, temos a obrigação de intervir para que aconteçam mudanças". É um trabalho, segundo a professora, que já está atrasado e se a mulher não se organizar, vai assistir a elaboração de uma nova Constituinte à revelia de 50 por cento da população brasileira. "A mulher tem que ter consciência e saber em que está votando, conhecer as propostas de trabalho do seu candidato. Agindo desta forma, ela estará ajudando a provocar mudanças.

TOMADA DE CONSCIÊNCIA

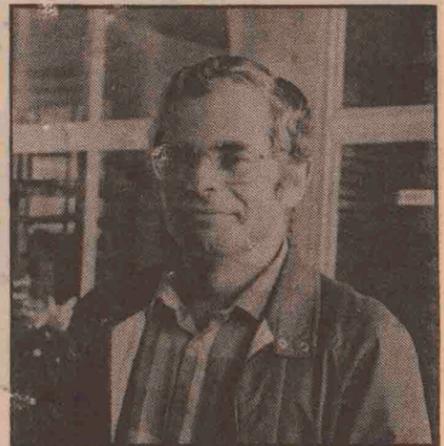
A professora Dolair deixou bem claro que o avanço de qualquer luta, depende da organização. "Temos que nos organizar de forma efetiva e trabalhar unidas, independentes de sermos urbanas ou rurais.



Dolair Callai

Classifica o dia 8 de março como o dia de tomada de consciência da situação discriminatória da mulher. Somente com uma tomada de consciência é que as mulheres podem se organizar e, junto com o homem, partir em busca de mudanças dentro da sociedade. A professora Dolair Callai falou a quase 100 mulheres trabalhadoras urbanas e rurais.

No final do encontro ficou claro que existe necessidade de fortalecer a União de Mulheres de Ijuí, estendendo a sua atuação a maioria dos bairros de Ijuí. É a única forma, disseram as mulheres, de podermos ampliar o debate em torno da organização e da situação da mulher trabalhadora. Um novo encontro deverá acontecer no dia 5 de abril. O assunto em debate será o novo pacote econômico do governo.



Sebastian Cox

câmbio, envolvendo a formação de monitores campesinos na área de contabilidade agrícola. Deverão participar desse programa produtores da região e um professor da universidade de Ijuí.

A visita do diretor do Cedal

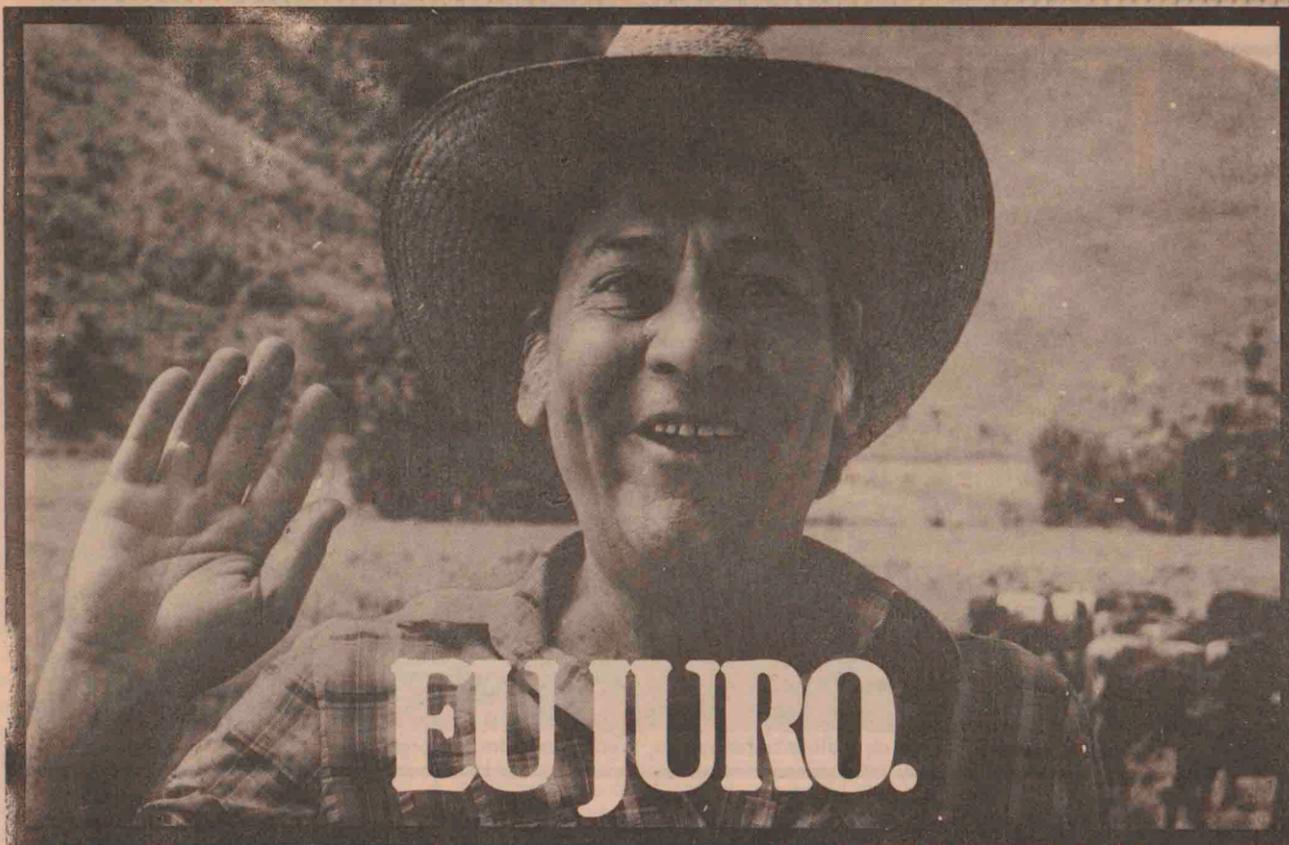
Sebastian Cox, diretor de Extensão e Pesquisa do Cedal - Centro de Educação e Desenvolvimento da América Latina -, com sede na França, esteve em Ijuí, no final do mês de março, visitando a Cotrijuí e a Unijuí.

Na Cotrijuí a sua visita teve como finalidade fazer uma avaliação do estágio realizado pela educadora Noemi Huth, que no ano passado, durante os meses de setembro e outubro, participou, na França, do programa de intercâmbio franco-brasileiro. Esse programa existe há vários anos entre o Cedal e a Unijuí. Também era intenção de Sebastian Cox conhecer

"in loco" as atividades da área de educação da Cotrijuí e os trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Centro de Treinamento. Na visita que fez ao CTC, ficou impressionado com os experimentos em andamento, principalmente aqueles que envolvem um maior aproveitamento dos recursos naturais. "Fiquei impressionado com a visão crítica do processo de monocultura e com os trabalhos desenvolvidos na busca de uma agricultura mais econômica, aproveitando o máximo dos recursos naturais. A preocupação com a conservação do solo também me chamou a atenção", diria ele mais tarde.

Ao participar de uma reunião das líderes de núcleos cooperativos da Unidade de Augusto Pestana, achou positivo o fato das mulheres rurais insistirem na maior participação dentro da cooperativa. "A participação destas mulheres, os seus questionamentos durante a reunião, sem qualquer inibição, deixa claro que elas querem continuar avançando e assumindo, quem sabe até sozinhas, o seu trabalho, a sua luta".

Na Unijuí, onde esteve com o professor Telmo Frantz, pró-reitor de Extensão e Pesquisa, Sebastian Cox tratou da elaboração de mais um programa de inter-



Você precisa responder corretamente ao Censo Agropecuário que está começando agora.

O questionário é simples, só vai ocupar um pouco do seu tempo e o recenseador é uma pessoa que a Fundação IBGE credenciou aí, na sua própria região. Ele vai se identificar com a carteira, e não vai lhe cobrar nada.

Na ausência do produtor rural, outra pessoa habilitada pode responder.

Você sabe como a resposta certa de cada um é importante.

Pois, com base na soma das respostas é que vão ser planejadas a assistência técnica, a eletrificação, irrigação, estradas para escoar a produção e outras melhorias que vão beneficiar você, sua família, sua propriedade, seu estado, o nosso país.

E as respostas são usadas sempre somadas.

Por lei, nenhum questionário pode ser conhecido individualmente para qualquer fim. Quer dizer, o sigilo é total, absoluto e garantido.

Você pode jurar suas respostas, que a Fundação IBGE jura que é importante.

CENSO

AGRO
PECUÁRIO

FUNDAÇÃO
IBGE 

O Maior Banco de Dados Sobre o Brasil.

Os ingleses davam ordens

A interferência dos "gringos" na Campanha

Anastácio de Oliveira Jardim, conhecido popularmente por "seu Duquilha", é o único sobrevivente dos fundadores da Ipecê - Indústria Pedritense de Carnes Sociedade Cooperativa Ltda., de Dom Pedrito, cujo cinquentenário transcorre este ano, a 8 de novembro. Seu Duquilha está com 86 anos de idade, e apesar de ter se submetido a dez cirurgias já está recuperado.

Perfeitamente lúcido e dono de uma memória privilegiada, recebeu a reportagem do Cotrijornal na sua propriedade nos arredores da cidade. No momento estava em plena atividade, repontando um lote de vacas holandesas de seu plantel leiteiro, trabalho ao qual dedica a maior parte do tempo, administrando vários empregados.

Solicitado a falar sobre a velha charqueada - hoje frigorífico da Cotrijuí - seu primeiro impulso foi de saudades "daqueles tempos bons da mocidade, quando tudo era festa e vivia-se em eterna fantasia". Mas fez questão de ressaltar também que os tempos eram difíceis, pois os "gringos" (ingleses) tinham chegado com os seus frigoríficos. Eles estabeleciam condições de compra e impunham a forma de pagamento, o que quase sempre era contrário ao interesse dos fazendeiros. Isso começou a acontecer lá por volta de 1920.

Sobre sua participação na cooperativa, disse que talvez por ter sido tesoureiro do Banco Pelotense (falido em 1931), foi eleito por diversas vezes para o conselho fiscal, cargo onde ficou conhecido por ser muito exigente na feitura dos balanços, "exigindo maior clareza nas escritas".

Até hoje tem birra dos ingleses, que "impunham sua técnica frigorífica e o poder financeiro para prejudicar os criadores", desabafa seu Duquilha. Segundo ele, os ingleses faziam campanha de hostilização às charqueadas, por não quererem concorrentes. O que eles pretendiam - diz ele, com mal disfarçada ira - era quebrar as charqueadas para pagarem pelo ga-

do o que bem entendiam. Concorde que nosso atraso era grande e lembra que o charque exportado por Montevideu chegava mais barato no Norte do país, do que quando embarcado no porto de Rio Grande.

Na despedida, não perdeu a ocasião para lançar mais uma farpa envenenada aos ingleses. Disse que certa vez conseguiu vencer um amigo a abater gado na cooperativa. Este, que entregara sempre o gado para os frigoríficos, ao constatar o rendimento que sua tropa alcançou na charqueada, admirou-se: - Mas deu tudo isso? Ante a confirmação, lançou um desabafo: - Mas então os gringos estão me roubando.

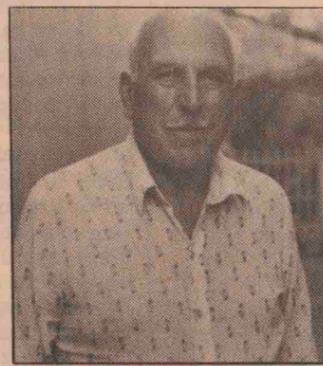
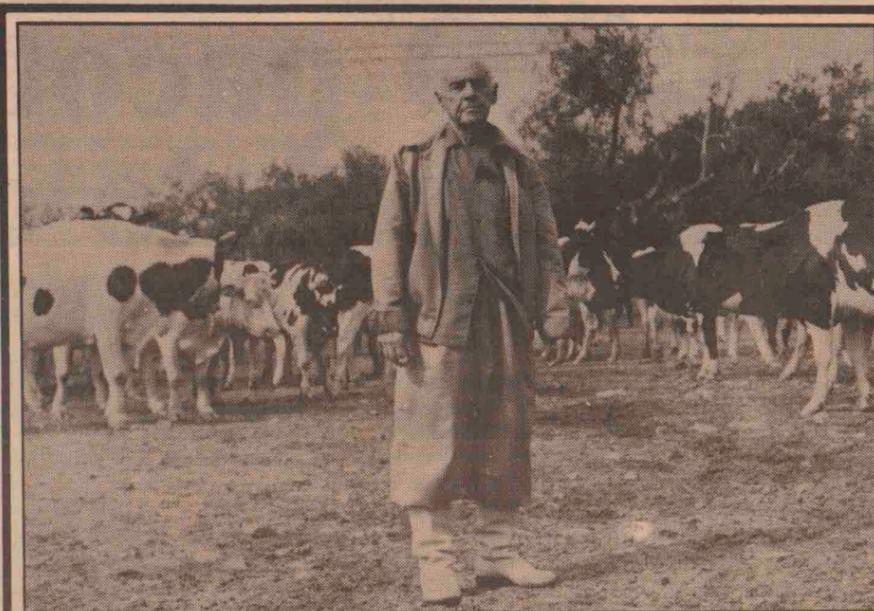
UM GERENTE ECONÔMICO

Agapito de Leon, primeiro gerente e responsável pelas finanças da charqueada por cerca de 20 anos, passou para a história de Dom Pedrito como um homem extremamente moderado, eficiente, parcimonioso e muito dedicado ao trabalho. Figura até certo ponto folclórica na cidade, é lembrado pelos mais antigos montado em seu cavalo tostado, que a trote largo, vencia os quatro ou cinco quilômetros que separavam a charqueada do centro de Dom Pedrito.

Sua filha, Ubaldina Oliveira de Leon, que reside numa rua em frente à praça central, conta que apesar da insistência que faziam para que viajasse no automóvel da diretoria, ele nunca aceitou, preferindo o cavalo, que inclusive aprendeu a voltar só, após carregar seu dono até a charqueada. Realmente, os tempos eram bem outros, e tudo era muito inocente e tranqüilo na Dom Pedrito de 50 anos atrás.

ERA LONDRES QUE MANDAVA

João Machado da Silveira era tabelião em Dom Pedrito, mas acompanhou sempre a luta dos fazendeiros, primeiro para fundarem a Pedritense e depois para manter a charqueada funcionando. O problema maior, segundo ele, era a chamada indústria do frio, que estava em franco



Anastácio Jardim (na foto acima), Pascoal Brandi (de casaco) e João Machado lembram que as ordens vinham de Londres

desenvolvimento no país. Anos depois ele comprou campo e se associou à cooperativa, solidarizando-se com os criadores.

Os produtores foram sempre prejudicados pelos frigoríficos, empresas possuidoras de alta tecnologia e financeiramente poderosas, que forçavam os preços para pagar sempre em baixa e depois vendiam na alta. Como donos do mercado pecuário do Rio Grande do Sul e de São Paulo, eles ditavam as normas. Normas essas que eram traçadas em Londres e não no Rio de Janeiro, diz seu João Silveira.

Noel Araújo de Leon foi outro cooperativista ouvido pelo Cotrijornal. Ele dirigiu a charqueada por vários anos, e também não perdoa a ação dos ingleses e afirma que havia pressão destes junto ao governo brasileiro. O que sempre o fez pensar assim era a inspeção federal excessivamente exigente com os charqueadores e benevolente com os frigoríficos. Além do que, a legislação sofria constantes mudanças, causando prejuízos de monta aos charqueadores.

Diz que durante os 15 anos que foi diretor a lei de inspeção federal mudou, no mínimo, umas três vezes. E os fiscais do Ministério da Agricultura faziam parar as matanças e condenavam animais abatidos por questões sem fundamento e que as vezes nem constavam na lei. Era como se as exigências tivessem o fim de deixar o

caminho livre para os frigoríficos, desabafa seu Noel.

UMA COPEIRA ATIVA

Pascoal Marcelo Brandi, médico e agropecuarista, associou-se à Pedritense já no final da década de 50, quando, conforme é sabido, a charqueada já vivia a estafa de seu declínio, como empresa, pressentindo-se que necessitava de forte alento para sobreviver.

Talentoso jornalista e inspirado poeta, com colaborações frequentes no jornal Ponche Verde, o dr. Pascoal Brandi é também um espirituoso trocadilhista. Contam seus amigos que uma certa vez, após intenso trabalho para equilibrar as finanças corroídas da empresa - todos, exaustos e já sem esperanças - ele teria se dirigido aos companheiros, perguntando, com gestos de desalento: - "Mas, afinal, estamos tratando com uma cooperativa ou com uma copeira ativa"?

Ele não confirmou e nem desmentiu a versão do trocadilho para o repórter do Cotrijornal, deixando, a cada um, tirar suas próprias conclusões. Mas, conhecendo seu estilo cavalheiresco e brincalhão, saímos de sua residência convencidos da veracidade do trocadilho. O dr. Brandi, que na época da encampação da Pedritense pela Cotrijuí era seu vice-presidente, foi um baluarte na defesa de implantação da medida. A única que, em seu entender, salvaria a cooperativa. (Por Raul Quevedo)

VALURUGUAI

O fim do confronto

"O que certamente resultaria num mal insanável, caso fossem mantidas as radicalizações, acabou por dar uma amostra da grandeza de espírito dos homens que dirigem o cooperativismo na Fronteira Oeste do Estado. Ao final, prevaleceu a vitória do bom senso, com a restauração da harmonia no quadro social. E mesmo que possam ter ficado algumas sequelas, elas desaparecerão com o tempo, pois os dirigentes saberão contornar os problemas". Assim Ruben Ilgenfritz da Silva, ex-secretário-geral do Ministério da Agricultura, comentou o resultado da assembleia geral extraordinária da Cooperativa de Lãs Vale do Uruguai, realizada em

Uruguaiana no dia 19 de março. A assembleia da Valuruguai, instalada num clima de nervosismo pelo presidente Hermes Silva Pinto, foi convocada para analisar e deliberar sobre as medidas determinadas pela assembleia de 27 de setembro de 1985, que nomeou comissão que optou por contratar auditoria independente para examinar as finanças da cooperativa. Ao final, porém, o ambiente estava descontraído, tendo a comissão renunciado coletivamente para evitar confronto com a assembleia, o que resultaria numa derrota para seus integrantes, liderados pelo associado Edison Luzardo de Almeida.

O ano de 85 na regional

Ao deslocar-se de um patamar de 14 milhões de quilos de soja em 1984, para 20 milhões de quilos em 1985, a Cotrijuí - Regional Dom Pedrito, demonstrou a potencialidade do município também para a cultura desse grão. Tudo como essencialmente pecuário e orizicultor até há poucos anos, vem despontando ultimamente como apto a uma agropecuária sólida e diversificada.



Tânio Bandeira

A afirmação foi feita por Tânio José Bandeira, vice-presidente daquela unidade de produção. O dirigente da Cotrijuí relatou as atividades da cooperativa no município, destacando, num primeiro plano, o espírito de participação das lideranças locais e do quadro social em geral, todos extremamente solidários com a administração. E essa solidariedade, disse, tem se refletido no comportamento da população, que

já está vendo no cooperativismo a solução para muitos de seus problemas básicos; institucionais econômicos e sociais.

Ressaltou que o arroz continua representando o carro chefe da economia agrícola do município. A Cotrijuí recebeu no exercício 45 milhões, 141 mil e 463 quilos para a indústria, e 2 milhões, 458 mil e 850 quilos para semente. Os demais produtos agrícolas recebidos foram: soja, 20 milhões, 747 mil e 350 quilos; soja semente, 963 mil; sorgo, 1 milhão 548 mil; milho, 232 mil; trigo indústria, 489 mil e 700 quilos; trigo semente, 612 mil quilos; mel, 1.366 quilos; aveia, 113 mil e 640 quilos; aveia semente, 100 mil 260 quilos; painço, 7 mil 678 quilos e azevém semente, 215 mil 450 quilos, entre outros produtos de menor expressão.

No setor da pecuária a cooperativa também manteve um bom desempenho, apesar da estiagem do último trimestre do ano, cujo efeito negativo nessa economia foi imediato. A consequência foi um número menor de abates de bovinos em relação ao exercício de 1984. No entanto, essa defasagem foi compensada em parte pelo excelente desfrute ocorrido na ovinocultura, que praticamente dobrou a sua estatística em relação ao exercício imediatamente anterior.

A produção de lãs também se expandiu, não só em quantidade como principalmente na qualidade. Paradoxalmente, a estiagem que prejudicou o gado bovino e as culturas agrícolas, até certo ponto foi benéfica para o gado bovino. A cooperativa recebeu até meados de fevereiro, mais de um milhão e 44 quilos de lãs.

O pacote econômico e o papel do cooperativismo

Walter Frantz

A decisão recente do governo na área econômica de estabilizar a economia, através das medidas de impacto no combate à inflação, colocou, de imediato, uma questão de cunho político com significado econômico: a participação da população no controle dos preços. Esse fato levanta uma questão, porém, ainda mais ampla e profunda: a do exercício da cidadania pelo povo brasileiro. De modo geral, o cidadão brasileiro é mais passivo que ativo no processo de participação nas questões que dizem respeito à organização da sociedade.

Existe até um certo preconceito no que diz respeito à participação do cidadão no debate das questões políticas, em geral, da vida nacional. No entanto, medidas de impacto do plano de estabilização econômica encontraram forte eco na população, porém não encontraram estruturas intermediárias capazes de abrigar com vigor suficiente o exercício da cidadania na fiscalização da implementação efetiva desse plano.

Por esse relativo vazio existente entre o Presidente e o povo, corre-se o risco de um desaquecimento da fiscalização popular. O desafio de evitá-lo está colocado aos partidos políticos, aos sindicatos, à organização dos consumidores, etc, enfim, ao próprio governo. Do es-

forço pela fiscalização dos preços poderá nascer uma maior consciência pelo espaço político a ser ocupado pelo cidadão na discussão das questões sociais mais amplas, alicerçada em estruturas adequadas aos diferentes níveis de engajamento que se exige de cada um na sociedade.

DEFESA

O cidadão, enquanto consumidor, poderá encontrar na organização cooperativa a estrutura adequada para o seu espaço de participação no encaminhamento das questões relativas ao abastecimento. Historicamente, o cooperativismo moderno nasceu pela defesa do consumidor. Foi quando, pelas dificuldades de obter conquistas maiores no confronto de interesses divergentes, um grupo de trabalhadores optou pela estratégia da organização cooperativa a partir dos problemas enfrentados na área do consumo. Organizaram uma cooperativa de consumo como instrumento de atuação eficaz na solução de problemas concretos e como espaço de participação do contexto da economia mais ampla, tanto a nível de produção quanto de distribuição dos resultados obtidos.

Pela organização cooperativa procuraram reconquistar a força que, individualmente, já haviam perdido no jogo de interesses na economia. Para o respaldo dessa prática estabelece-



A fiscalização popular depende também da organização do consumidor

ram certos princípios que os orientassem no processo administrativo e nas relações de cada membro com a associação e a empresa cooperativa. Esses princípios consagravam a gestão democrática, isto é, a participação de todos os sócios nos rumos dos negócios da cooperativa. Essa permanece até hoje uma das razões básicas para se organizar qualquer cooperativa, desafiando, em cada caso, a criatividade e a inteligência de seus associados e dirigentes. Portanto, na raiz da história do cooperativismo moderno está a defesa do consumidor, a participação no controle da qualidade e do preço dos produtos. Pela organização cooperativa procurou-se estabelecer um controle direto sobre o que se consumia ou se queria consumir.

Embora tenha mudado o quadro histórico, a questão do consumo é hoje um tema ainda mais atual. Pelo plano de estabilização econômica, a questão é recolocada com destaque. O plano, dessa forma, atualiza a história e o papel do cooperativismo na área do consumo. Na medida que convoca à fiscalização, à participação no controle da prática comercial em geral, valorizam-se os princípios e a filosofia da organização cooperativa. No cooperativismo, o consumidor, enquanto associado, pela própria natureza do ato cooperativo, tem assegurado o espaço para a participação nas decisões que dizem respeito ao seu consumo. Pela natureza da coisa, existe a cobertura para a prática efetiva dessa participação, sem outros recursos jurídicos externos

e eventuais.

Concretamente, no caso da Cotrijuí, há anos existe uma estrutura de mecanismos de participação, cuja prática se busca aperfeiçoar cada vez mais. Assim que, bem antes das últimas medidas governamentais, procurou-se abrir o espaço à participação do associado consumidor no controle e na definição da própria política de consumo da cooperativa. Preocupada em pôr em prática cada vez mais os princípios e a filosofia da organização cooperativa, a direção da Cotrijuí busca uma integração maior do associado com a área de compras e abastecimento.

Neste sentido, a exemplo de outras áreas, está em discussão a organização de comissões de compras e abastecimento, através das quais os associados poderão, mais objetivamente, praticar o princípio fundamental da cooperação, que é a identificação entre o associado-dono e o usuário-consumidor. Através dessas comissões específicas formaliza-se também o espaço legal de fiscalização permanente do consumidor. Ao contrário do que pudesse parecer, em se tratando de uma cooperativa, essa fiscalização vem ao encontro dos seus princípios e filosofia de ação.

● Walter Frantz é assessor de Desenvolvimento em Recursos Humanos da Cotrijuí na Região Pioneira.

A mulher no processo de cooperação

Noemi Huth

Historicamente, instituiu-se o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. No Brasil, como no mundo inteiro, o dia tem sido lembrado com festas e outras comemorações, no sentido de homenagear o grupo de operárias da Indústria Têxtil de Nova York, mortas durante o incêndio planejado da fábrica em que trabalhavam em 1957, porque reivindicavam melhores condições de trabalho.

Nos últimos anos, no Brasil, tem diminuído muito o "ar" festivo na comemoração do Dia Internacional da Mulher. A mesma tem assumido muito mais um caráter de reflexão sobre a organização e participação da mulher na sociedade. Várias pesquisas desenvolvidas com mulheres do meio rural, a nível de Brasil, têm demonstrado claramente os interesses das mulheres em terem maior orientação, maior apoio nas suas organizações, como encaminharem suas lutas específicas e da sociedade como um todo.

Na Região Noroeste do Rio Grande do Sul podemos assegurar que as mulheres rurais, a partir da década de 70 tiveram o privilégio de pôr em prática estas aspirações, que em outras re-

giões do Brasil, têm-se manifestado como necessidade e desejo. Por que dizemos privilégio? Porque não podemos negar a origem de todo esse processo de crescimento da organização e participação da mulher na sociedade, e que na Cotrijuí nasceu dentro do contexto sócio-econômico e político dos anos 70. Nesta Região se desenvolvia todo um trabalho de educação comunitária com população urbana e rural de Ijuí pela antiga Faculdade de Filosofia de Ijuí - Fidene, hoje Universidade de Ijuí.

Entendemos que o trabalho de organização das mulheres rurais associadas, esposas e filhas de associados da Cotrijuí, realmente teve um apoio muito grande por parte do trabalho de educação cooperativa desenvolvido pela Cooperativa, que desafiou muitas barreiras impostas historicamente pela sociedade. Em consequência, as mulheres rurais estão ocupando seu espaço na família, na cooperativa, no sindicato, enfim na sociedade como um todo, com muito mais eficiência, com muito mais clareza que alguns anos atrás.

Este fato tem se observado pelos próprios depoimentos de muitas mulheres rurais em reuniões organizadas pela Cooperativa. Tem-se percebido também a

sua maior conscientização quanto a sua presença nos sindicatos, que na regional de Ijuí, neste ano, teve uma expressiva participação. No município de Ajuricaba as mulheres rurais já estão, no nosso entender, buscando avançar na sua organização específica na sociedade. Entendem que terão que concretizar muito mais a sua participação na cooperativa. O desafio será acharmos o melhor e mais rápido caminho, porque o processo de cooperação se desenvolve a partir do momento que ele é entendido. Só poderá crescer, alcançar outras etapas, dependendo sempre da posição de quem dele participa.

CONSCIENTIZAÇÃO

Nesse sentido, hoje, as mulheres pertencentes à família Cotrijuí, na sua grande maioria, têm claro as conquistas alcançadas, bem como a necessidade de estarem participando concretamente nas decisões sobre os rumos da organização cooperativa. A medida que trabalhamos sob o ponto de vista da educação cooperativa, a questão da organização e participação da mulher só será concretizada pela conscientização, pelo conhecimento de todas as questões e fatos sociais que envolvem a família rural,

atualmente. Para tanto, não basta apenas conhecer o funcionamento da cooperativa, mas sim o funcionamento da sociedade como um todo.

A atuação da mulher no cooperativismo tem sido muito restrita historicamente, porém ela sempre esteve presente desde suas origens em Rochdale, na Inglaterra, onde se destacou Anne Tweedale, nos anos de 1844.

No cooperativismo de produção no RS, temos a certeza que a Cotrijuí foi a pioneira em valorizar e criar condições para que a mulher possa participar desse processo de cooperação. Várias outras cooperativas no RS estão se dando conta que uma sociedade de pessoas só avançará se estiverem engajadas desde o processo de produção até a comercialização. Daí porque a idéia de trabalhar com as mulheres, que são a outra metade dos Recursos Humanos envolvidos na produção e fazem parte da família cooperativada. Ambos (associado x esposa) têm influência direta na educação de seus filhos, que certamente será voltada aos princípios da cooperação, se eles (homem e mulher) estiverem convictos de que a proposta cooperativista é a sua opção de vida, e servirá para influir na construção de um mundo

mais humano.

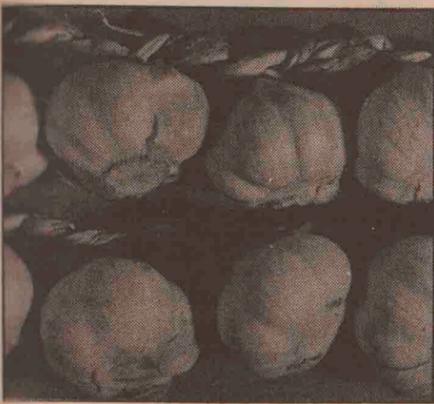
Para testemunhar esta linha de pensamento, poderíamos citar o trabalho desenvolvido com as mulheres, esposas e filhas de associados das cooperativas do Paraná, a COAMO, a COTIA, a COOPERVALE que destacam como objetivos: "Obter a máxima participação da mulher na vida da cooperativa, juntamente com seus maridos; formar mulheres instruídas, conscientes e atuantes no sistema cooperativo; promoção da mulher no meio rural, buscando o seu melhor desenvolvimento como pessoa, não é apenas reconhecer o seu valor na contribuição da manutenção da família. É, mais do que isso, cumprir com um dos objetivos fundamentais do cooperativismo, que é o desenvolvimento do bem-estar social de seus associados".

Como percebemos, é com organização que conseguiremos avançar para uma efetiva participação, também nas cooperativas de produção. E como mulheres produtoras de alimentos faremos a maior integração produtor e consumidor.

● Noemi Huth é educadora da Assessoria de Desenvolvimento em Recursos Humanos da Cotrijuí na Região Pioneira.

CALENDÁRIO

Recomendações para o plantio



Alho: cultura exigente

A produção nacional de alho atingiu, em 1985, cerca de 41.523 toneladas, com um consumo "per capita" estimado em 372 gramas por ano. O Rio Grande do Sul contribui com cerca de 16 por cento da safra nacional. O baixo rendimento é atribuído, principalmente ao uso de cultivares não adaptadas e à utilização de alho-semente de baixa qualidade. Também influenciam na produtividade os tratamentos fitossanitários, o controle de invasoras e a correção e adubação adequada do solo.

O alho é uma cultura bastante exigente em termos de clima. Se não houver condições climáticas favoráveis, não haverá formação de bulbos. O fotoperíodo e a temperatura são os fatores mais importantes para a produção de alho. As cultivares apresentam exigências diversas quanto a duração do dia para a bulbificação. No Rio Grande do Sul, a maioria delas só bulbifica sob um regime fotoperiódico superior a 12 horas, ou seja, a partir do final de setembro. Os plantios mais do cedo só concorrem para o alongamento do ciclo. Também se desenvolve e produz melhor sob condições de temperatura média mensal de 13 a 24 graus centígrados. Os períodos com temperaturas baixas, entre 10 a 15 graus centígrados, são importantes para a quebra de dormência das gemas axilares. Temperaturas de 10 graus centígrados aumenta o número de bulbilhos por bulbo.

A cultivar Portela possui um vigor vegetativo satisfatório, com folhas longas, de coloração verde-cerosa e ângulo de inserção intermediário, bulbos de tamanho grande, com túnicas externas brancas. Os bulbilhos são arroxeados, em número de 8 a 13 por cada bulbo. Apresenta moderada resistência a ferrugem e ao superbrotamento, completando o ciclo num período de 150 a 170 dias.

A Quitéria é uma outra cultivar que vem sendo cultivada na região. Apresenta bulbos grandes, com excelente capa protetora e túnicas de coloração branco-cinza. Os bulbilhos são arroxeados e cada bulbo contém de 8 a 12 dentes. Apresenta boa resistência ao superbrotamento e a ferrugem. Sob condições especiais de clima e solo, completa o ciclo num período de 110 a 125 dias. Nas regiões onde os solos podem apresentar "deficits" hídricos durante algumas fases do cultivo, recomenda-se antecipar o plantio, para com isso propiciar maior desenvolvimento

vegetativo antes da bulbificação, aumentando o ciclo para 170-190 dias. A cultura do alho exige solos de textura areno-argilosa-leves, férteis e com bom teor de matéria orgânica. O pH ideal, capaz de garantir uma boa nutrição às plantas, deve ficar ao redor dos 6,0. A adubação recomendada: 400 quilos por hectare da fórmula 2-20-20; 10 quilos de bórax; 5 quilos por hectare de sulfato de magnésio e 5 quilos por hectare de sulfato de zinco. Também pode ser usado o esterco de aviário na proporção de 0,2 quilos por metro quadrado, na linha de semeadura.

A época ideal de semeadura para a cultivar Portela fica entre 15 de abril a 30 de maio. A semeadura da cultivar Quitéria pode ser feita em duas épocas diferentes, também dentro do prazo de 15 de abril a 30 de maio. O espaçamento recomendado seria de 25-30 cm entre linhas e 5 a 8 cm entre plantas na linha. O alho semente só deve ser debulhado pouco antes do plantio, de maneira que os bulbilhos não fiquem expostos à ação de pragas e doenças. Também, desta forma, evita-se a brotação antecipada.

A utilização de cobertura morta oferece vantagens. A palha de soja e mesmo de algumas gramíneas nativas, podem ser usadas, desde que o corte desta seja feito antes de atingir a fase de produção de semente. A distribuição da palha pode ser feita logo após o plantio do alho.

AS DOENÇAS

Entre as doenças que mais prejuízos trazem ao alho, aparece o nematóide, um minúsculo organismo que ataca as plantas, reduzindo o seu porte. Sob condições de ataque muito intenso, as folhas apresentam-se "camosas" e quebradiças e tendem a emergir de um ponto só. O bulbo mostra podridão que se inicia na região do disco. As raízes também podem ser danificadas pelo ataque de nematóides, desprendendo-se do bulbo. Os nematóides permanecem no alho-semente, sendo por esse meio transmitido facilmente a novos cultivos. Um bom controle de nematóides pode ser obtido através da imersão dos bulbos numa solução de 5 por cento de inseticidas sistêmicos recomendada pelo departamento técnico, que orienta sobre a utilização e o manuseio dos produtos químicos.

Produção sem irrigação

Pesquisadores do Centro-Sul do País estiveram reunidos de 24 de fevereiro a 1º de março na Embrapa de Dourados para uma análise do trigo irrigado. O encontro teve o apoio da Cotrijuí-MS, embora a cooperativa não realize pesquisa nesta área.

Produções acima de 6 mil quilos por hectare mostram ser viável a utilização da irrigação na cultura do trigo no Brasil Central, mas para a principal região produtora de Mato Grosso do Sul, a Grande Dourados, as perspectivas não são muito estimulantes, pois apesar dos resultados da pesquisa terem superado os 5 mil quilos por hectare, a nível de lavoura, os resultados têm sido bem inferiores.

Técnicos da cooperativa presentes ao encontro esclarecem que a umidade do solo é um fator limitante da produção de trigo na região da Grande Dourados, mas seus efeitos podem ser contornados até

certo ponto, com maior garantia de produção, sem o uso da irrigação. A solução de problemas relativos a acidez, fertilidade, manejo do solo, utilização de cultivares recomendadas e semeadura dentro da melhor época, são alternativas que estão ao alcance dos produtores e que tem demonstrado, a nível de pesquisa e de lavoura, que o trigo é economicamente viável sem exigir os altíssimos investimentos com a irrigação.

Bons resultados em 85

As condições climáticas favoráveis, principalmente no final do ciclo da cultura e o preço pago pela cooperativa foram, certamente, os dois fatores que mais contribuíram para os bons resultados obtidos com a lentilha na safra 85.

Para essa safra, recomenda-se aos produtores o plantio de pequenas áreas, para que possam fazer um acompanhamento da cultura, desde a época de plantio até a colheita. Todos os estágios de desenvolvimento da cultura são importantes para se obter uma boa produtividade e um produto de qualidade, competitivo em termos comerciais. O controle de invasoras e a colheita que deve ser feita manualmente irão determinar a melhor qualidade do produto colhido e conseqüentemente, uma maior aceitação por parte do consumidor que hoje ainda procura a lentilha importada do Chile, em detrimento da nossa lentilha produzida na região, não somente devido ao tamanho do grão mas também devido a apresentação comercial do nosso produto. Este fator certamente poderemos melhorar. Este ano a Cooperativa está distribuindo sementes apenas das cultivares tradicionais comuns, que em anos de condições climáticas desfavoráveis podem apresentar uma produção prejudicada.

A lentilha é uma cultura que se adapta muito bem em qualquer tipo de solo, requerendo, no entanto, terreno solto, profundo, rico em calcário, fósforo e potássio. Em solos muito argilosos e férteis, a lentilha desenvolve muita massa verde, em detrimento do grão. A época ideal de plantio fica entre 14 de maio a 15 de junho, com a utilização de 40 quilos por hectare de sementes e adubação em torno de 300 quilos por hectare, das fórmulas 5-20-20 ou 2-20-20. A semeadura pode ser a lanço — no caso recomenda-se aumentar a quantidade de sementes — ou em linhas, com espaçamento de 20 a 25 centímetros (30 a 50 sementes/metro linear). Também recomendamos a inoculação da semente. Os inços precisam ser retirados, pois caso contrário, só servirão para competir com a cultura, principalmente nos primeiros 40 dias. Para o combate de pragas e doenças, procurar orientação junto aos departamentos técnicos das Unidades. A colheita das cultivares comuns ocorre normalmente no mês de novembro.

Pesquisa com leguminosa

O Setor de Pesquisa da Cotrijuí-MS promoveu a 19 de março um Dia de Campo junto a sua área experimental em Maracaju para apresentar a produtores e técnicos os resultados de trabalhos com leguminosas em consorciação com outras culturas de verão, como o milho e arroz.



Produtores mostraram interesse pelas leguminosas

O trabalho com leguminosas foi iniciado em 1985, a partir de experiências realizadas por outros pesquisadores do País. O objetivo maior do trabalho é buscar novas alternativas para a agricultura regional, de forma a aumentar o volume de matéria orgânica no solo, geralmente baixo no Estado, e permitir uma maior incorporação de Nitrogênio ao solo, para aproveitamento pelas culturas posteriores.

Feijão de porco, feijão bravo do Ceará, Calopogônio, Mucuna preta e o guandu perene são as espécies utilizadas neste trabalho de pesquisa coordenado por Carlos Pitol. Produtores e técnicos tiveram condições de avaliar a nível de campo os resultados do uso destas leguminosas com o objetivo de melhorar as condições do solo ao se minimizar problemas como o alto teor de alumínio tóxico, a baixa umidade e o baixo volume de matéria orgânica.

Trabalhos do gênero, ressaltou Pitol, enfrentam problemas em sua difusão aos produtores e aos próprios técnicos pela escassez de sementes, razão pela qual além de pesquisar os benefícios das leguminosas o trabalho da cooperativa visa também a multiplicação de sementes.

Aumento na área

A excelente qualidade da semente de cebola, principalmente da cultivar Baía Periforme, associada a boa adaptação na região, são fatores que têm estimulado os produtores a aumentar a área de canteiros para o transplante e venda de mudas para terceiros. O aumento na área de plantio da cebola, tem sido, sem dúvida, um incremento para o auto abastecimento da região. A cebola, presente nas hortas da maioria das pequenas propriedades, vem se caracterizando por ser mais uma opção viável para a região, onde parte da produção fica reservada para o consumo da família e o excedente comercializado em épocas de menor safra — janeiro, fevereiro e março —.

A semeadura da cebola pode ser feita até o fim do mês de maio, utilizando-se para tanto, três quilos de sementes por hectare, em canteiros de semeadura para posterior transplante. A terra do canteiro deve receber uma pequena compactação para facilitar a germinação. No transplante das mudas, utilizar o espaçamento de 20 centímetros entre linhas e 8 centímetros entre plantas. Com relação a adubação, recomenda-se 300 quilos por hectare da fórmula 2-20-20, seguido de uma cobertura de uréia de 40 dias após o transplante. Para fazer a adubação de cobertura e o controle das pragas, cada produtor deverá buscar orientações precisas junto aos departamentos técnicos das unidades da Cotrijuí na Regional Pioneira. Já está comprovado que as mudas de cebola transplantadas em fase de desenvolvimento mais adiantado, ou seja, quando o pseudo-caule tiver atingido entre 4 a 6 milímetros (tamanho de um lápis) produzem bulbos mais desenvolvidos. A prática de poda de raiz e folhas, na época do transplante, não é recomendada.

Em busca de outras opções

Até pouco tempo atrás o trigo se resumia na principal, e praticamente única, cultura para o ciclo de inverno. As demais opções eram as próprias culturas de verão, que foram e ainda são cultivadas na tentativa de se ter uma produção, caso o clima ajude.

Carlos Pitól, responsável pelo Setor de Pesquisa da Cotrijuí no MS, diz que nos últimos anos outras duas culturas passaram a fazer parte das alternativas de cultivo no inverno: a ervilha e a aveia. A ervilha é uma cultura de valor econômico devido ao alto preço do produto no mercado, mas é monopolizada por algumas empresas que utilizam seu grão para conserva e tem seu cultivo restrito, não sendo, portanto, uma cultura expressiva na ocupação do solo.

A aveia, por sua vez, não despertou inicialmente grande interesse econômico entre os produtores de Mato Grosso do Sul, mas se trata de uma cultura em progressiva expansão, em função da importância que sua utilização tem para a região. A aveia é cultivada com o objetivo de produção de forragem num período de escassez de pasto verde, para a produção de grãos ou simplesmente para a cobertura do solo, visando sua conservação e melhoramento. O centeio é outra gramínea muito resistente a seca, que pode ser cultivada com os mesmos objetivos da aveia.

DOIS MESES

Pitol diz que devido a monocultura da soja, a maior parte da área agrícola do Estado começa a ficar ociosa no final de março e no início de abril. Neste período as chuvas começam a ficar escassas e só culturas como o trigo e a aveia se desenvolvem satisfatoriamente. O agrônomo lembra ainda que devido o cultivo da soja o produtor perde dois meses geralmente



O cártamo poderá se tornar uma alternativa de inverno para o MS

com boa umidade no solo — setembro e outubro — o que prejudica as culturas de inverno no Estado.

A diversificação das culturas de verão, principalmente com milho e arroz, pode contribuir para uma melhor ocupação do solo nos meses de inverno, pois poderiam ser cultivadas em consorciação com estas ou logo após sua colheita com leguminosas como a mucuna preta, o feijão de porco, o feijão bravo do Ceará, o calopogônio e o guandu, que cobriram o solo, incorporando boa quantidade de nitrogênio ao solo enquanto algumas poderiam fornecer forragem no período de inverno.

O responsável pelo setor de Pesquisa acredita que com o melhoramento do solo, a rotação das culturas de verão, a utilização de culturas para adubação verde e a adaptação de novas culturas será possível, num futuro não muito distante,

formar um sistema de produção agrícola com boa rentabilidade econômica, com aproveitamento do solo o ano todo.

OUTRAS OPÇÕES

A descoberta de novas culturas para o período de inverno em Mato Grosso do Sul é, segundo Pitól, uma tarefa difícil, mas não impossível dentro de certas condições. Culturas como a lentilha, grão-de-bico e ervilhaca já demonstraram boas condições de desenvolvimento em solos de várzea úmida, mas ainda faltam mais pesquisas para selecionar as cultivares que melhor se adaptam às condições da região, e também um maior trabalho na multiplicação de suas sementes.

Uma outra alternativa de cultivo no período do inverno é o cártamo, uma oleaginosa altamente resistente a seca, que já apresentou resultados promissores no Estado e que por sua rusticidade e baixo custo poderá ser cultivada em maior escala no futuro.

Cobertura evita erosão

A ocupação do solo agrícola de Mato Grosso do Sul no período de inverno é de aproximadamente 10 por cento do destinado às culturas de verão. No período, muitos são os produtores que realizam sucessivamente gradagens para preparar o solo para o plantio da próxima cultura de verão. Esta prática favorece uma maior degradação do solo, e os danos causados pela erosão só não são maiores porque o volume de precipitação é relativamente baixo nestes meses.

Grande parte do trabalho de pesquisa desenvolvido pela Cotrijuí em Mato Grosso do Sul busca desenvolver novas alternativas para a ocupação do solo nos meses de inverno, visando não apenas o aspecto econômico, onde o trigo é a principal alternativa, mas também o técnico, através da melhoria das condições físico-químicas-biológicas do solo.

Neste contexto cresce em importância a proposta de diversificação de culturas, tanto no inverno quanto no verão, como forma de melhor aproveitar o período de maior umidade no solo, a partir de setembro até meados de abril, hoje geralmente ocupado pelas culturas de verão.

A cada ano cresce o interesse dos produtores pela adoção de práticas que visem a conservação e melhoria do solo. Existem, entretanto, outros que pouca importância dão às práticas mínimas de conservação do solo, com prejuízos não apenas a sua propriedade mas também a dos vizinhos.

Este é, aliás, o problema enfrentado pelo associado José Taglialenha, proprie-

tário de 20 alqueires junto a mais nove irmãos em Colônia Saiju, no município de Caarapó. Ele afirma que o problema em suas terras só não está mais grave porque este ano choveu pouco no verão. As chuvas aconteceram a partir de janeiro e o solo já estava coberto pela soja.

O problema de erosão do solo começa, segundo explica José, três sítios acima do seu, localizado quase na parte mais baixa da encosta. Lembra que o pátio de sua casa já foi coberto de lama quando de chuvas mais fortes, e sua lavoura apresenta sérios problemas de erosão.

Segundo José Taglialenha, não adianta só ele fazer terraço, porque a terra que vem das propriedades vizinhas o

cobrem rapidamente e o problema continua. Conta que em mais de uma oportunidade falou com os proprietários das terras vizinhas, mas eles não deram muita importância ao assunto. O ano passado, diz o associado, eles fizeram curvas de nível, que não resolveram sequer parte do problema.

A Colônia Saiju é, dentro da região Cotrijuí em Mato Grosso do Sul, o local onde os problemas de erosão do solo são mais acentuados. As pequenas propriedades que caracterizam a região apresentam visíveis sinais de erosão, problema que preocupa apenas alguns produtores, justamente aqueles que tem suas terras mais prejudicadas pelo descaso dos vizinhos com a conservação do solo.



A cobertura vegetal no inverno ajuda a evitar a erosão

O perigo da picaretagem

“Vários são os fungos responsáveis pela ocorrência de doenças radiculares na cultura do trigo, e a maioria deles podem ser transmitidos através da semente”, afirma o agrônomo Carlos Pitól, responsável pelo Setor de Pesquisas da Cotrijuí, no MS.

O *Helminthosporium sativum*, causador da podridão comum das raízes, é o fungo que maior prejuízo causa ao sistema radicular do trigo, com reflexos na sua produção. A monocultura do trigo, a rotação com outras gramíneas suscetíveis, exceto a aveia, o plantio direto contínuo, a alta umidade do solo e a semeadura de sementes infectadas por *Helminthosporium* são possivelmente os principais fatores que influem na ocorrência da *helminthosporiose*, diz o agrônomo.

A semente de trigo produzida em Mato Grosso do Sul apresenta, segundo Pitól, alta sanidade, lembrando que toda semente produzida pela cooperativa no ano de 1985, num total de 1.400 lotes, não apresentou incidência de *helminthosporiose*. O fungo estando presente na semente causa um baixo poder germinativo, fazendo com que deva ser tratada com fungicida antes de um novo teste de germinação. Se aprovada nestas condições ela pode ser plantada, desde que se faça um tratamento também a nível de lavoura.

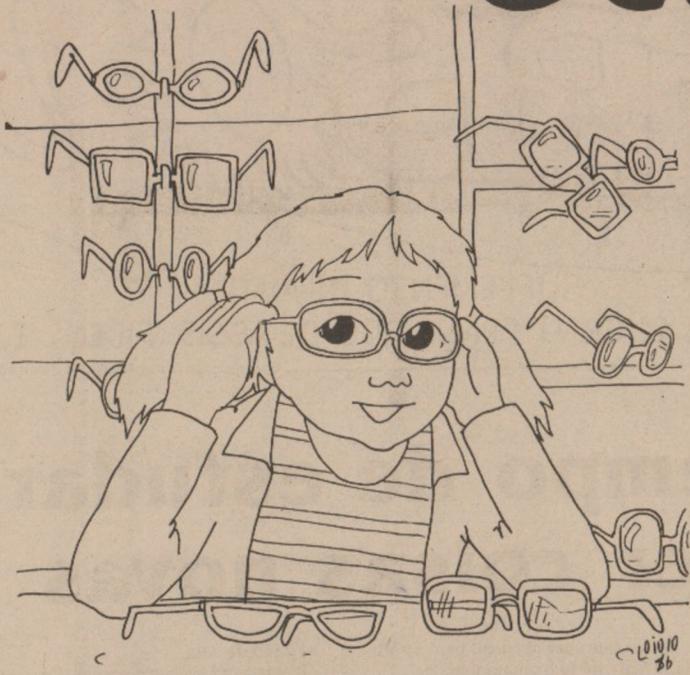
O clima no Mato Grosso do Sul é bastante seco nos meses de inverno e os técnicos responsáveis pela pesquisa afirmam ser este o principal fator responsável pelo baixo ataque de *helminthosporiose*. Da mesma forma, o plantio direto só é realizado para as culturas de inverno, forma de reduzir a perda de umidade do solo, com o que, possivelmente, não se crie condições ao desenvolvimento do fungo como nas áreas de plantio direto permanente.

O efeito do fungicida conservando o poder germinativo da semente é importante quando a semeadura é realizada em condições de solo seco ou com baixa umidade, mas estas são situações em que a semeadura deve ser evitada em função do risco a que a cultura fica sujeita, não tendo portanto cobertura do Proagro.

Carlos Pitól diz que apesar de todos estes fatores que afetam a ocorrência da doença, a assistência técnica e tricultores estão sofrendo pressões no sentido de generalizar o tratamento das sementes de trigo, como se esta fosse uma técnica essencial para o sucesso da cultura. Para isso, são usados resultados de pesquisa e constatações de incidência de doenças radiculares em regiões de clima bem diferente ao de Mato Grosso do Sul.

Pitol diz que o trigo é uma cultura suscetível a muitas doenças, sendo que no aspecto fitossanitário a rotação do cultivo do trigo, com no mínimo três anos de intervalo, é a principal recomendação para controle das mesmas. Portanto, o uso generalizado de fungicidas na semente de trigo deixa de ser uma técnica de controle de doenças e passa a ser uma picaretagem dos envolvidos em sua produção e comercialização. O agrônomo afirma que técnicos conscientes são pessoas competentes para esclarecer os produtores sobre quando o tratamento é realmente indicado.

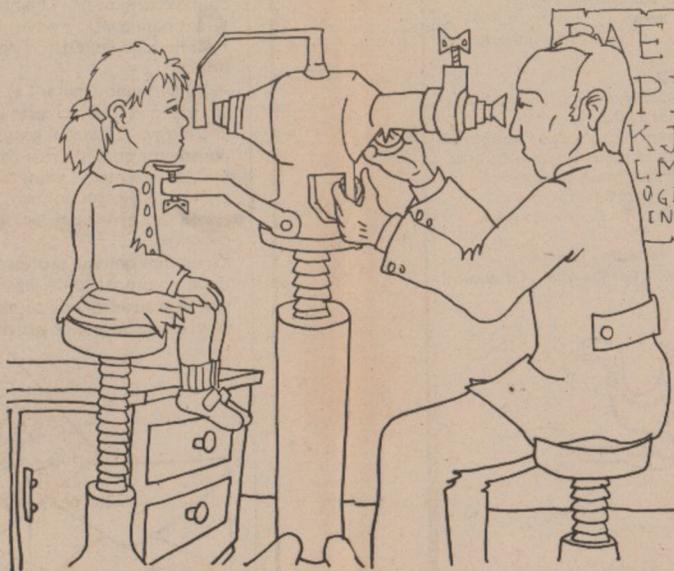
Óculos para Luzia



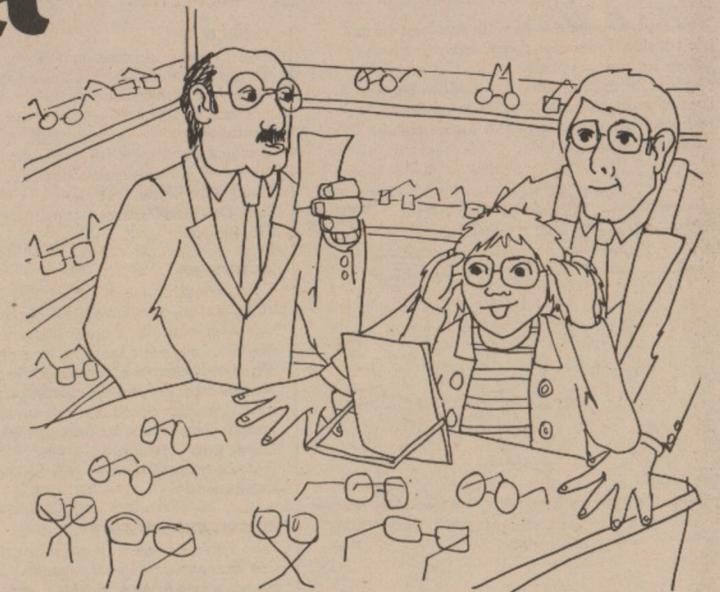
Texto de Vassilissa
Ilustrações: Vladinei Weschenfelder

Que menina gozada, a Luzia!
Vive no mundo da lua.
Luzia vai para a escola.
— Olha só o Carlos engatinhando na calçada!
Será que está procurando a bola?
— Oj, Carlos — diz Luzia.
— Au, au! — responde Carlos.
Não é Carlos nem nada. É um cachorro.
Luzia se esforça ao máximo na aula.
Mesmo assim, a professora não está satisfeita:
— Preste mais atenção, Luzia!
Veja bem no quadro-negro:
Estamos falando de BOLAS e não de BOTAS!
E aqui não é um 3, é um 5, cabecinha de vento!
Além disso, não se debruce tanto, não é com o nariz que se escreve!
Todo mundo ri, menos Luzia.
De volta para sua casa, Luzia vê sua avó ao longe.
Vovó mora numa cidade distante, no interior, e quase nunca aparece.
— Que bom! Vovó chegou... Vovó!
E Luzia corre para se atirar nos braços de sua avó.
Coitada! Não é vovó, é uma desconhecida que se parece com ela.
Quando Luzia percebe já está nos braços da espantada senhora!
Marcelo, como todo irmão maior, zomba de

sua irmãzinha:
— Como é Luzia, a cabeça até pensando muito?
Quando fechar o livro, não vá se esquecer o nariz dentro!
Mas o pai diz muito sério:
— Não resta dúvida que Luzia se debruce demais sobre os livros.
Será que ela enxerga direito?
Acho bom levá-la ao oculista.
O consultório do oculista é cheio de aparelhos estranhos.
A menina fica impressionada, mas até que é bom sentir-se importante...
O oculista examina os olhos de Luzia, com muito cuidado.
Não dói de jeito nenhum.
Luzia tapa primeiro o olho esquerdo, depois o olho direito, enquanto soletra grandes letras que ficam cada vez menores.
— Muito bem, Luzia, já acabou. Você é um pouco mlope, ou melhor, você só vê direito de muito perto...
Não chega a ser como seu pai, mas vai ter que usar óculos.
O oculista rabisca alguma coisa numa folha de papel: é a receita.
Na rua, Luzia pergunta:
— Por que ele não me deu os óculos?
— Porque ele é médico e não fábrica óculos, explica seu pai.
Vamos agora a uma ótica.



O balconista lê a receita.
— Pois não. Vou encomendar as lentes, mas antes é melhor escolher a armação.
Que tipo você gosta mais? Temos várias para escolher.
Luzia queria uma bem redondinha.
Sobretudo bem resistente — diz o pai.
Luzia escolhe, afinal, um par de óculos não muito redondos.
“O importante — pensa ela — é usar os óculos”.
— Vão ficar prontos na sexta-feira — promete o vendedor.
“Puxa! É bem complicado usar óculos!” — pensa Luzia que já contava sair com eles em cima do nariz.
Chega sexta-feira. Luzia recebe os óculos e os experimenta com penetração. Dão uma coceirinha no nariz.
Apertam um pouco nas orelhas. Ofuscam um pouco a vista.
— Está tudo tão engraçado! — diz ela.
E pisca os olhos que nem coruja à luz do dia.
Como ficou claro de repente!
Lá fora, então, parece que as coisas mudaram.
Tudo brilha como se alguém tivesse encerado a rua inteira.
— Que bom, mãe! Estou vendo todas as folhas das árvores, até as que ficam no alto dos galhos. E vejo também os pardais bebendo água na fonte. E as pessoas do

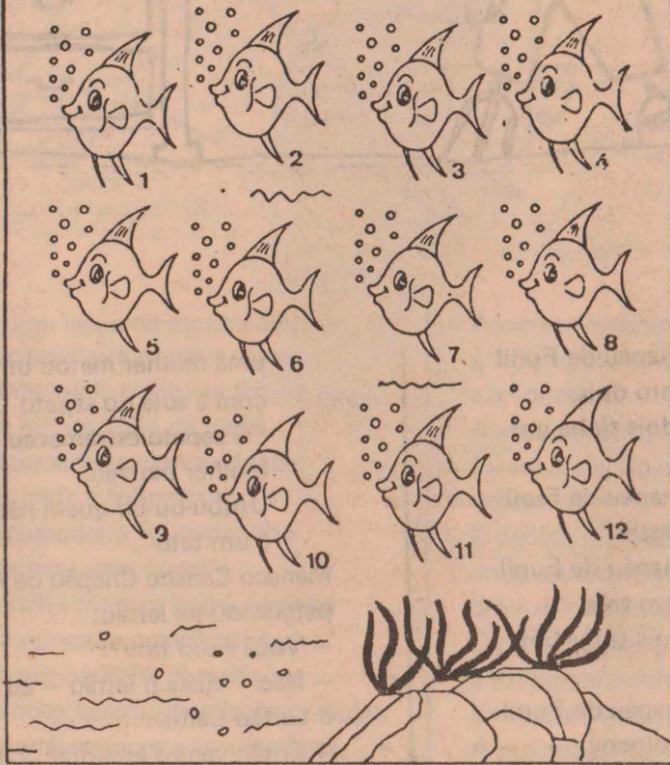


tamanho de uma formiga, lá longe, no fim da rua.
Luzia vai de descoberta em descoberta.
Ela se diverte lento tudo o que está escrito na rua: letreiros, cartazes, placas.
— Táí, não sabia que a rua do padeiro se chamava “Bola de Ouro”
E eu que passo por ela todo dia!
Luzia está orgulhosa porque anda de óculos como seu pai.
Mal se reconhece no espelho da entrada de casa.
Quer ficar séria, mas não consegue deixar de rir.
Mesmo assim, acha que se tornou muito sisuda.
Está doída que chegue amanhã para estrear os óculos na escola.
É noite. As luzes se acendem.
— Viu, pai, quando estou sem óculos vejo as luzes como manchas que se misturam.
E quando ponho os óculos...
As luzes ficam pequenas e brilhantes... como cabeças de alfinete.
É assim também com você, pai?
— É. Acontece o mesmo comigo.
A gente descobre coisas quando põe óculos pela primeira vez.
— Luzia, agora está na hora de ir pra cama.
Amanhã você recomeça a descobrir o mundo...
A menina faz que não ouve:
— Da próxima vez que vovó vier aqui, vou reconhecê-la de longe...
Ela é que não vai me reconhecer com esses óculos!
Luzia fecha as cortinas de má vontade, murmurando com ar sonhador:
— Nunca pensei que o céu tivesse tantas estrelas...

Passatempo

VOCÊ CONSEGUE?

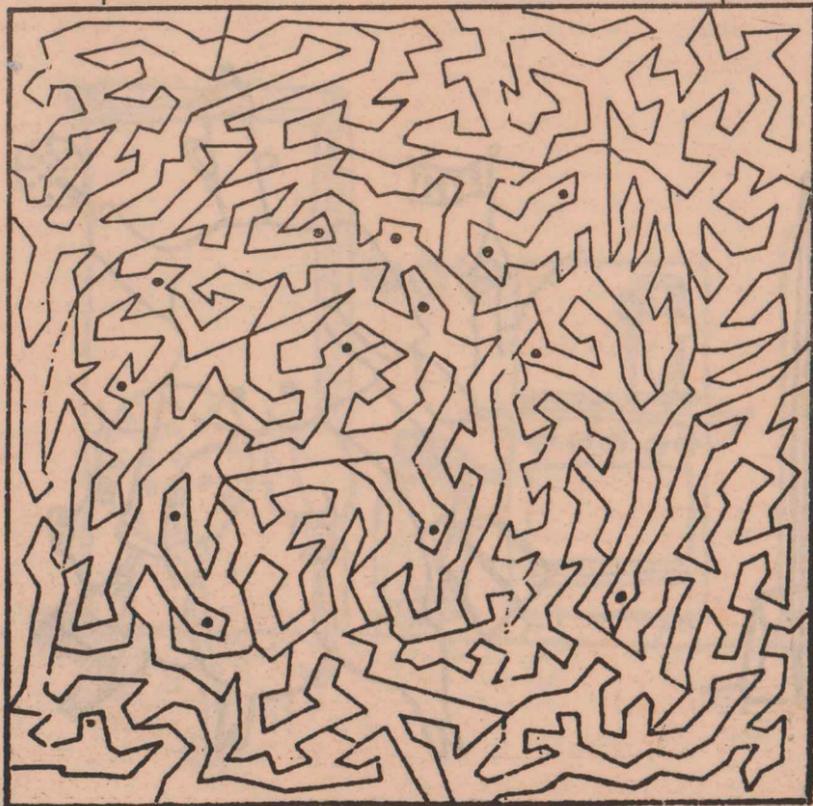
Descubra e marque os dois peixinhos iguais.



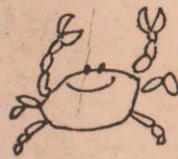
PINTA-PONTO



Escureça todos os espaços pontilhados e veja o que se forma pra você.



QUEM PROCURA, ACHA!
E VOCÊS PODERÃO ACHAR O NOME DESTES DESENHOS DO QUADRO DE LETRAS.



SIRI

BALEIA



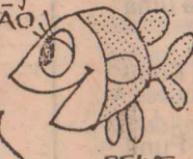
TARTARUGA



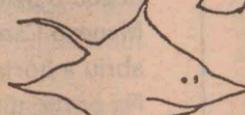
TUBARÃO



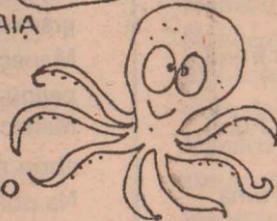
CAMARÃO



PEIXE



ARRAIA



POLVO

S	H	T	B	C	A
I	I	L	M	E	R
R	F	G	C	T	R
I	F	D	C	B	A
M	I	N	O	P	I
P	O	L	V	O	A
E	V	T	S	Q	R
I	X	L	I	J	L
X	M	N	P	O	T
E	T	S	R	Q	U
H	T	C	T	M	B
B	A	L	E	I	A
N	R	C	V	X	R
N	T	A	L	M	A
O	H	M	X	H	O
E	R	A	L	E	I
I	U	R	M	E	A
O	G	Ã	N	A	O
V	A	O	O	I	V

ESCREVE NOS QUADRINHOS OS NOMES DOS DESENHOS

